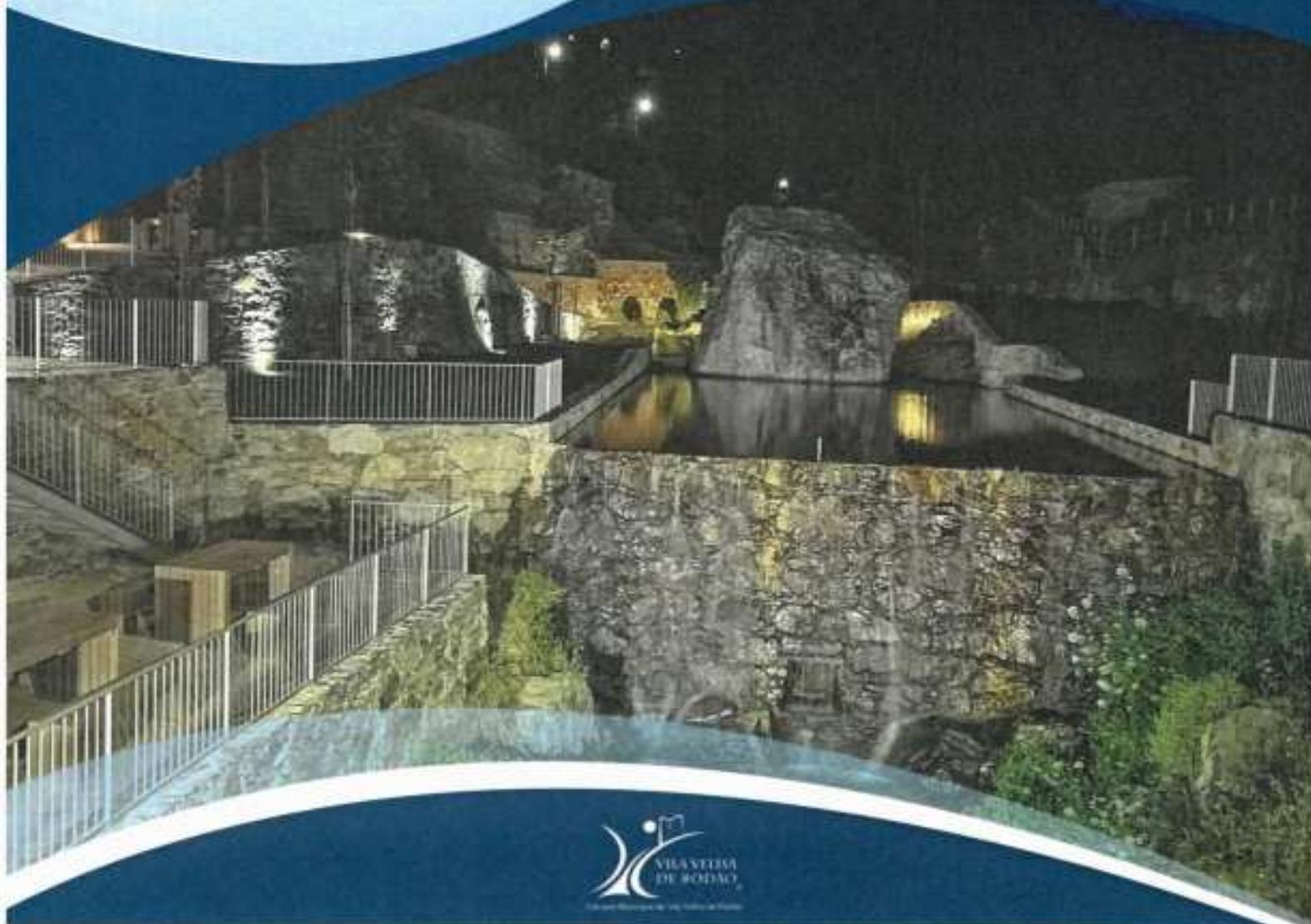


Município de Vila Velha de Ródão

Prestação de Contas

2020



Município de Vila Velha de Ródão

Prestação de Contas

2020

Relatório de Gestão de 2020
Maio de 2021

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO	4
2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS.....	6
2.2. DEMOGRAFIA.....	7
2.3. ACESSIBILIDADES.....	11
2.4. ECONOMIA E EMPREGO.....	11
3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO	14
3.1. ENQUADRAMENTO.....	14
3.2. COVID-19.....	18
3.3. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020.....	22
3.3.1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	22
3.3.2. OBRAS MUNICIPAIS.....	27
3.3.3. EDUCAÇÃO E CULTURA.....	38
3.3.4. PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	50
3.3.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES.....	54
3.3.6. AÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO.....	58
3.3.7. GESTÃO MUNICIPAL, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	64
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL	69
4.1. ORÇAMENTO.....	69
4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA.....	69
4.1.2. DADOS HISTÓRICOS.....	71
4.1.3. RECEITA.....	74
4.1.4. DESPESA.....	80
4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.....	88
4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	90
4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	91

4.2.1.	EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)	91
4.2.2.	EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM).....	94
4.3.	INDICADORES ORÇAMENTAIS	97
5.	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	109
5.1.	ESTRUTURA DO ATIVO NÃO CORRENTE.....	109
5.2.	ANÁLISE ECONÓMICA.....	111
5.3.	ANÁLISE FINANCEIRA.....	116
6.	APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES	121
7.	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	123
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	124
9.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	125



1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Os principais documentos que sintetizam e descrevem a atividade desenvolvida pelo município, no final de cada ano económico, são a Prestação de Contas e Relatório de Gestão. A competência para a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, nas autarquias locais, é do órgão executivo, conforme o estipulado na Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, na alínea i) do artigo 33º, sendo colocadas à apreciação e votação do órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, conforme o preconizado na alínea l), nº2 do artigo 25º da referida lei.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (REFALEI), estabelece o regime financeiro dos municípios. De acordo com o n.º 1 do artigo 6.º deste diploma legal, os municípios têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respetivos órgãos e autonomia financeira, que assenta nos poderes estabelecidos no n.º 2, alíneas a) a f) do artigo 6.º, do mesmo diploma legal, nomeadamente elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas.

As entidades pertencentes ao subsetor da Administração Local estão sujeitas à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, de aplicação obrigatória a partir a 1 de janeiro de 2020, conforme estipulado no n.º 1 do art.º 86.º do Decreto-Lei N.º 84/2019, de 28 de junho, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019. Este sistema contabilístico veio revogar o anterior sistema contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto -Lei n.º 54 -A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Leis n.os 315/2000, de 2 de dezembro e 84 -A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60 -A/2005, de 30 de dezembro, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

De acordo com a nota informativa publicada pela DGAL, acerca da Prestação de Contas 2020, na Administração Local, pode ler-se o seguinte: o n.º 2 do art.º 132.º da Lei n.º 75-B/2020 (Lei do Orçamento do Estado para 2021), refere que *"Na administração local, a prestação de contas relativa ao exercício de 2020 pode ser efetuada até 31 de maio de 2021, considerando os atrasos na implementação do novo sistema contabilístico"*.

Ainda de acordo com o mesmo documento, referido anteriormente, da alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, resulta que o n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua redação atual, pode ler-se nos seguintes moldes: *"As entidades previstas nos n.os 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, podem remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2021"*

O documento de prestação de contas tem por objetivos: explicitar os níveis de execução alcançados, procurando referenciar os aspetos mais relevantes da atividade municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira; apresentar de forma clara e objetiva a situação económica do exercício em análise, bem como efetuar uma análise comparativa da evolução da gestão, nos diferentes setores de atividade do município, no que respeita aos investimentos concretizados, às dívidas de curto, médio e longo prazo, financiamento e condições de

funcionamento; Apresentar uma proposta de aplicação de resultados, referente ao exercício de 2020.

O regime contabilístico das autarquias locais visa a uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da atividade autárquica. Desde o dia 1 de janeiro de 2020, a contabilidade das autarquias locais respeita o novo modelo contabilístico que permite um sistema contabilístico, para o sector público, consistente com o Sistema de Normalização Contabilística e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). O SNC-AP é novo modelo contabilístico em vigor, aplicável a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

A introdução deste novo sistema contabilístico resulta, por um lado, do avanço do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), no sentido da adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e, por outro, da manutenção de um sistema contabilístico no setor público que é baseado em normas nacionais, entretanto, revogadas como o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 410/89, de 21 de novembro, revogado pelo Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.os 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o SNC, desaparecendo assim as suas bases concetuais e de referência.

Em conformidade com o disposto anteriormente, e com o estipulado no novo modelo contabilístico SNC-AP, na Lei orgânica e processo do Tribunal de Contas e na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão apresenta, para apreciação, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e o Inventário do Património Municipal, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2020.

2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO

O concelho de Vila Velha de Ródão localiza-se na região Centro do país, na margem direita do rio Tejo. Este encontra-se inserido na NUT III – Beira Baixa

A paisagem de Vila Velha de Ródão é amplamente marcada pelo Tejo, rio que atravessa uma grande extensão deste território e faz dele um local de extraordinária beleza paisagística, mas também de grande riqueza e diversidade no que respeita aos recursos naturais e hídricos que dispõe e às características geológicas únicas existentes no território.

Encarado desde sempre como um elemento atrativo e de fixação de pessoas no território, a importância do Rio Tejo foi sendo reforçada ao longo dos tempos e mantém-se atualmente como um relevante fator de atratividade no que se refere ao setor do turismo. O rio distingue-se na estratégia turística do concelho e a prova disso está na aposta que as empresas privadas têm vindo a fazer no território e cujo funcionamento era um êxito, até ao início da pandemia.

O território integra o Geopark Naturtejo, um dos geoparques classificados pela UNESCO a nível mundial, e o Parque Natural do Tejo Internacional, um dos mais importantes no que respeita, sobretudo, à avifauna, com elevado estatuto de conservação e preservação da natureza.

Sob as águas do Rio Tejo encontra-se guardado um dos maiores tesouros, não só do concelho, mas da região, por se tratar de um dos maiores complexos de arte rupestre da Europa. Grande parte destas pinturas ficaram submersas pela construção da barragem de Fratel. Existem, no entanto, algumas rotas onde ainda é possível observar os testemunhos da presença destas culturas ancestrais no concelho, uma vez que se encontram situadas acima do nível da água.

Vila Velha de Ródão é o município de menor dimensão a integrar a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, todavia este distingue-se dos demais pelo seu elevado índice de desenvolvimento e crescimento, sendo um polo de atratividade pelos recursos que dispõe e pela riqueza que gera, não só para o concelho, como para a região, contribuindo de forma significativa para as baixas taxas de desemprego que registam.

Na estrutura empresarial do concelho, destaca-se a fileira do papel, indústria com mais expressão no nosso concelho, a qual assume um especial relevo, não só enquanto agente económico, mas também como empregador do concelho e da região, contribuindo de forma significativa para os níveis do PIB regional e nacional. A indústria do concelho conta ainda com unidades produtoras de energias renováveis, com uma agricultura em expansão e uma atividade agroindustrial, que valoriza os produtos regionais, como a doçaria tradicional, o queijo, os enchidos, o mel, o presunto, o azeite e o vinho. Possui ainda uma extensão significativa de povoamentos florestais produtivos. Este panorama resume o potencial gerador de riqueza do concelho.

Ao nível económico, encontram-se representados no concelho de Vila Velha de Ródão todos os setores de atividade.

O **setor primário**, em franca expressão, tem-se vindo a afirmar e tem vindo a assumir especial relevância, não só a nível local, mas também ao nível distrital, nomeadamente através das suas plantações de frutos de casca rija, de vinhas e de olivais.

A ruralidade de parte significativa do concelho justifica a continuação da aposta no setor agrícola e agroalimentar. Sobre esta matéria, importa salientar os investimentos que se têm conseguido captar e os outros que se têm vindo a expandir no concelho, na área da agricultura, nomeadamente nos setores da vinha dos frutos de casca rija e de olival.

No que concerne ao **setor secundário**, importa referir que este é o setor com maior predominância e relevância no concelho, encontrando-se aqui instaladas grandes unidades industriais ligadas à fileira do papel, as quais contribuem decisivamente para a dinâmica da economia local, para o emprego e para o desenvolvimento do concelho. Neste setor, encontramos ainda empresas de menor expressão, mas não menos importantes para a economia do concelho, ligadas a áreas tão diversas como a produção de azeite, queijos, salsicharia, panificação, extração de cortiça e mel.

Pese embora o **setor terciário** tenha menor representatividade que o setor secundário, este encontra-se em franco crescimento e assume um forte peso empregador na economia local.

Aqui encontramos representados investimentos associados à esfera da economia social, ao setor do turismo (hotelaria, restauração e atividades ligadas ao rio) e ao pequeno comércio.

A atividade turística associada à paisagem única, à biodiversidade e à oferta cultural instalada (museus, sítios arqueológicos, programação cultural), a par de belezas naturais únicas, que caracterizam o nosso concelho, constituem-se hoje como referência para toda a região, contribuindo decisivamente para a criação de dinâmicas que visam melhorar a vida sociocomunitária, bem como a atração de turistas e visitantes para o território.

O desenvolvimento turístico no território ainda é possível e poderá passar pela criação de novos produtos e ofertas turísticas, procurando ir de encontro às novas tendências do mercado, através dos recursos endógenos existentes no concelho.

O concelho de Vila Velha de Ródão é ainda detentor de um património natural rico e diversificado, não só em termos paisagísticos, como também ao nível da fauna e da flora, não esquecendo todo o seu património geológico e arqueológico. Estes elementos são assumidamente estruturantes, não só para o desenvolvimento do território, como para a criação de um conjunto de atividades com interesse para a afirmação da região como destino turístico.

Este concelho pretende promover ainda uma abordagem integrada do desenvolvimento, consolidando e dando prosseguimento à sua linha de orientação estratégica afirmativa e orientada para o desenvolvimento territorial equilibrado e harmonioso, procurando:

- Promover a valorização e a reabilitação do espaço urbano, contribuindo dessa forma para melhorar a atratividade do território e garantir níveis acrescidos de sociabilidade entre a população local e os visitantes;
- Dar continuidade ao esforço autárquico que vem sendo feito, desde o início do primeiro mandato, no sentido de suprir as necessidades ainda existentes, ao nível do parque habitacional;
- Disponibilizar serviços culturais, desportivos e socioeducativos de elevada qualidade, adaptados a todas as faixas etárias por forma a responder às necessidades da população, procurando aumentar a qualidade de vida das populações;
- Impulsionar promover uma economia competitiva, o empreendedorismo e a criação de emprego;
- Promover uma abordagem integrada do desenvolvimento com as atividades agrícolas, a gestão florestal e a conservação da natureza, procurando compatibilizar os interesses económicos com os valores ambientais e culturais;
- Promover a inovação e a aproximação dos serviços aos cidadãos;
- Captar novos investimentos privados, acelerando o processo de aquisição e disponibilização de terrenos industriais;
- Criar de parques industriais e parques tecnológicos;

2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS

De acordo com a reconfiguração das NUT III, a Sub-Região da Beira Baixa é composta pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

A localidade de Vila Velha de Ródão é a sede de um município constituído por 42 localidades, que apresenta uma extensão aproximada de 330 Km², e tem 3.156 habitantes¹, o que representa uma densidade populacional de 9,6 habitantes/Km². O município encontra-se subdividido em 4 freguesias, são elas: Fratel, Perais, Samadas de Ródão e Vila Velha de Ródão.

O concelho localiza-se entre o Rio Tejo e o seu afluente Ocreza, a sul do distrito de Castelo Branco, fazendo a transição entre o norte e o sul de Portugal. Com ele confinam, a norte e a nascente, o concelho de Castelo Branco, a sueste, por Espanha, a sul, o concelho de Nisa e, a oeste, os concelhos de Mação e Proença-a-Nova.



Figura 1 – Concelho de Vila Velha de Ródão

2.2. DEMOGRAFIA

De acordo as estimativas anuais da população residente publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, Vila Velha de Ródão, a 31 de dezembro de 2019, contava com 3.156 habitantes, com uma distribuição que mostra a tendência para a concentração da sua população na sede do concelho. De acordo com a tabela n.º 1, a evolução dos efetivos populacionais e a sua distribuição por grandes grupos etários mostra a tendência estrutural para o envelhecimento. De acordo com os dados disponibilizados pela PORDATA, o índice de envelhecimento², no ano 2019, apresentava um rácio de 635%, o qual é calculado tendo por base o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100, significa que há menos idosos do que jovens.

¹ FONTE: PORDATA – Indicador População Residente_2019

² <https://www.pordata.pt/Municipio/Indice-de-envelhecimento-458>

Grupos Etários	Efetivos Populacionais
0 - 14 anos	192
15 - 64 anos	1.748
> = 65 anos	1.216
Total	3.156

Tabela 1 – INE - Estimativas Anuais da População Residente – Concelho de V.ª V.ª de Ródão | Ano: 2019 | Fonte: PORDATA

Na região da CIMBB³, a evolução populacional nos últimos foi territorialmente diferenciada, tendo-se registado, no entanto, perdas de população em todo o território nos últimos dez anos. Apesar das perdas de população sentidas em todos os concelhos do distrito de Castelo Branco, foi o concelho da sede do distrito o que registou a taxa de variação mais baixa, no período compreendido entre 2010 e 2019, tendo registado uma perda na ordem dos **7,35%**. Os restantes municípios da CIMBB registaram perdas mais significativas: Idanha-a-Nova – 18,04%; Penamacor – 17,16%; Oleiros – 13,24%; Proença-a-Nova – 12,73% e **Vila Velha de Ródão – 11,40%**.

MUNICÍPIO	2010	2019	Δ 2010-2019
Castelo Branco	56.221	52.090	-7,35%
Idanha-a-Nova	9.883	8.100	-18,04%
Oleiros	5.791	5.024	-13,24%
Penamacor	5.786	4.793	-17,16%
Proença-a-Nova	8.415	7.344	-12,73%
Vila Velha de Ródão	3.562	3.156	-11,40%

Tabela 2 – INE - Variação da População Residente 2010-2019 – Municípios de CIMBB | Ano: 2019 | Fonte: PORDATA

O executivo municipal tem vindo a desenvolver e a implementar, ao longo dos últimos dois mandatos, um conjunto de medidas e estratégias com vista a combater à desertificação deste concelho do interior que, como os demais concelhos do interior, lutam diariamente para esbater os efeitos da litoralização, fenómeno este que vem gerando e acentuando os desequilíbrios, no que respeita à distribuição da população pelo território nacional, contribuindo para o agravamento das assimetrias regionais.

Assim, e por forma promover o rejuvenescimento populacional no concelho, o executivo municipal tem vindo a desenvolver medidas que visam estimular as famílias a privilegiar a escolha do concelho de Vila Velha de Ródão como local de residência permanente. Esta estratégia estrutura-se através da disponibilização, aos potenciais interessados, de medidas de carácter diferenciador, promotoras de dinâmicas sociais e económicas, facilitadoras da desejada atração e fixação de população jovem.

Porque estamos empenhados, desde a primeira hora, em enfrentar este desafio e dar pequenos passos para a concretização deste grande objetivo, que é o de combater a desertificação do interior, através dos estímulos de natureza social previstos no Regulamento de Apoio a Jovens e Famílias, procurámos proporcionar a melhoria das condições de vida dos residentes e mobilizar os recursos adequados à fixação de novas famílias e de novos residentes.

As políticas autárquicas implementadas visaram a criação de condições de excelência neste território de baixa densidade populacional, aos mais diversos níveis (educação, ação social, cultura, emprego, habitação, turismo), as quais contribuíram decisivamente para a melhoria da

³ Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

qualidade de vida dos nossos munícipes e de todos aqueles que escolheram Vila Velha de Ródão para residir.

As políticas de habitação definidas desde logo pelo executivo como um eixo prioritário, dirigidas essencialmente à fixação de novos residentes, foram pensadas como medidas estruturantes e potenciadoras da valorização da qualidade de vida e o aumento da população.

Neste sentido, o Município tem vindo a disponibilizar um conjunto de apoios ao nível da **Habitação**, nomeadamente, no que se refere à **Construção e à Aquisição e Recuperação de Habitação**. São exemplo disso, a disponibilização de lotes de terreno, a baixo custo, para construção de habitação própria permanente, ou a recuperação de prédios devolutos, para posterior disponibilização no mercado de arrendamento, a custos controlados. Ainda no que se refere ao tema da habitação, o executivo municipal foi responsável pela edificação do maior complexo habitacional alguma vez construído no concelho, do qual resultou a construção 18 fogos habitacionais, disponibilizados para venda a custos controlados, e dos quais, à data da elaboração do presente relatório, apenas dois se encontram por vender.

O principal objetivo das medidas implementadas pelo executivo foi a supressão de uma das maiores lacunas sentidas no concelho: a falta de habitação ou o acesso a uma habitação com condições de habitabilidade e a um preço acessível.

No estudo divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística, no passado dia 5 de maio, dedicado ao tema das Estatísticas de Preços da Habitação ao Nível Local, referente ao 4.º trimestre de 2020, no que respeita aos *preços de venda de alojamentos familiares em Portugal (€/m²)*, pode ler-se que *"no 4.º trimestre de 2020, o preço mediano de alojamentos familiares em Portugal foi de 1.188 €/m². Este valor representa um aumento face ao 3º trimestre (+1,7%) e relativamente ao 4º trimestre de 2019 (+7,8%). A evolução da taxa de variação homóloga entre o 3º e 4º trimestre de 2020, de 7,6% para 7,8%, evidencia uma ligeira aceleração dos preços da habitação, interrompendo a desaceleração verificada nos dois trimestres anteriores"*.

"No período em análise, as três sub-regiões com os preços mais elevados eram o Algarve (1.809 €/m²), a Área Metropolitana de Lisboa (1.638 €/m²) e a Área Metropolitana do Porto (1.288 €/m²)".

Designação	Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares (€/m²)
	<i>4º Trimestre de 2020 (12 meses)</i>
Castelo Branco	859
Idanha-a-Nova	282
Oleiros	444
Penamacor	225
Proença-a-Nova	505
Vila Velha de Ródão	301

Tabela 3 - Preços de venda de alojamentos familiares em Portugal (€/m²) | Municípios da CIMBB | Fonte: INE*

Ao nível dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, podemos verificar que Castelo Branco é o município que apresenta o *preço de venda de alojamentos familiares em Portugal (€/m²)* mais elevado, que no 4.º trimestre de 2020 se situava nos 859€/m² e Penamacor é o município que apresenta o valor mais baixo, situando-se nos 225€/m², já Vila

* Instituto Nacional de Estatística

Velha de Ródão ocupa o terceiro lugar da tabela, onde comprar uma casa é possível por 301€/m².

As medidas implementadas pelo Município de Vila Velha de Ródão, ao longo dos últimos anos têm sido estruturantes para o desenvolvimento do concelho, as quais têm procurado seguir uma política de habitação ajustada às necessidades dos munícipes e têm procurado garantir o direito à habitação condigna. Neste sentido, tem sido realizado um investimento significativo na área da construção e da reabilitação de imóveis devolutos para disponibilização no mercado de venda e de arrendamento, a preços controlados.

O Município tem ainda efetuado investimentos significativos nas áreas do turismo e da cultura, com o intuito de criar melhorias nestes setores, que promovam a atratividade e o desenvolvimento local. Temos sido, desde a primeira hora, embaixadores da cultura e dos produtos locais, seja pela reabilitação do património construído; seja pela dinamização comercial ou pela tentativa de preservação do mundo rural.

Dentro desta linha de atuação, o executivo, tem procurado não só criar instrumentos de apoio que facilitem a escolha do concelho para viver, mas também infraestruturas coletivas com elevados padrões de qualidade, aos mais diversos níveis: cultural, recreativo e desportivo. Neste âmbito, gostaríamos ainda de destacar a recém-requalificada **Zona Balnear da Foz do Cobreão**, que viu cumprida a 2.ª fase do projeto, tendo sido realizadas obras complementares na zona envolvente, dotando-se aquele espaço com um bar, zonas verdes e de merendas, bem como um bar e instalações sanitárias.

Outra infraestrutura coletiva, esta de âmbito cultural, que se encontra a ser alvo de uma intervenção profunda e que merece ser destacada, são as obras de requalificação e ampliação do Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo (CIART), as quais tiveram o seu início no último semestre de 2020 e que ainda se encontram a decorrer. Destacámos, a título de exemplo, apenas duas das infraestruturas coletivas de elevadíssima qualidade existentes no concelho, as quais se encontram ao dispor da população, logo que se encontrem concluídas as intervenções nos espaços, no caso em apreço referimo-nos ao CIART.

Complementarmente à preocupação de fixar pessoas no território, de promover dinâmicas nas áreas da habitação, da educação, da cultura e do desporto, também a saúde merece ser aqui destacada, tendo-se mantido em funcionamento o **Programa Saúde Mais**, o qual proporciona consultas médicas de clínica geral aos nossos munícipes em complemento aos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, e o apoio aos munícipes em situação de vulnerabilidade social e/ou económica.

Este programa sempre foi encarado pelo executivo como uma mais-valia para as nossas populações, mas num ano como o de 2020, amplamente marcado pela pandemia mundial provocada por COVID-19, merece ainda mais destaque, pois permitiu às populações o acesso a um médico de medicina geral familiar, num período em que os hospitais se encontravam à beira da rutura e sem capacidade de resposta para os seus utentes, tendo estes últimos visto as suas consultas adiadas ou canceladas e em que o único acesso a um médico que conseguiram foi o disponibilizado pelo município, no âmbito do programa supra referido. Este programa que se mantém em funcionamento desde março 2017, registava uma média anual de 61 consultas, até ao início da pandemia, tendo em 2020 registado uma média anual de 34

consultas, verificando-se uma diminuição na ordem dos 44%, em virtude da crise de saúde pública vivida nesse ano.

Como bem sabemos, em qualquer território, o caminho a seguir, passa pela criação de atratividade económica e pelo desenvolvimento, dois fatores que nenhuma região pode dispensar ou descurar. Assim, e porque entendemos bem a importância dos investimentos concretizados, nos diversos setores, os quais são geradores de bem-estar e de qualidade de vida dos cidadãos, tudo faremos para dar continuidade ao trabalho desenvolvido, o qual sempre foi norteado pelos interesses e necessidades das nossas populações.

2.3. ACESSIBILIDADES

O concelho beneficia de uma boa rede viária, bem localizada em relação aos grandes centros urbanos ibéricos: dista 209 km de Lisboa, 250 km do Porto, 160 km de Cáceres e 489 km de Madrid.

O município é atravessado por um corredor traçado na diagonal ao território, na direção SW-NE, formado pela autoestrada A23 e pela linha ferroviária da Beira Baixa e os eixos rodoviários IP2 e N18.

No que concerne às acessibilidades, a A23 assume hierarquicamente a função mais relevante, na medida em que esta via integra a rede nacional de autoestradas, que atravessa os distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Santarém e assegura, a partir de um conjunto de outras vias integradas na Rede Fundamental, a ligação à grande maioria dos centros urbanos nacionais.

Apesar da posição geograficamente periférica que Vila Velha de Ródão ocupa no território, esta deve ser entendida como estratégica, se observada na ótica de aproximação às regiões espanholas, dado que possibilitam uma eficaz ligação ao território nacional e ibérico, podendo-se constituir como uma vantagem competitiva para a atividade económica e a mobilidade de pessoas e mercadorias.

2.4. ECONOMIA E EMPREGO

A pequena dimensão dos municípios continua a representar, ainda nos dias de hoje, um fator impeditivo de sustentabilidade, o que se reflete na dificuldade que estes apresentam em integrar o *ranking* dos 100 melhores municípios, em termos de eficácia e eficiência financeira, situação justificada, essencialmente, pelo baixo valor de receitas próprias, designadamente as provenientes de impostos. Contudo, e apesar de Vila Velha de Ródão se enquadrar nos municípios de pequena dimensão, a posição obtida por este no *rating* publicado no **Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (2019)**, vem uma vez, mais demonstrar o bom rumo da estratégia prosseguida pelo executivo camarário, cuja estratégia principal tem passado por dotar o concelho de uma economia competitiva e resiliente, orientada para a exploração sustentável dos recursos endógenos, onde a preocupação em conciliar o desenvolvimento económico e social do concelho e o bem-estar da população com contas públicas saudáveis, foi uma constante.

A boa gestão económica e financeira do município, reconhecida naquela publicação, onde Vila Velha de Ródão surge como o 2.º município do distrito de Castelo Branco com melhor eficiência

financeira, ocupando a 15.ª posição no Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente. Já no que refere ao indicador menor índice de dívida total do município, Vila Velha de Ródão, surge na 5ª posição da análise aos **20 municípios com menor índice de dívida total do município** e surge como o único município do distrito de Castelo Branco destacado neste indicador.

Ainda de acordo com os dados publicados no Anuário Financeiros dos Municípios Portugueses, gostaríamos de destacar um outro indicador – **Passivo por habitante** – o qual nos permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global) por habitante, indexando o total do passivo à dimensão social do município relacionada com a população residente. – Assim, a média nacional dos passivos por habitante foi de 566 euros, tendo o município de Arronches apresentado o menor valor de passivo por habitante (12,4€/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (6.007€/habitante), já Vila Velha de Ródão ocupou a 8.ª posição da tabela (55,4€/habitante).

Na figura 2, abaixo apresentada, podemos observar um gráfico extraído do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o qual ilustra de forma clara a **Evolução da Situação Financeira** do Município de Vila Velha de Ródão, no período compreendido entre 2006 e 2019, encontrando-se ali analisados os seguintes indicadores: *Orçamento Corrigido; Despesas Comprometidas; Receitas Cobradas; Dívidas a Pagar e o Resultado Operacional antes de Amortizações e Provisões.*

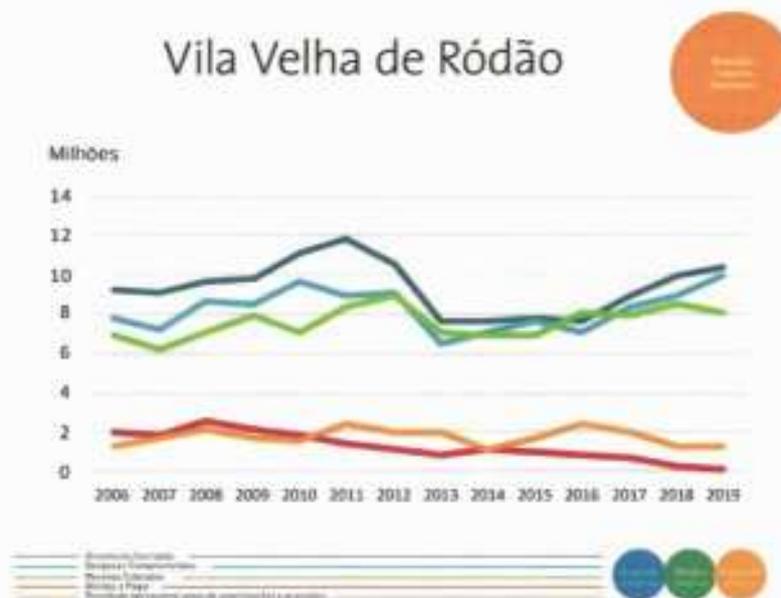


Figura 2 - Evolução da situação financeira por município | Fonte: OCC⁶

A administração local assume a prestação de um significativo número de serviços à comunidade, sendo responsável por um conjunto de investimentos públicos fundamentais ao bom desenvolvimento económico e à competitividade do território, em especial no que refere à construção e manutenção de equipamentos coletivos, nas políticas de reabilitação urbana, não esquecendo as políticas de coesão social do concelho. Nesta conformidade, a administração

⁶ Ordem dos Contabilistas Certificados. ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2019

das finanças municipais assume ainda uma maior importância no que respeita à prossecução de uma política de manutenção de contas públicas saudáveis.

Os indicadores desemprego e a exportação de bens continuam a ser alvo de destaque e enaltecimento, uma vez que o tecido empresarial do concelho continua a apresentar uma forte dinâmica e nos coloca numa posição bastante privilegiada, nos indicadores supra mencionados.

De acordo com as *Estatísticas Mensais por Concelhos*, disponibilizadas no site do Instituto do Emprego e Formação Profissional, é possível verificarmos que Vila Velha de Ródão, uma vez mais e como vem sendo habitual ao longo dos últimos anos, é o concelho da CIMBB que apresenta o menor número de desempregados inscritos, cerca de 3,12%, do total de desemprego registado na região da CIMBB, o que a 31 de dezembro correspondia a um total de 76 desempregados inscritos.

Os baixos números do desemprego, registados no concelho devem-se em grande parte aos esforços efetuados pelo executivo ao longo dos tempos, o qual foi responsável pela criação de condições atrativas ao investimento empresarial, o que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento económico da região e de pleno emprego no concelho Vila Velha de Ródão. A base económica do concelho assenta, essencialmente, na indústria transformadora, mais concretamente ligadas à fileira do papel, encontrando-se aqui localizadas quatro grandes indústrias, três das quais ligadas da fileira do papel e uma outra ligada à produção de compostos de papel com polímeros. Estas unidades fabris encontram-se instaladas no parque empresarial de Vila Velha de Ródão, contribuindo grandemente não só para os baixos números do desemprego no concelho, mas também para redução do número de desempregados nos concelhos limítrofes (Castelo Branco, Proença-a-Nova e Nisa).

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa –	
Castelo Branco	1.808
Idanha-a-Nova	341
Oleiros	95
Penamacor	144
Proença-a-Nova	170
Vila Velha e Ródão	76

Tabela 4 – Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais⁹ a 31.12.2020

De acordo a informação personalizada dos municípios disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, referente ao ano 2020, o concelho de Vila Velha de Ródão voltou a assumir um papel de destaque, quando analisada a sua capacidade de exportação. Em 2019, este município manteve o 2.º lugar ao nível das Exportações de Bens, representando 43,39% do total das exportações, ao nível do comércio internacional de bens, no conjunto dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

⁹ https://www.inec.pt/estatisticas_Estatisticas_Mensais_por_Concelhos

Exportações - CIMBB		
	Exportações de Bens (euros)	Peso do Município NUTS III (%)
Castelo Branco	78 265 035€	44,05%
Idanha-a-Nova	517 290€	0,29%
Oleiros	17 228 025€	9,7%
Penamacor	1 693 517€	0,95%
Proença-a-Nova	2 873 664€	1,62%
Vila Velha de Ródão	77 087 256€	43,39%
TOTAL	177 664 787€	100%

 Tabela 5 – Comércio Internacional, 2019_Exportações de Bens⁷

3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

3.1. ENQUADRAMENTO

Em 2020, e em resultado da pandemia provocada por COVID-19, as economias Portuguesa e Mundial registaram uma forte contração, advinda das restrições provocadas por uma das crises de saúde pública mais graves registadas na história da humanidade, a qual obrigou à aplicação de medidas drásticas por parte do Governo, as quais tiveram consequências desastrosas para os agentes económicos, aos mais diversos níveis. Todas estas condicionantes determinaram uma queda sem precedentes no Produto Interno Bruto.

Segundo o Banco de Portugal, *"após sete anos de crescimento consecutivo, e de redução generalizada do risco nos diferentes setores institucionais, as estimativas apontam para uma queda da atividade em Portugal de 7,6% em 2020, superior à contração de 6,8% na área do euro, refletindo sobretudo uma maior exposição ao turismo"*.

Ainda de acordo com esta entidade e em conformidade com a informação publicada no Boletim Económico do Banco de Portugal, de dezembro de 2020⁸, na qual se pode ler que as restrições impostas pelo Governo irão ser retiradas gradualmente a partir do primeiro trimestre de 2021, todavia prevê-se que a atividade fique ainda condicionada até ao início de 2022, *"altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação. Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano"*.

"No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. No terceiro trimestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB

⁷ Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

www.pordata.pt/Municipios/Valor-dos-bens-importados-e-exportados-pelas-empresas-393

⁸ https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2020_p.pdf

de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas. A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais. A projeção aponta para uma queda da atividade no quarto trimestre de 1,8% face ao trimestre anterior. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social.

A recuperação do PIB será gradual e diferenciada entre setores, sendo mais lenta em atividades ligadas ao turismo, cultura e entretenimento. O PIB deverá retomar o nível pré-pandemia no final de 2022.

A queda da atividade em 2020 reflete a redução da procura interna e das exportações, destacando-se o contributo muito negativo das exportações de serviços (-4,8 pp), em particular dos serviços relacionados com o turismo.

A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expectativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo. De 2021 a 2023, a balança corrente e de capital volta a apresentar um saldo positivo refletindo a melhoria da balança de bens e serviços e o aumento da entrada de fundos europeus, em particular do Next Generation.

O emprego deverá diminuir 2,3% em 2020, o que constitui uma queda inferior à que seria expectável dada a relação entre emprego e atividade observada em recessões anteriores. Esta reação atenuada refletiu o impacto das medidas de apoio às empresas, em particular, o regime de layoff simplificado e os apoios aos trabalhadores independentes. Em resultado, a produtividade por trabalhador caiu 5,9% em 2020. Para 2021-23 antecipa-se uma recuperação gradual do emprego e um aumento da produtividade por trabalhador. A recuperação lenta do emprego decorre da evolução prospetivada para os setores mais expostos aos contatos pessoais, ligados ao alojamento, restauração, viagens e serviços recreativos. Neste quadro, o emprego deverá retomar o nível pré-pandemia apenas no final do horizonte de projeção.

A taxa de desemprego aumenta de 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020. Para além das medidas de apoio ao emprego e do recurso ao teletrabalho, a evolução da taxa de desemprego foi mitigada na primeira metade do ano pelo aumento da inatividade. Com a redução das restrições à atividade, observou-se um aumento expressivo dos indivíduos que transitaram da inatividade para o desemprego, refletindo-se num aumento de cerca de 2 pp na taxa de desemprego no terceiro trimestre.

O consumo privado, principal componente da procura, cairá 6,8% em 2020, com crescimentos de 3,9%, 3,3% e 1,9% no período 2021-23. No final de 2022, o consumo privado aproxima-se do nível observado antes da crise pandémica."

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (3.º trimestre de 2020) divulgadas pelo INE, em 23 de dezembro de 2020, verificamos que o saldo do setor das Administrações Públicas (AP) regista *“uma redução em 2,1 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2020, representando uma necessidade de financiamento de 4,0% do PIB. Esta redução foi determinada pelo aumento da despesa em 2,1% e pela diminuição da receita em 2,7%.*

“Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP foi negativo no 3.º trimestre de 2020, atingindo -1 975,6 milhões de euros, correspondentes a -3,8% do PIB, o que compara com +4,4% em igual período do ano anterior. Em termos homólogos, verificou-se um aumento da despesa total (+8,3%) e uma diminuição da receita total (-9,5%).

No lado da despesa, registou-se um crescimento de 3,9% da despesa corrente, resultante de acréscimos nas prestações sociais (2,9%), nas despesas com pessoal (4,1%) e nos subsídios pagos (288,1%), traduzindo o impacto de medidas excecionais de apoio à atividade económica no contexto da pandemia COVID-19.

A despesa de capital aumentou 77,8%, refletindo o incremento de 4,6% no investimento e de 303,6% na outra despesa de capital. O aumento da despesa de capital reflete o registo, com base na informação disponível, do apoio financeiro concedido pelo Estado à TAP, S.A. no valor de 1 200 milhões de euros como transferência de capital. Este montante corresponde ao valor total do compromisso assumido pelo Estado para financiamento da empresa, autorizado pela Comissão Europeia como auxílio de Estado, tendo em conta a situação de emergência financeira da empresa.”

De acordo com uma publicação apresentada pela agência de notação financeira *Moody's*, Portugal está entre os países que poderão sofrer o maior dano económico, em virtude do elevado número de pequenas e médias empresas (PME), com maior dependência a financiamento e maior risco de perda de emprego.

Pode ainda ler-se no documento publicado pela entidade anteriormente referida, intitulado *Perspetivas Mundiais dos Soberanos [Estados] para 2021*, que *“a quebra generalizada devido à pandemia e as medidas adotadas pelos [Estados] soberanos para a conter criaram um choque económico, orçamental e social que durará até 2021 e depois”, prevendo-se que no médio prazo, os [Estados] soberanos, em todos os espectros de rating, encontrem dilemas políticos desafiantes fomentados ou exacerbados pela crise. Estes incluem o desenvolvimento de estratégias de saída da atual política de apoio sem comprometer a recuperação económica. Esta agência de notação financeira prevê ainda um crescimento global de 5% para 2021, depois de uma contração de 4% em 2020, uma previsão sujeita a riscos, como por exemplo de novos confinamentos.”*

A atual crise sanitária e consequentemente económica poderá vir a gerar impactos muito significativos no tecido económico e social dos municípios portugueses, assim disparem as insolvências das empresas e os problemas do foro socioeconómico, como o desemprego, o endividamento das famílias e ao mesmo ao despovoamento dos centros urbanos poderão vir a criar novos desafios à gestão autárquica.

É certo que os municípios assumem um papel fundamental no que respeita à competitividade económica do país, razão pela qual estes necessitam continuar a ter a capacidade de atração de investimento, dependendo muito a sua afirmação do dinamismo que consigam imprimir no tecido empresarial, na capacidade de produzir conhecimento, inovação e tecnologia, em súpula, os município portugueses têm uma grande responsabilidade, não só na recuperação económica do país mas também na sua transformação estrutural.

O período Pós-Covid será um período muito exigente para os municípios uma vez que estes assumem um papel fundamental na dinâmica económica local, essencial para a retoma da atividade económica aos mais diversos níveis e para o relançamento do investimento. Cabe a estes um importante papel na conceção de mecanismos de apoio que auxiliem as empresas a sair da crise, seja através da criação de condições fiscais, estruturais, tecnológicas ou até mesmo formativas, capazes de capacitar e fortalecer os ecossistemas empresariais.

Neste novo período que se avizinha, importa debater as estratégias de desenvolvimento local, tendo como pano de fundo a crise pandémica e as transformações que o país e o território necessitam. Inovação, sustentabilidade, empreendedorismo, inclusão social, coesão territorial, são alguns dos temas e dos novos desafios que se colocam à gestão autárquica.

A sociedade moderna é marcada pelo fenómeno da globalização, todavia não é ainda possível antecipar qual será o impacto que a crise pandémica, provocada por COVID-19, terá nesse fenómeno e na sociedade, como hoje a conhecemos.

De acordo com a publicação, Cadernos do IUM, *"a presente pandemia, como argumenta Walt (2020), irá reforçar o papel do Estado e provocar uma desaceleração da 'hiperglobalização', já que os cidadãos vão procurar proteção nos governos e, simultaneamente, os Estados e as empresas irão procurar reduzir as suas vulnerabilidades, levando a que o mundo pós-COVID-19, seja menos aberto, menos próspero e menos livre. Como consequência é expectável que se assista a um ressurgimento dos nacionalismos (Walt, 2020), com impacto na sociedade portuguesa."*

A importância da modernização do Estado e das reformas orgânica e estrutural da administração pública, que meticulosa e conjuntamente se vão construindo, envolvem as autarquias locais, racionalizam recursos financeiros e patrimoniais, reduzem assimetrias económicas e produtivas e promovem o desenvolvimento sustentado do ecossistema social, ambiental e territorial.

A dimensão tecnológica, mais do que nunca, não pode ser esquecida, já que esta foi essencial, no período de confinamento geral da população, para a manutenção do relacionamento entre as entidades governamentais e destas com os cidadãos e empresas, destacando-se aqui a importância da modernização administrativa e dos serviços públicos digitalizados, implementando processos de governação eletrónica de suporte ao exercício da cidadania digital. A crise pandémica registada veio criar novos desafios às empresas, às administrações públicas e aos trabalhadores, expôs lacunas ao nível do conhecimento dos utilizadores e evidenciou fragilidades nos sistemas e dos equipamentos informáticos.

A importância da inovação na sociedade deve ser encarada como condição básica e transversal a qualquer organização, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade.

transparente e eficiente, apto a dar respostas céleres e adequadas às exigências e expectativas dos cidadãos, orientado para a prestação de um serviço público eficiente, eficaz e económico.

Assim, e de acordo com as premissas apresentadas, torna-se fundamental olharmos hoje para o Poder Local como um agente de desenvolvimento e como um parceiro estratégico, capaz de prestar auxílio aos seus munícipes e ao tecido empresarial instalado no concelho, no sentido de enfrentar os novos desafios que hoje se colocam, aos mais diversos níveis (dinamização do tecido empresarial, emprego, saúde, proteção e apoio social), nunca esquecendo que cada território tem as suas dinâmicas e necessidades próprias e que nenhum território é igual ao outro. As premissas elencadas não podem ser descuradas na definição das estratégias que o município pretende imprimir e desenvolver no território.

3.2. COVID-19

Atendendo à situação de emergência e de saúde pública, que se registou a nível mundial, ocasionada pela epidemia da doença COVID-19, à qual foi atribuído, pela Organização Mundial de Saúde, o estado de pandemia em 11 de março de 2020, e a declaração do estado de emergência, pelo Presidente da República, com subseqüentes renovações, assim como todas as medidas com vista à execução e regulamentação do referido estado de emergência, que procuraram assegurar o tratamento da doença e evitar a sua propagação, tendo dessa forma levado à adoção de medidas extraordinárias e de caráter urgente, que conduziram à suspensão de um leque alargado de atividades económicas e, conseqüentemente, ao encerramento de um elevado número estabelecimentos e serviços, nas mais diversas áreas de atividade económica.

A par desta situação, verificou-se que uma grande fatia da população do nosso país e em especial do nosso concelho apresentaram algumas fragilidades aos níveis económico-social, com especial destaque para os estratos sociais desfavorecidos e para a população mais idosa.

Assim e de acordo com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, art.º 2º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, *constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações*. Certos dos nossos deveres, enquanto eleitos locais, estivemos desde a primeira hora em que fomos confrontados com a situação de pandemia, sensíveis para as necessidades dos Rodenses, tendo o executivo municipal tomado um conjunto de decisões no sentido de minorar o impacto destas medidas na comunidade Rodense, pois é nosso entendimento que às autarquias cabe a responsabilidade de realizar um trabalho de proximidade para com os seus cidadãos, procurando dar respostas aos seus anseios e necessidades, uma vez que estas são detentoras de um conhecimento mais estreito da realidade dos seus munícipes e do seu território. Das autarquias locais, e em particular em momentos de crise como o que vivemos, espera-se um apoio e uma intervenção particular junto das pessoas, das organizações e das empresas por forma a minorar os problemas das populações e ajudar no sentido da sua resolução.

Assim, e em consonância com as competências que lhe estão conferidas, a Câmara Municipal adotou um conjunto de medidas excecionais, consideradas urgentes e imprescindíveis, de prevenção e combate à disseminação da doença, bem como de minimização dos seus efeitos, através da concessão de apoios, no que respeita à isenção ou redução de preços às famílias, às instituições e às empresas no âmbito do regulamento tarifário em vigor, no que concerne ao abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos, às entidades e aos cidadãos que viram, as suas vidas e os seus rendimentos alterados, sem

que tal fosse expectável, procurando desta forma minorar as graves consequências económicas e sociais, provocadas pela pandemia da doença COVID-19.

Nestes termos, e para além de um conjunto de medidas já implementadas pelo Município de Vila Velha de Ródão, e por forma a contribuir para a minimização do impacto na economia local, através dos recursos que a autarquia tem ao seu dispor, aprovou o conjunto de medidas abaixo descritas e comunicadas, ao **abrigo do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril**:

- o Isentar do pagamento de rendas os espaços concessionados pelo Município durante os meses de abril a junho e renovou a isenção das rendas nos meses de julho a setembro, *estas isenções atingiram um valor estimado de 6.700€*;
- o Suspensão do pagamento da mensalidade do Ginásio Municipal, enquanto o mesmo se encontrou encerrado, *esta isenção que atingiu um valor estimado de 7.500€*;
- o Relativamente ao consumo de água foram aprovadas as medidas abaixo discriminadas, para **consumidores particulares, comércio, micro, pequenas e médias empresas e grandes empresas com valor de consumo mensal inferior ou igual a 500,00€**, aplicadas aos consumos efetuados nos **meses de março, abril e maio de 2020**, e cuja isenção *rondou os 114 mil euros*:
 - o Suspensão da atividade do leitor / Cobrador do Serviço de Águas;
 - o Isenção do pagamento de abastecimento de Água e respetivas taxas;
 - o Isenção do pagamento de Saneamento e respetivas taxas;
 - o Isenção do pagamento de Resíduos Sólidos e respetivas taxas;

Outras medidas desenvolvidas pelo Município, com vista à prevenção e combate à disseminação da doença, com o intuito de minimizar os seus efeitos:

- o Ativamos o Plano de Contingência da Câmara Municipal;
- o Encerrámos equipamentos municipais (BMJBM, Casa de Artes, Ginásio, Estádio Municipal, Centro Náutico, Posto de Turismo e espaços museológicos) e limitámos o atendimento presencial, nos serviços do município;
- o Ativámos o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, por forma a promover uma maior eficácia na mobilização e coordenação das entidades intervenientes no combate à pandemia;
- o Criámos duas linhas de apoio para garantir a entrega de medicamentos e bens essenciais à população mais vulnerável (idosos, doentes crónicos ou pertencentes a famílias carenciadas);
- o Disponibilizámos uma linha de apoio psicológico, disponível para toda a população;
- o Garantimos o fornecimento e a entrega de refeições a todas as crianças do Jardim de Infância e dos alunos dos 1º, 2º e 3º Ciclo do Agrupamento de Escolas, inseridos no escalão A e B de Ação Social Escolar, cujos encarregados de educação manifestaram previamente o interesse; Acresce a este facto que as refeições servidas às crianças/alunos inseridos nos Escalão A de Ação Social Escolar, foi servida gratuitamente e ao nível dos alunos inseridos no escalão B a refeição tinha um custo de 0,73€/refeição/dia;
- o Efetuamos o acolhimento de crianças de trabalhadores de serviços essenciais, tais como: Profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro, e dos profissionais de gestão e manutenção de infraestruturas essenciais;
- o Trabalhamos em parceria com as Juntas de Freguesia e as Associações do Concelho, no sentido de identificarmos mais facilmente os munícipes que necessitavam de apoio;

- o Foram realizados, gratuitamente, testes rápidos à COVID-19, a utentes e profissionais dos lares do concelho, aos técnicos de saúde, aos bombeiros, aos colaboradores ao serviço do comércio local, aos operadores de táxis e aos colaboradores do município, tendo sido adquirido um total de 1.823 testes, a que lhe correspondeu o montante total de 20.575€;
- o Com o objetivo de proteger os funcionários e colaboradores das IPSS's do concelho, adquirimos e disponibilizámos material de proteção individual - fatos e calçado de proteção, luvas, máscaras, viseiras e óculos de proteção, desinfetante e termómetros, cuja necessidade foi apurada previamente, junto de cada uma das instituições. Para este apoio foi direcionada uma verba no montante total de 10.311€.
- o Foram efetuadas ações de sensibilização da população, com o objetivo de serem adotadas medidas preventivas e de minimização da propagação do vírus, procurando ainda disponibilizar, atempadamente, toda a informação necessária à aplicação de boas práticas por parte da população;
- o Em articulação com a CIMBB, assegurámos a realização de um transporte público, com periodicidade semanal, por forma a garantir o cumprimento dos serviços mínimos essenciais, por parte do operador público, TRANSDEV e garantimos ainda aos alunos do 11.º e 12.º Ano do Ensino Secundário, que estudam em Castelo Branco o transporte em autocarro do município, até ao final do ano letivo, o qual foi disponibilizado também para o uso geral dos nossos munícipes;
- o O município adquiriu 25 computadores portáteis reconicionados e respetivas ligações à internet os quais foram cedidos aos alunos do Agrupamento de Escolas, em regime de empréstimo até ao final do ano letivo. Esta medida procurou garantir a existência de igualdade de oportunidades no acesso à educação e evitar que os desafios impostos pela nova realidade que vivemos constituam um impedimento ao sucesso escolar dos nossos alunos, que assim dispõem dos meios necessários para poderem acompanhar as aulas à distância. De forma a apoiar as crianças o Município garantiu aos estudantes a entrega de manuais didáticos personalizados e adaptados às suas necessidades, cujo plano curricular é individualizado.
- o Assinámos com a Associação Dignidade o protocolo "Emergência Abem: Covid-19", que garante o acesso ao medicamento, aos cidadãos que não estão abrangidos pela condição de recurso do Programa Abem, mas que se encontram em situação fragilizada, na sequência da pandemia.
- o Face à impossibilidade das Juntas de Freguesia do Concelho poderem realizarem a comemoração das datas representativas, de alguns feriados nacionais, o município deliberou no sentido de manter a atribuição do apoio, às Juntas de Freguesia, previsto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, como forma de subsidiar as despesas de caráter social que se venham a verificar na respetivas freguesias, no âmbito do COVID-19, tendo para o efeito sido atribuído o montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), a cada Junta.



- o Foi atribuído um apoio extraordinário no valor de 13.990€, na sequência de um pedido de apoio dirigido pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, que na sequência da pandemia de COVID-19, sentiu necessidade de criar 5 quartos de isolamento e respetivas instalações sanitárias adaptadas aos utentes das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, conforme orientações da Direção Geral de Saúde.
- o Foi atribuído um apoio extraordinário, no valor de 25.000€ à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão, que endereçou um pedido de auxílio ao município, que em virtude do estado de pandemia por COVID-19, manifestando uma grande dificuldade em conseguir suportar as despesas mensais fixas, pondo em causa o bom funcionamento da instituição, no que se refere à prestação de socorro e auxílio à população, bem como o pagamento dos salários aos colaboradores;
- o O Município garantiu, diariamente durante uma semana, a distribuição das refeições aos utentes do GAFOZ, em virtude de se ter registado um caso positivo de COVID-19 naquela instituição;
- o Foi alugada uma tenda para colocação junto ao Centro de Saúde Vila Velha de Ródão, para fazer face a uma lacuna identificada, já que os utentes daquela unidade de saúde tinham de esperar na rua ao frio e à chuva pela sua vez, em virtude do plano de contingência daquela unidade de saúde não permitir a permanência de pessoas na sala de espera interior. O aluguer deste equipamento representou um custo de 1.600€.
- o Foram distribuídos kit's de segurança, de combate ao COVID 19, por todos os munícipes, com mais de 65 anos, aos colaboradores do município, aos funcionários das IPSS's, às forças de segurança e bombeiros, os quais continham: 1 máscara social, 1 gel desinfetante, 1 porta-máscaras e bolsa para guardar todo o material de segurança. Em simultâneo, com o trabalho de distribuição dos kit's foram também efetuadas ações de sensibilização, junto da população, para que observem as normas de segurança emanadas pela DGS, no que se refere ao cumprimento do distanciamento social, do uso da máscara, da higienização das mãos e no cumprimento da etiqueta respiratória.
- o Foi ainda concretizado um conjunto de medidas, ao nível do funcionamento dos serviços, possibilitando a realização do teletrabalho, a deslocalização de postos de trabalho, a fim de garantir as regras de distanciamento social, foram implementados horários de entrada e períodos de refeição desfasados, ao nível dos colaboradores do estaleiro municipal, a fim de se evitarem aglomerações.
- o O Município de Vila Velha de Ródão obteve o selo "Safe & Clean" atribuído pelo Turismo de Portugal (Turismo da Região Centro), em colaboração com a Confederação de Turismo de Portugal, uma distinção entregue às entidades ligadas ao setor do Turismo que cumpram as recomendações da Direção-Geral de Saúde (DGS) na higienização necessária para evitar riscos de contágio de Covid-19, com a validade de um ano. A certificação assegura distanciamento social, normas de etiqueta respiratória, proteção individual para os colaboradores, stock de materiais de limpeza, dispensadores de solução à base de álcool gel, entre outras especificações de segurança requeridas, e demonstra o empenho do Município no cumprimento das normas e recomendações



emitidas pela DGS. Procura-se assim minimizar o risco de contágio e a prestação de serviços em condições de segurança, por forma a potenciar a retoma do setor do turismo na região, enquanto destino turístico seguro. Com esta distinção os equipamentos preparados para receber visitantes e utilizadores são: o Posto de Turismo, o Lagar de Varas, a Biblioteca Municipal, o Parque de Autocaravanas e a Casa de Arte e Cultura do Tejo.

- **DESINFECÇÃO DE RUAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO CONCELHO** – O Município, em coordenação com as Juntas de Freguesia de Vila Velha de Ródão, Fratel, Perais e Sarnadas de Ródão, efetuou uma operação de higienização e desinfeção das ruas e espaços públicos, como forma a evitar a propagação do Covid-19 e proteger a saúde dos munícipes. Estas ações de limpeza decorreram em todas as freguesias, com particular incidência nos locais onde se verificam maiores concentrações de pessoas, como é o caso da Câmara Municipal, entidades bancárias, Agrupamento de Escolas, lares, CTT, bombas de gasolina, zonas indústrias, supermercados, farmácia, largos, entre outros espaços, cujo objetivo passou por manter os arruamentos e espaços públicos limpos, tendo em conta a atual situação epidemiológica que vivemos.



- **AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE DESINFECÇÃO POR OZONO** – O Município adquiriu uma máquina de desinfeção por ozono por forma a garantir a higienização e desinfeção dos autocarros municipais e dos diversos equipamentos e espaços da autarquia.

A aquisição deste equipamento foi encarada pela Município como um investimento para garantir a proteção e saúde dos munícipes que utilizam os meios de transporte ou se deslocam aos equipamentos municipais, já que o mesmo garante a desinfeção e descontaminação das superfícies contra bactérias e outros microrganismos e não deixa resíduos perigosos.

3.3.RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020

3.3.1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Como bem sabemos o turismo é uma atividade económica estratégica para o desenvolvimento económico e social do país e de qualquer região, razão pela qual importa estudar e definir estratégias no sentido da qualificação, capacitação e diversificação da oferta turística, no sentido de o tornar mais sustentável, responsável e inclusivo.

Os territórios de baixa densidade populacional, enfrentam problemas difíceis relacionados com a desertificação e o envelhecimento populacional, assim podemos afirmar que o setor do turismo tem representado uma mais-valia para estes territórios, na medida em que

contribuem para a diminuição do avanço da desertificação, atraem visitantes, mão-de-obra qualificada e moradores.

O turismo de natureza e o turismo cultural têm-se vindo a afirmar no concelho de Ródão como atividades económicas com forte vocação e apelo nessas áreas. Estas, assumem hoje um papel relevante, no que concerne à dinamização da economia local e do desenvolvimento do território, contribuindo significativamente para o manter ativo.

Podemos mesmo afirmar que, Vila Velha de Ródão um concelho localizado no interior do país, ainda apresenta um grande potencial de crescimento no setor do turismo do concelho. Para que isso seja possível temos vindo a trabalhar no sentido de requalificar infraestruturas culturais e turísticas, como são disso exemplo disso o CIARVT e a Zona Balnear da Foz do Cibrão, temos apostado na dinamização de eventos culturais e gastronómicos, temos trabalhado no sentido de promover o turismo de natureza, nomeadamente através da requalificação da rede de percursos pedestres existentes, nunca esquecendo o rio e as dinâmicas a ele associadas.

Assim, e no que concerne ao trabalho desenvolvido nas áreas do turismo, desenvolvimento económico e potenciadoras da atração turística da região, gostaríamos de destacar alguns dos eventos e atividades que desenvolvemos ao longo do ano 2020 e que contribuíram para a dinamização do território:

- o **Grande Prémio F2 de Motonáutica** – Nos dias 01 e 04 de outubro, Vila Velha de Ródão recebeu duas etapas do Campeonato do Mundo de Motonáutica – F2, competição organizada pela Federação Portuguesa de Motonáutica (FPM), em parceria com o Município de Vila Velha de Ródão, que terminou com chave de ouro com a sagração do piloto português Duarte Benavente como campeão do mundo desta modalidade.



Foi com entusiasmo que recebemos a segunda e terceira etapa do Mundial de GP2 – a segunda maior categoria da modalidade de barcos de competição (*powerboating*). Esta é a primeira vez que Vila Velha de Ródão recebe a Fórmula 2, uma prova do Campeonato do Mundo, a qual projetou em termos turísticos o nome do concelho, do território e da região, tendo contribuído também para o reconhecimento do potencial desta zona do Tejo para a realização de desportos náuticos. A vitória de Duarte Benavente foi a cereja no topo do bolo, o português sagrou-se campeão do mundo da modalidade, precisamente em Vila Velha de Ródão, será certamente um momento que vai ficar para sempre registado na nossa memória, foi um momento singular para a região centro e para a promoção do interior.

- **Ações promocionais da marca Terras de Oiro/Loja Online** – A marca Terras de Oiro foi desenvolvida pelo Município de Vila Velha de Ródão com o objetivo de promover e divulgar os produtos do concelho, oferecendo aos produtores, empresas e indústrias locais uma plataforma única de divulgação conjunta dos produtos agroalimentares produzidos na região com o intuito de promover e potenciar a sua entrada nos mercados nacional e internacional.

Ao juntar sob designação «Terras de Oiro» os produtos do concelho, com o intuito de acrescentar notoriedade e valor aos mesmos, através da criação de uma marca e de uma identidade facilmente reconhecíveis e ligadas a um território. A par da marca Terras de Oiro, nasceu a loja online a qual foi concebida com o intuito de promover a venda de produtos regionais que integram esta marca.

A marca Terras de Oiro deu mais um passo na sua estratégia de promoção em meios de comunicação digitais e impressos com a criação de uma loja online www.terrasdeoiro.pt, onde os interessados podem adquirir os produtos do concelho, tendo por base o catálogo da marca territorial de Vila Velha de Ródão. A criação desta plataforma representa um investimento significativo por parte do Município no reforço da marca.



O projeto tem como principal missão apoiar os produtores locais do concelho de Vila Velha de Ródão, que num ano marcado pela pandemia viram as suas vendas severamente afetadas, tendo encontrado neste projeto uma oportunidade para escoarem as suas produções e ao mesmo tempo realizarem vendas. A dinamização deste projeto potenciou e criou relações de proximidade com os consumidores e promoveu as suas vendas, sem limites geográficos.

Nos dias que correm e no contexto pandémico que se tem vivido, o e-commerce ganhou uma expressão e uma tendência sem igual, ter uma loja online nos tempos atuais é quase uma



necessidade básica, se pretendermos alavancar as vendas, escoar produção ou divulgar os produtos endógenos de uma região.

Na época natalícia e por forma a exponenciar as vendas dos produtores locais, o município promoveu a iniciativa de criar cabazes de natal com os produtos inseridos na marca Terras de Ouro, com o intuito de promover o que se melhor se produz na região e ajudar os produtores locais a escoarem a sua produção, num momento extramente difícil como o que atravessávamos em dezembro de 2020, não só ano nível pandémico mas também económico.

- **RTP GRAVA PROGRAMA EM RÓDÃO SOBRE A VIDA E OBRA DO MESTRE CARGALEIRO** - O mestre Manuel Cargaleiro, acompanhado por uma equipa da RTP liderada pela jornalista Fátima Campos Ferreira, visitou Vila Velha de Ródão no dia 8 de janeiro, a propósito da gravação de um programa sobre a sua vida e obra, tendo sido recebido nos Paços do Concelho pelo presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão. O programa transmitido pelo canal público de televisão e combina os géneros da entrevista alargada e do documentário, pretendendo apresentar uma reflexão sobre a obra do ceramista e pintor, nascido em 1927, no concelho de Vila Velha de Ródão, e conhecer melhor o homem por detrás dela.

A ideia da jornalista foi procurar a essência do mestre Cargaleiro, perceber a obra e o homem que está por detrás dela, quais são as suas inspirações... Por isso, viemos aqui, onde ele nasceu, porque toda a sua obra é muito inspirada pela Beira Baixa.

As filmagens tiveram o seu início no Salão Nobre do Município, local que conta com um conjunto de obras oferecidas por aquele autor à Câmara Municipal, tendo depois seguido as mesmas para o rio, a bordo de um passeio de barco às Portas de Ródão.

Este trabalho, entendido pelo Presidente do Município, como um justo reconhecimento pela pessoa do mestre Cargaleiro e pela importância da sua obra no panorama artístico nacional e internacional, tratando-se de um homem que sempre manteve uma forte ligação às suas origens e constitui um motivo de orgulho para todos os rodenses.



- **Assinatura de Protocolo Turismo do Centro - Caminho de Santiago** – O Turismo de Portugal, no âmbito da sua estratégia de dinamização do turismo espiritual e religioso assinou, no dia 18 de dezembro, um protocolo de cooperação com os municípios de



Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Celorico da Beira, Guarda e Trancoso, o qual tem como objetivo a certificação e a dinamização da Via Portugal Nascente, no troço que une Vila Velha de Ródão a Celorico da Beira.

O protocolo estabelecido e assinado em Vila Velha de Ródão prevê que o Turismo Centro Portugal seja a entidade gestora da Via Portugal Nascente e da sua certificação, nos 199,4 quilómetros que incluem as 10 etapas entre Vila Velha de Ródão e Trancoso.

- o **Assinatura de Protocolo Centro Qualifica** – No final do ano 2020, o município celebrou um protocolo de colaboração com a Petroensino – Ensino e Formação Profissional, Lda para a instalação de uma extensão do Centro Qualifica daquela entidade em Vila Velha de Ródão, com vista à melhoria das qualificações da população do concelho.

Esta extensão do Centro Qualifica irá funcionar num espaço cedido pela autarquia e disponibilizará oferta formativa nas áreas do reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação; e também nas áreas da formação modular e aprendizagem; educação e formação de adultos; desempregados de longa duração e orientação ao longo da vida. Estes centros têm como premissas fundamentais a valorização das aprendizagens adquiridas pelos adultos ao longo da vida e a possibilidade efetiva de aumentarem e desenvolverem competências através da realização de formação qualificada, bem melhorar os níveis de qualificação da população e de empregabilidade dos indivíduos



O Centro Qualifica Petroensino tem como entidade promotora a Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal e o protocolo agora assinado prevê ainda o fornecimento de formação gratuita para os funcionários da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e a manutenção permanente, em horário de expediente, nas instalações da extensão do Centro, de um funcionário cuja residência esteja fixada no município.

- o O **Posto de Turismo** do Município a funcionar, desde o segundo trimestre de 2019, no Parque de Campismo Rural do Tejo, registou um afluxo de visitantes bastante elevado, até ao período em que o mesmo foi obrigado a encerrar, por conta da crise de saúde pública que marcou o ano 2020.

Este espaço que, para além de prestar informações turísticas, serviu ainda de montra aos produtos regionais, que encontraram neste local excelentes condições para promoverem e darem a conhecer aos turistas o que melhor se produz na região.

Com a entrada da *Loja Online* do Município em funcionamento este serviço foi ainda responsável por preparar e expedir todas as encomendas realizadas naquele espaço, garantindo a entrega atempada de todos os pedidos realizados.

- o No **Lagar de Varas** continua em funcionamento o núcleo museológico dedicado ao azeite e a exposição permanente "O Azeite: Ouro de Ródão", estando o espaço anteriormente ocupado pelo Posto de Turismo disponível para servir de apoio, para acolher exposições temporárias e *workshop's* temáticos.

O turismo, a par da cultura, foi um dos setores onde mais se sentiu os efeitos provocadas pela crise pandémica. As restrições às viagens, em resultado das restrições impostas à circulação de pessoas, afetaram o turismo não só a nível global, mas também com elevadas consequências a nível local. Este declínio, registado no setor do turismo, trará a curto prazo, consequências económicas para as empresas e colocará em risco muitos postos de trabalho, pelo que urge reiniciar o turismo com segurança e de forma coordenada.

3.3.2. OBRAS MUNICIPAIS

Após mais um ano de mandato, estrategicamente delineado pelo Executivo, com a harmonização da gestão de recursos próprios e uma constante procura de apoios financeiros provenientes de fundos estruturais europeus, é real e inegável a valorização do concelho de Vila Velha de Ródão, ao nível da qualificação do meio urbano, do meio ambiente e da paisagem, fatores que têm dado continuidade à estratégia definida pelo Executivo Municipal, numa ótica de coesão da rede urbana, criação de infraestruturas relevantes e de fixação de novos residentes e dinamizadores das vertentes culturais e turísticas do concelho, são disso exemplo os projetos de Requalificação do GIARVT ou de Valorização Paisagística da Zona Balnear da Foz do Cobreão.

O investimento na construção de novas habitações, na requalificação e na regeneração urbana habitacional, dando relevância aos núcleos antigos e sedes de freguesia e à implementação de novos projetos considerados estruturantes para o concelho, são garantia da fixação de pessoas e de melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes.

Também uma forte aposta na componente de trabalhos por Administração Direta, permitiu ao Executivo que os seus serviços pudessem dar seguimento a uma série de pequenas obras reclamadas pelas populações e que vindo ao encontro das suas necessidades, são também sinónimo de perfeita articulação com todas as Juntas de Freguesia.

OUTRAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO NAS FREGUESIAS DE FRATEL E VILA VELHA DE RÓDÃO:

- o **VALORIZAÇÃO DA ENTRADA DA LADEIRA** – A entrada da Ladeira, na freguesia de Fratel, foi alvo da realização de obras de valorização promovidas pelo Município. A realização desta intervenção procurou resolver um conjunto de constrangimentos e dificuldades sentidas, pelos operadores de transportes públicos e que condicionavam a prestação do seu serviço, ao nível da circulação e da realização de manobras naquele local. Desta intervenção resultou o alargamento e a repavimentação da via, dotando-a de condições de segurança para os seus utilizadores.



- **BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS, EM SILVEIRA** – A localidade da Silveira foi alvo de uma beneficiação, ao nível dos arruamentos, a qual procurou promover a melhorias ao nível da pavimentação de arruamentos, que ainda se encontravam por pavimentar, do alargamento da via, bem como a construção de valetas laterais, revestidas a betão. Esta obra resultou de um conjunto de intervenções, programadas pelo Município, com o intuito de melhorar as condições de circulação e segurança de viaturas e peões.



- **BENEFICIAÇÃO RUA DA SR.ª DA ALAGADA, EM VILA VELHA DE RÓDÃO** – A Rua da Sr.ª da Alagada foi alvo de uma intervenção que incluiu, para além dos trabalhos de pavimentação em betuminoso, previsto, foi também efetuado um ligeiro rebaixamento de um pequeno troço da rua, na qual foi aplicada uma tela pitonada para proteção de parte dos alçados de edifícios com cota interior abaixo da rua e a remoção da totalidade do pavimento betuminoso existente.

As três obras, acima enunciadas, integraram uma empreitada que incluiu intervenções de pavimentação em vários arruamentos das freguesias de Fratel e de Vila Velha de Ródão, cujo estado de conservação requeria uma melhoria das suas condições, fazendo parte de um conjunto de investimentos mais alargados promovidos pelo Município, cujo objetivo principal passou pela resolução de questões relacionadas com a mobilidade e segurança, ao nível de circulação.

A concretização desta empreitada resultou de um investimento municipal na ordem do 138.000€.

- **OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CIARVT** – No início do mês de julho, tiveram início as obras de requalificação e ampliação do Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo (CIARVT), uma intervenção abrangente que, entre outros aspetos, prevê a construção de uma nova entrada e a criação de quatro galerias expositivas, de um centro de documentação e de uma sala de multimédia e audiovisuais.

O projeto foi candidatado ao Centro 2020 e **representa um investimento total na ordem dos 725.358€, dos quais 524.601,79 € serão elegíveis e participado em 85% através do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (445.911,52€)**. As obras de requalificação têm um prazo de execução de 365 dias.

No que respeita ao edifício que existe atualmente, o projeto prevê a reformulação do seu interior e a introdução de um programa específico, com vista à exposição de conteúdos museológicos pretendidos: Arte Rupestre, Paleolítico, Geologia e Geomorfologia.

O edifício será ainda alvo de uma ampliação, para a zona devoluta a poente, onde será edificado um novo corpo com uma linguagem distinta, que visa afirmar claramente um novo tempo de intervenção neste conjunto e por onde se passará a fazer o acesso ao Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo.

Trata-se de um projeto ambicioso e muito abrangente que, para além de aumentar o espaço de exposição, irá criar novos espaços dedicados aos serviços e à área educativa e inclui uma sala multimédia, na qual os visitantes vão poder usufruir de um acesso virtual às figuras de arte rupestre submersas, aquando da construção da barragem do Fratel.

Este projeto, conta ainda com a colaboração de especialistas das áreas da arqueologia, nomeadamente, Dr. João Caninas, Dr. Luís Raposo e Dr. António Martinho Batista arqueólogos da chamada “Geração do Tejo”, os quais participaram na catalogação e preservação da arte rupestre do vale do Tejo, antes da sua submersão devido à construção da barragem do Fratel, no que respeita à produção de conteúdos para o novo espaço museológico.

A concretização dos conteúdos para este espaço e dos e equipamentos interativos que se preveem instalar no mesmo, representam um investimento adicional na ordem dos 182.000€, estimando-se a sua concretização no decurso do ano 2021, após a conclusão das obras de remodelação do espaço.

O objetivo da autarquia é criar um espaço museológico contemporâneo, atual e funcional, que permita ao visitante conhecer melhor e perceber a riqueza patrimonial que constitui o Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo, um dos mais importantes conjuntos de arte pós-



paleolítico da Europa, constituído por mais de 20 mil gravuras dispersas ao longo de 40 km de ambas as margens do rio Tejo.

- o **CONSTRUÇÃO DE COZINHAS EM MORADIAS DA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA TORRE** – As obras do complexo habitacional da Quinta da Torre Velha foram concluídas no decorrer de 2020. Este projeto habitacional da autarquia contemplou a construção de 18 moradias, quatro de tipologia T2 e 14 de tipologia T3, em banda ou geminadas. Por forma a concluir o projeto habitacional, para posterior disponibilização para venda, o município concretizou um esforço adicional, na ordem dos **147.500€, no sentido da construção das cozinhas dos 18 fogos habitacionais.**

O principal objetivo desta obra passou pela supressão das necessidades existentes ao nível do parque habitacional, frágil e que se manifesta insuficiente para dar resposta a todas as solicitações das famílias que se pretendem fixar no concelho, face ao crescente nível de empregabilidade que se tem registado.

- o **LOJA DE CIDADÃO DE VILA VELHA DE RÓDÃO** – No decurso de 2020 foi estabelecido o contrato para instalação da Loja do Cidadão, em Vila Velha de Ródão. Esta intervenção consiste na requalificação de um edifício pertença do Município, localizado na Rua de Santana, um espaço amplo que vai permitir o funcionamento de diversos serviços da administração central, local e de entidades privadas que prestam serviços de interesse público, no mesmo local. A nova Loja do Cidadão irá acolher os serviços do Instituto dos Registos e Notariado, do Instituto da Segurança Social, da Autoridade Tributária e ainda o Espaço Cidadão, permitindo aos cidadãos usufruir destes serviços de uma forma centralizada e desburocratizada, contribuindo decisivamente para a poupança de tempo e de recursos. **A concretização deste projeto resulta de um investimento Municipal na ordem dos 343.775€** o qual foi aprovado através de uma candidatura ao programa CENTRO 2020, com um valor elegível de 303.717,94€ e participado em 85% através do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

- o **BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO DE ACESSO À ALBUFEIRA DE CEDILHO** – No âmbito do contrato interadministrativo assinado entre o Município e a Agência Portuguesa do Ambiente, no final do ano de 2019, resultou a beneficiação do acesso à albufeira de Cedilho. Este caminho constitui-se como o único acesso com possibilidade de circulação viária entre a povoação de Monte Fidalgo, freguesia de Perais, e a margem da albufeira de Cedilho, no rio Tejo. Trata-se de um caminho em terra batida, com uma extensão aproximada de 1,5 quilómetros que atualmente é utilizado por pescadores, turistas, entidades oficiais responsáveis



pela área do ambiente e controlo e fiscalização da utilização cinegética e do meio hídrico e por utilizadores recreativos casuais, para ligação fluvial à margem espanhola.

Recentemente, com a escassez de água no rio Tejo a montante da barragem de Cedilho e a conseqüente descida do nível da água nesta zona, verificou-se a ocorrência de vários

problemas, como o abatimento das cristas dos taludes de aterro do caminho de acesso ao plano de água, que normalmente se encontravam submersos, a que se somaram algumas derrocadas nos taludes de escavação, motivados pela erosão das águas de escorrência superficiais que entretanto surgiram com intensidade inesperada. A fim de se solucionar esses problemas, foi realizada uma operação de desobstrução e limpeza do troço final do caminho, com carácter de urgência, a fim de garantir o acesso ao plano de água, nomeadamente para permitir a colocação de um barco, afeto à Agência Portuguesa do Ambiente, para monitorização os níveis e qualidade da água da albufeira. Das necessidades identificadas surgiu a beneficiação do caminho supra referido, aproveitando ainda a existência desta via para potenciar a dinamização da atividade turística e a prática da pesca profissional, em condições de segurança. **Para a concretização desta obra foram necessários 158.007€.**

- o **PREVENÇÃO DA FLORESTA CONTRA AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS / BENEFICIAÇÃO DA REDE PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA** – O Município levou a efeito a concretização de um projeto de investimento na área da floresta, através da constituição de infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Vila Velha de Ródão, tendo-se criado condições para um combate mais eficiente a eventuais fogos florestais que possam ocorrer, tendo sido criadas zonas de descontinuidade vegetal, contribuindo essa medida para salvaguardar pessoas e bens. **Para a viabilização dos trabalhos referidos foram alocados 250.977€.**
- o **CENTRO DE CONVÍVIO DE SARNADAS DE RÓDÃO** - As obras de remodelação e adaptação da antiga Escola Primária de Sarnadas de Ródão, possibilitaram a concretização do Centro de Convívio. Trata-se de um projeto desenhado pelo município para aquele local com o intuito de dar uma resposta social aos idosos e suas famílias, na sequência do encerramento do Centro de Dia daquela localidade pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, situação que colocava os idosos perante a alternativa de se deslocarem para o Centro de Dia, localizado na sede do concelho. De forma a evitar a deslocação para fora da freguesia e garantir a existência de um espaço de socialização e bem-estar para os idosos, que continuaram a beneficiar do apoio domiciliário fornecido pela Santa Casa da Misericórdia, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia comprometeram-se a criar um Centro de Convívio nas instalações da antiga Escola Primária, um edifício recentemente intervencionada e reabilitado pelo Município.



Esta obra, maioritariamente realizada com recurso à **administração direta**, totalizou os **39.674€**, complementados com a realização de uma empreitada para a concretização dos trabalhos referentes à aplicação de madeiras (portas e pavimentos), de tetos falsos, fornecimento de mobiliário e elementos decorativos, equipamentos hoteleiros e sanitários, os quais totalizaram o montante total de **28.774€**. A concretização destes trabalhos permitiram melhorias significativas aos níveis do conforto, (climatização e equipamento geriátrico) de acessibilidade e da segurança (eliminação de desníveis e degraus).

Para a concretização desta obra o município alocou o montante total de **68.448€**, tendo esta obra resultado de um esforço de sinergias entre o Município e a Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão.

- o **Intervenções na rede de distribuição de água** - De forma a garantir a sustentabilidade ambiental e uma eficaz gestão da água, o Município, através do Setor de Águas de Abastecimento Público, procurou encontrar soluções para minimizar o elevado valor de redução das perdas registadas no seu sistema, procurando melhorar a distribuição e reduzir os consumos de água. Assim, tendo desenvolvido uma série de intervenções, por administração direta, que passaram pela manutenção e substituição de reservatórios, substituição de equipamentos obsoletos e montagem de novas condutas na rede de distribuição em baixa, substituição de contadores e o controle e monitorização de reservatórios, bem como a rapidez na deteção e reparação de fugas, permitindo desta forma aumentar a eficácia do sistema. Aliado a esta situação e em parceria com a EPAL, implementou um sistema de monitorização e controlo de consumos na rede em baixa (WONE), permitindo que seja monitorizada e seccionada toda uma zona (ZMC). Desta forma o sistema permite a monitorização constante dos consumos e criar alertas sempre que se verifique uma condição anormal na rede. Este sistema está de momento a ser ampliado em toda a rede de distribuição da sede do concelho, sendo expetável que no próximo ano seja implantada em todas as freguesias.
- o **Ligação Pedonal da Avenida da Bela Vista ao Largo do Cemitério** – No decurso de 2020, foi aprovado o projeto de construção da Ligação Pedonal da Avenida da Bela Vista ao Largo do Cemitério, em Vila Velha de Ródão. Esta obra, de grande importância para os habitantes destas duas zonas da vila implantadas em diferentes cotas permitirá encurtar as deslocações entre o cemitério e a zona escolar, à cota superior, e a Câmara Municipal, o espaço comercial e o Centro de Saúde, na cota inferior.
Este acesso pedonal será constituído por uma escadaria larga e dividida em vários lanços, que se pretende que seja uma referência arquitetónica atrativa e de fácil e confortável utilização pela população. A escadaria estabelece uma ligação entre o depósito de água situado na cota inferior e o passeio e miradouro na cota superior, elementos que se tornam lugares de partida e chegada e referências arquitetónicas atrativas.



Em alguns patamares existirão bancos laterais em granito, como continuidade de um degrau, de forma a proporcionar zonas de descanso, sinalizadas por revestimentos de granito. Para a concretização deste projeto, estima-se um custo na ordem dos 418.700€.

- **LAGAR DAS BURRAS (FRATEL)** – O antigo Lagar das Burras e o espaço envolvente, localizado na freguesia de Fratel, vai ser alvo de obras de requalificação, um projeto que representa um investimento de cerca de 100.000€. O objetivo é criar no local um espaço verde de lazer e utilização pública, unificando o conjunto na malha urbana e resolvendo as necessidades de qualidade de vida e estacionamento, identificadas pelo município. Após a demolição das construções atualmente existentes no local e que se encontram



em avançado estado de degradação, o espaço vai dar origem a um jardim, que pretende ser um espaço de lazer polivalente, que proporcione a estadia, a realização de atividades culturais e ao ar livre e a promoção de encontros intergeracionais e familiares. O "Jardim do Lagar" será estrutural e funcionalmente articulado com as ruas anexas e com uma zona de estacionamento que será também criada no local. Esta é

uma obra que ainda se encontrava em fase de projeto no final do ano 2020, e cujo lançamento do concurso se prevê ter início no primeiro semestre de 2021.

- **REABILITAÇÃO DE IMÓVEL, NA RUA DR. JOSÉ PINTO OLIVEIRA ROCHA, EM VILA VELHA DE RÓDÃO** – O Município, no âmbito das suas políticas de habitação tem promovido a recuperação de imóveis degradados, no concelho, procurando dessa forma colmatar a falta de habitações disponíveis no mercado de arrendamento local, garantindo o acesso à habitação e à melhoria da qualidade de vida das populações.

A recuperação deste imóvel, foi concluída e disponibilizada no mercado de arrendamento, a baixo custo, no decurso do ano 2020. De referir ainda que em termos funcionais, se trata de uma habitação tipologia T2+1, com capacidade para acolher um casal com um ou dois dependentes.



- **PRAIA FLUVIAL DA FOZ DO COBRÃO (2ª FASE)** – No decurso do ano 2020, decorreu a 2.ª fase das obras de valorização paisagística da Foz do Cobrão, um projeto veio beneficiar esta zona balnear, localizada no concelho de Vila Velha de Ródão, com a construção de um edifício destinado a serviço de bar, com esplanada e sanitários, assim como a criação de uma área

de merendas e de um largo com estacionamento, de modo a proporcionar melhores condições de conforto a quem utiliza aquele espaço.

Os trabalhos tiveram início no final de 2019 e representaram um investimento na ordem dos 332.467€, o qual foi apoiado financeiramente no montante de 287.826€, pelo Turismo de Portugal, no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.

Após alguns atrasos relativamente ao prazo de execução inicialmente previsto, devido sobretudo à situação de pandemia que condicionou o fornecimento de materiais para a obra e a disponibilidade de mão-de-obra, esta empreitada encontrava-se, no final do ano 2020, perto da sua finalização.

Trata-se de uma obra de extrema importância para o concelho



e vem no seguimento de uma primeira intervenção, que passou pela recuperação do antigo açude e de muros degradados e permitiu criar uma zona balnear que tem sido alvo de grande procura por parte da população local e da região. Nesta fase, o objetivo passou por dotar aquele espaço com condições de segurança, conforto e higiene.



A intervenção incluiu o aproveitamento das estruturas construídas em 2017, que proporcionaram a formação de um plano de água com potencial para a constituição de uma praia fluvial, a instalação de mobiliário urbano no local (mesas, bancos e papeleiras) e de sinalética adequada, assim como a

plantação de espécies arbóreas e arbustivas. Foi ainda contemplada a criação de uma ligação pedonal entre a zona balnear e o Núcleo Museológico do Linho e da Tecelagem, através de um passadiço.

REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA DE ALFRÍVIDA – O

Município entregou à Junta de Freguesia de Perais o projeto de requalificação e ampliação da capela mortuária de Alfrívada. O projeto, elaborado pelos serviços técnicos do município, contempla a requalificação do atual edifício da casa mortuária e a sua ampliação, passando o espaço a ser constituído por um volume central, de maior grandiosidade, que corresponde ao edifício atual que se pretende conservar, e dois volumes laterais, o espaço será dotado de uma zona de suporte a algumas comodidades e as instalações sanitárias também serão alvo de requalificação. O espaço exterior será pavimentado e ajustado por forma a garantir a acessibilidade por parte de pessoas com mobilidade condicionada. Esta é uma obra que tem um valor previsto de 87 mil euros, era



uma obra há muito tempo esperada pela população, vindo dar mais dignidade à capela mortuária de Alfrívada e conforto às pessoas que ali se deslocam durante os velórios e missas.

o **Limpeza de caminhos nas freguesias**

No decorrer do ano 2020 o Município, procedeu à implementação da limpeza de faixas de combustíveis na rede viária, florestal e aglomerados populacionais, de acordo com o seu Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, promovendo ações de limpeza de estradas municipais, de caminhos florestais e aglomerados populacionais, nas freguesias de Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão.

No total, foram executados **516 ha** de limpeza florestal, nas diversas Freguesias e das quais se destaca:

- o **Rede Primária** – Manutenção de Faixas de Combustível – **162 ha**
- o **Rede Secundária** - Faixas de Gestão de Combustível – **354 ha**
 - o Rede Viária => 78 ha
 - o Rede Ferroviária => 19 ha
 - o Linhas Transp. Alta Tensão => 92 ha
 - o Linhas Transp. Média Tensão => 20 ha
 - o Aglomerados Populacionais => 145 ha

Para além deste trabalho foram ainda realizados, nas diversas Freguesias, trabalhos de **manutenção da rede viária florestal** num total de **12 Km**, com recurso a meios mecânicos,

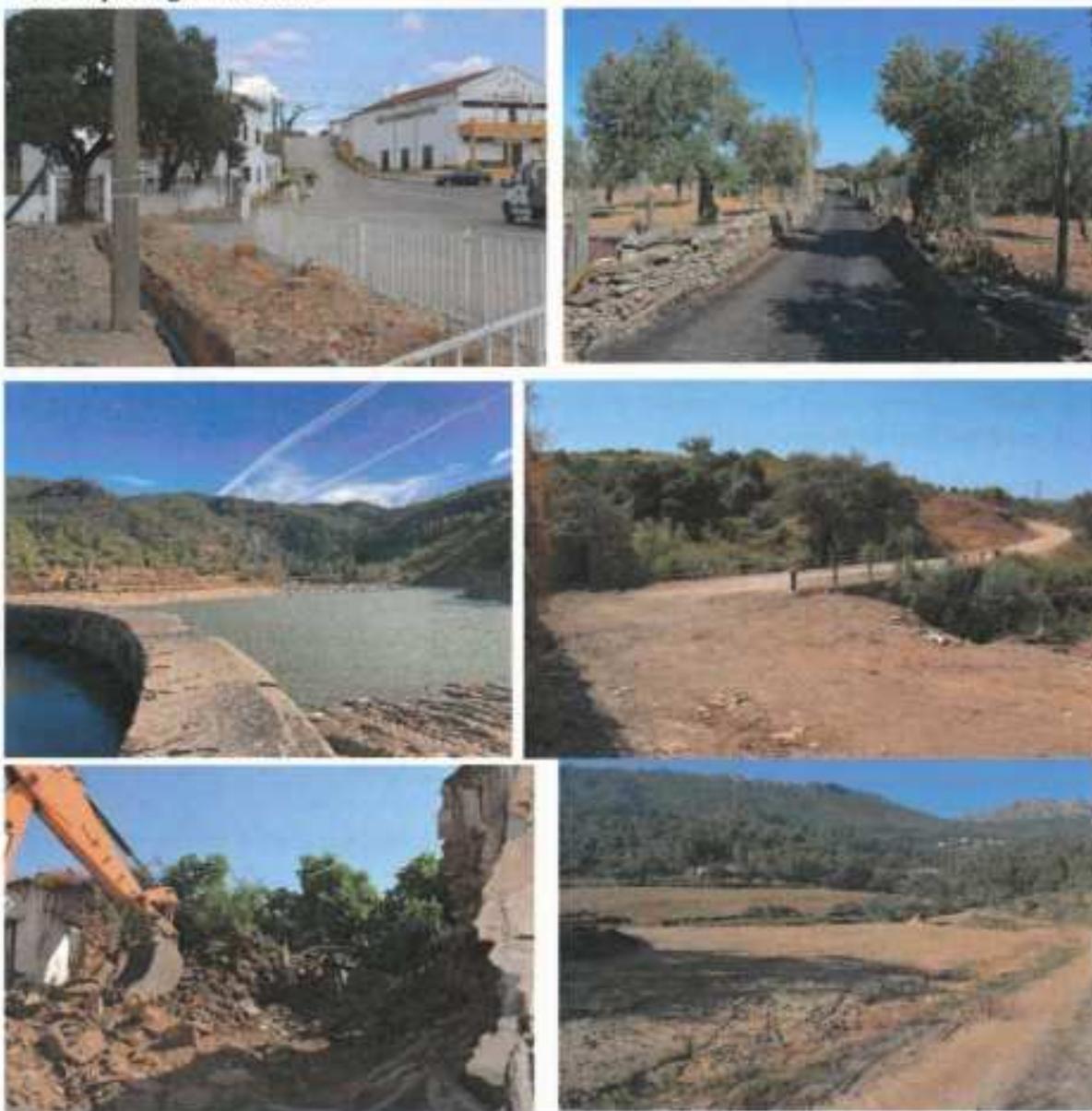
Este trabalho representou uma importante contribuição do Município para a qualificação e valorização do meio ambiente, promovendo desta forma a segurança, a gestão sustentável dos recursos naturais, em particular das suas áreas florestais e a proteção de toda a população e os seus bens, garantindo deste modo que a diversidade paisagística e biofísica do Concelho seja salvaguardada.

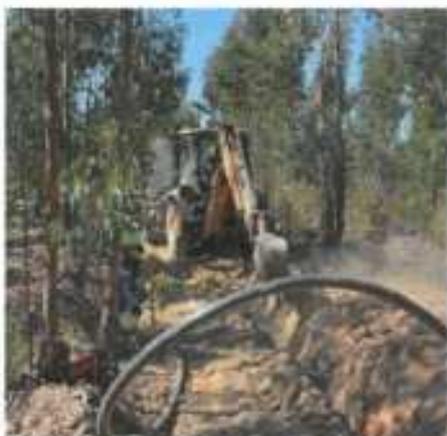
Outras obras e trabalhos concretizados pelo município, ao longo do ano 2020:

- o Pavimentação do Logradouro da Rua da Sr.ª da Alagada;
- o Infraestruturas Elétricas / Comunicações e de Saneamento na Rua da Sr.ª da Alagada;
- o Infraestruturas Elétricas / Comunicações Águas e Saneamento na Av.ª Serra;
- o Infraestruturas Elétricas / Comunicações na Rua da Liberdade – Porto do Tejo;
- o Demolição de casas em ruínas, em diversas localidades do Concelho;
- o Ligação de novos ramais de água e esgotos;
- o Corte de Herbáceas;
- o Reparação de calçadas, em diversos locais do concelho;
- o Limpeza de lamas na Foz do Enxarrique;
- o Reparação de fugas de água, em diversos locais do Concelho;
- o Pavimentação do Loteamento do Arrabalde
- o Substituição da rede de água e contadores (Silveira);
- o Montagem de Contadores de grande débito em reservatórios;
- o Desmatação e limpeza de fossas e Etar's;
- o Limpeza da Ponte Romana;
- o Alargamento de pontão – Açafal;
- o Execução da conduta de abastecimento de água da Atalaia para a Serrasqueira;

- Beneficiação de ruas - Monte Fidalgo
- Terraplanagem do novo Estaleiro Municipal
- Beneficiação do Largo de Perdigão;
- Manutenção das Comportas do Açude do Rio Ocreza – Foz do Cobrão;
- Beneficiação da Rede Pluvial – Alvaiade;
- Recuperação de calçada – Vale Pousadas e Vilar do Boi;
- Reparação das calçadas do Largo de Perais;
- Reparação de Caminho, com aplicação de Toutvenant, em Amarelos
- Limpeza de Papeleiras e recolha de monos no Concelho;
- Conceção e construção de bancos para instalação no largo de Vilas Ruivas;
- Colaboração com a equipa de Sapadores Florestais na Limpeza das Faixa de Gestão de Combustível;

Foto Reportagem - Obras





3.3.3. EDUCAÇÃO E CULTURA

"Cultura não é ler muito, nem saber muito; é conhecer muito."
Fernando Pessoa

A educação e a cultura têm vindo a assumir um papel de crescente importância para o Município, sendo encaradas como áreas que merecem especial relevância e cuidado no que se refere ao seu planeamento e execução, por serem áreas que consideramos determinantes para assegurar o desenvolvimento integral dos indivíduos e a criação de uma sociedade mais informada, justa, tolerante e consciente do papel que cada um pode desempenhar.

Somos pela inclusão, pois entendemos que todas as crianças devem ter livre acesso à educação básica e de qualidade, essencial ao desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens, tendo em vista a sua inserção plena na sociedade como seres autónomos, livres e solidários. Porque entendemos os desafios que a educação representam para as famílias, a autarquia tem vindo a desenvolver políticas sociais norteadas para o sucesso educativo e que garanta a igualdade de oportunidades no acesso à educação, independentemente das condições socioeconómicas das famílias.

De forma a cumprir este objetivo, bem como a reduzir os encargos e a melhorar a sua qualidade da vida, têm vindo a ser concedidos diversos apoios na área da educação às famílias residentes no concelho. Estas medidas têm contribuído para um aumento do número de famílias que aqui se fixam, tendo como resultado prático um aumento gradual do número de crianças a frequentar as creches e o ensino pré-escolar nos últimos anos.

Das medidas implementadas pelo executivo, na área da educação, destacam-se:

- o A gratuidade na frequência das creches e jardim-de-infância, por crianças, cujas famílias residam no concelho;
- o A atribuição de bolsas de estudo aos alunos do concelho, que se encontrem a frequentar o ensino superior;
- o Transportes escolares gratuitos, ao nível do ensino pré-escolar e básico – No ano 2020, em virtude da situação de pandemia que se registou e para o cumprimento das regras obrigatórias impostas pela DGS, o serviço de transportes escolares, assegurado pelo Município, foi reforçado, tendo entrado em funcionamento mais um autocarro, além do já existente, no circuito Sarnadas de Ródão> Vila Velha de Ródão;
- o Pagamento de 50% do valor do passe ao nível do ensino secundário e superior;
- o Pagamento integral dos passes escolares, a famílias desfavorecidas;
- o Fornecimento de refeições gratuitas aos alunos transportados. Todavia e durante o período em que, por força da pandemia, vigorou o ensino à distância, nos meses de março a maio foram fornecidas refeições a todas as crianças do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão (AEVVR), inseridas no escalão A e cujos encarregados de educação manifestaram essa necessidade, tendo este serviço sido assegurado aos alunos do 1.º ao 3.º ciclo de ensino, inseridas no escalão A, os quais receberam as refeições, até final do ano letivo;
- o Prolongamento de horários e desenvolvimento de atividades extracurriculares;
- o Apoios concedidos ao Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas;
- o Programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens;
- o Ainda no âmbito das medidas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo executivo municipal, desde o início do mandato, no que a esta matéria diz respeito, (anos letivos 2019/2020 e 2020/2021), e em complemento à oferta dos manuais escolares dos 1.º, 2.º

e 3.º ciclos de ensino, da responsabilidade do Ministério da Educação, a oferta dos livros de exercícios a todos os alunos. Foram ainda entregues kit's de material escolar a todas as crianças que frequentam o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, cujas famílias residiam no concelho.

O **Plano Inovador e Integrado de Combate ao Insucesso Escolar** resultou de uma candidatura a fundos comunitários, liderada pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, a qual visava a dinamização de ações de promoção do sucesso escolar, cujo objetivo principal passa pela diminuição das taxas de retenção e desistência, pelo aumento de intervenções que favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria dos processos educativos, nos diversos níveis de ensino, bem como o reforço da qualidade e eficiência do sistema educativo.

Este projeto conta com uma equipa multidisciplinar de profissionais das áreas da psicologia, das terapias da fala e ocupacional e por um professor de música, os quais fazem um acompanhamento diário e personalizado dos alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, com dificuldades de aprendizagem e/ou em risco de abandono, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de ações de combate ao insucesso/abandono escolar, tendo colaborado ainda na realização das atividades de ocupação de tempos livres, desenvolvidos pelo Município.

No decorrer do mesmo, foram sendo desenvolvidas diversas ações de caráter lúdico e experimental, as quais têm contribuído para o enriquecimento e alargamento dos conhecimentos básicos e fundamentais à formação integral da criança, bem como têm procurado fomentar o interesse dos alunos pela escola, melhorar a sua integração e a sua interação com os seus pares e acima de tudo melhorar os resultados escolares.

No ano 2020, e ainda no âmbito deste projeto foi desenvolvido um conjunto de atividades, das quais merecem destaque:

A atividade 2.8 – Novas metodologias de espaços de aprendizagem colaborativa, foi criada uma Sala do Futuro, cujo objetivo principal da mesma passa por aumentar a motivação dos alunos, com dificuldades de aprendizagem e percursos de insucesso, com recursos a novas metodologias de ensino, apoiadas pela utilização de equipamentos na área das tecnologias de informação e comunicação.

A criação deste espaço de aprendizagem colaborativa e diferenciado, assume-se com um espaço de atividade educacional inovadora, de caráter experimental, em que os conteúdos e aplicações a desenvolver pretendem reforçar processos de aprendizagem complementares aos tradicionais, com recurso a todos os dispositivos digitais e suas aplicações educacionais não só nas áreas tecnológicas, mas também artísticas, o qual foi apetrechado com material de apoio ao estudo, nomeadamente de ferramentas digitais e outro equipamento básico e de apoio, adequados ao espaço, nomeadamente:

- Computadores portáteis, quadros, webcam, videoprojector, painel interativo, armários para arrumação de equipamentos, ferramentas didáticas **LEGO Education SPIKE Prime**, robots programáveis (conjunto de iniciação à programação e pensamento computacional para sala de aula), mesas, cadeiras e bancos, sofás, puf's e bancadas modulares. **A implementação deste projeto representou um investimento na ordem**

do 35.000€, o qual está disponível para utilização por parte todos os alunos do Agrupamento de Escolas e respetivos docentes.

A atividades 1.6 – Gosto de Aprender: Esta atividade surgiu em complementarmente à realização de outra atividade a decorrer – “Ser bom aluno, bora lá!”, consideramos relevante para os objetivos do projeto adquirir manuais de estudo para os alunos do programa e beneficiários diretos do PIICIE, e que se designam: **“Este Ano Vais Ser o Melhor Aluno! Bora Lá?”**. Os manuais de estudo referidos consistem numa ferramenta complementar à potenciação dos resultados dos alunos, do trabalho dos professores e encarregados de educação.

A atividade.2.1 – Academia Explorar e Aprender, cujo objetivo principal desta atividade passa por formar e educar pelo desenvolvimento de atividades e contacto direto com experiências e/ou realidades multidisciplinares que despertem e promovam o interesse pela arte, pela ciência, pela experimentação, pela inovação, pelo empreendedorismo como instrumentos de promoção do sucesso pessoal e da capacitação pessoal e profissional numa lógica de mobilidade social. Nesta perspetiva foi desenvolvida a ação – Academia Explorar e Aprender – verão 2020, inserida nos programas de ATL, e que teve como principais objetivos a dinamização e realização de atividades desportivas, culturais, artísticas, de carácter ambiental e patrimonial, de modo a incutir nos alunos o interesse em atividades experienciadas fora do contexto escolar e de ocupação de tempos livres.

Atribuição de Bolsas de Estudo – A Câmara Municipal, no ano 2020 deliberou a atribuição 4



bolsas de estudo aos candidatos inscritos pela primeira vez, no 1.º ano de um curso superior do IPCB, perfazendo o valor de 3.424€ e atribuir 21 bolsas de estudo, até ao aluno colocado em 21.º lugar da lista ordenada, perfazendo o valor total de bolsas a atribuir diretamente aos alunos o montante total de 18.682,70€. Porque entendemos que a formação superior é um fator acrescido de valorização cultural,

académica e profissional, a atribuição e reforço deste tipo de apoio é essencial para a menorização das desigualdades económicas e sociais, no que se refere ao acesso à educação e, em particular, no acesso ao ensino superior.

Prémios de Mérito – O Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e a Associação de Pais e Encarregados de Educação, procederam à entrega dos prémios de mérito académico aos alunos que se distinguiram pelos seus bons resultados escolares e desportivos.

A cerimónia serviu para agraciar e distinguir os alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho e que se distinguiram pela excelência e méritos académico e desportivo, tendo este ano sido criada uma nova categoria que visou premiar o esforço e a progressão dos alunos.



No ano 2020 a iniciativa contou também com o apoio do Supermercado Auchan, instalado em Vila Velha de Ródão, entidade que procurou mostrar a sua responsabilidade social através da valorização da importância da educação e da oferta dos troféus de distinção aos alunos.

ATL de Verão – Durante os meses de verão, no período da pausa letiva, decorreram atividades de ocupação de tempos livres, direcionados para as crianças do jardim-de-infância e para as crianças dos 5 aos 12 anos. A realização do ATL de Verão surge da necessidade em dar resposta a uma necessidade das famílias, do concelho de Vila Velha de Ródão, em manter ocupadas as suas crianças, numa altura em que estas se encontram em período de férias escolares e em que os encarregados de educação se encontram a trabalhar.

Para proteção de todos, a edição do ATL de Verão de 2020, foi planeada tendo em atenção as diretrizes da DGS. Para o efeito foram implementadas novas regras e procedimentos, ao nível da higienização de espaços, da redução do número de participante por quinzena, até ao limite de 40, e a priorização na realização de atividades ao ar livre e sem partilha de objetos.

Todas as medidas implementadas procuraram dar resposta ao desafio provocado pela pandemia, sem deixar as famílias desamparadas e sem soluções para ocupar as suas crianças, no seu habitual período de pausa letiva. Estas atividades foram dinamizadas pela Seção de Desporto do Município e abrangeram um total de 120 crianças, distribuídas por três quinzenas.

Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e Complexo Desportivo equipados com desfibrilhador – O município procedeu à instalação de dois desfibriladores automáticos externos, um no AEVVR e outro no Complexo Desportivo. A medida resulta do investimento feito pelo Município no âmbito do programa Desfibrilhação Automática Externa, licenciado pelo INEM, que visa proporcionar aos alunos e funcionários do Agrupamento de Escolas, um dispositivo essencial para permitir a sobrevivência em caso de paragem cardiorrespiratória de origem cardíaca, atualmente a principal causa de mortalidade nos países desenvolvidos. Para poderem utilizar este aparelho, participaram numa formação específica em Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa, 12 colaboradores ao serviço do Município e do Agrupamento de Escolas.



CRIANÇAS DO CONCELHO CELEBRAM NATAL COM VÍDEO DE BOAS FESTAS - De forma a celebrar a quadra festiva e desejar um Feliz Natal a toda comunidade escolar, o Município de Vila Velha de Ródão desafiou os alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e as crianças que frequentam a creche da Santa Casa da Misericórdia local a darem largas à imaginação e criarem um vídeo de Boas Festas, o qual foi transmitido nas plataformas sociais do município (Facebook e Instagram) a 18 de dezembro, data em que habitualmente se realizava a habitual festa de natal do Agrupamento de Escolas, que em virtude da pandemia a mesma não se pôde concretizar.

Esta iniciativa foi procurou estimular a Imaginação das crianças e profissionais, no sentido de elaborarem uma coreografia possível de ser dinamizada pelas diferentes faixas etárias, abrangendo desta forma toda a população escolar.

CRIANÇAS CANTARAM AS JANEIRAS EM VILA VELHA DE RÓDÃO – No início do mês de janeiro, as crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão juntaram-se para cantar as Janeiras no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e na Biblioteca Municipal José Batista Martins.

Com alegria e entusiasmo, os mais novos cumpriram mais uma vez a tradição e foram recebidas com muito agrado nos Paços do Concelho pelo presidente do município, que lhes deu as boas-vindas e desejou um bom ano novo.

A atividade terminou na Biblioteca Municipal José Batista Martins, onde as crianças aproveitaram a ida aquela infraestrutura para conhecer a nova sala dedicada a elas e às suas famílias e que resultou da remodelação da sala infantojuvenil.

No ano 2020, o investimento global que o município realizou no setor da educação, na ordem dos **309 mil euros**, são reflexo do empenho do Executivo, no que se refere à política de redistribuição dos impostos municipais, evidenciando desta forma um tratamento justo e imparcial no auxílio às famílias residentes no concelho, contribuindo de forma sustentada para a melhoria da sua qualidade de vida.

É com enorme satisfação que destacamos os acréscimos que se têm vindo a registar, ao nível da população escolar, em todos os níveis de ensino, os quais se encontram divididos da seguinte forma:

- **Creches:** no presente ano letivo contam com **42 crianças;**
- **Jardim-de-infância:** no presente ano letivo contam com **60 crianças**
- **Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos):** com, respetivamente **72, 42 e 60 crianças**

Em 31 de dezembro, o número de alunos que se encontrava a frequentar os estabelecimentos escolares existentes no concelho totalizavam os 276 alunos, o que representa um acréscimo, de 5,75% face ao ano anterior e de 53,33%, face a 2013, situação que muito nos apraz.

As áreas da educação e da formação devem ser encaradas pelos municípios como peças chave, ao nível do desenvolvimento sustentado das comunidades, as quais contribuem decisivamente para a formação e capacitação dos cidadãos. Dessa forma, devemos encará-las como agentes de socialização, na medida em que desempenham um papel relevante na formação do indivíduo, desenvolvendo-lhes capacidades humanas e contribuindo para o processo de constituição de indivíduos críticos e socializados.

No que respeita à política cultural de base municipal, a sua concretização passa por dois importantes polos dinamizadores, que se assumem como equipamentos incontornáveis para a comunidade e cuja qualidade da programação é reconhecida pelos seus utilizadores: a **Biblioteca Municipal José Baptista Martins e a Casa de Artes e Cultura do Tejo.**

Biblioteca Municipal José Batista Martins (BMJBM) – A BMJBM, que conta já com 13 anos de existência, a qual integra a Rede de Leitura Pública, continua a assumir-se como um equipamento cultural de referência na região, seja pela dinâmica que apresenta, seja pela programação rica, diversificada e abrangente que promove. É nosso entendimento que esta infraestrutura presta um serviço público de elevada qualidade e importância para os nossos munícipes, na medida em que possibilita o acesso à cultura, à informação contribuindo para elevar os níveis culturais e de qualidade de vida do concelho.

No âmbito das suas competências a BMJBM e das limitações impostas pela pandemia, a biblioteca desenvolveu um conjunto de iniciativas vocacionada para públicos de todas as idades, destacando-se por exemplo, as atividades de promoção da leitura junto das crianças e adolescentes, ou as atividades de leitura que têm sido promovidas para os alunos da academia sénior ou o importante trabalho de recolha, preservação e divulgação do património cultural do concelho.

Esta é uma referência não só a nível local, como também a nível regional, devido aos inúmeros projetos culturais e de fomento à leitura, que tem colocado em prática.

No ano 2020, deu-se prosseguimento à aquisição de novos títulos e obras de referência, bem como se procedeu à renovação de assinaturas de jornais e revistas, com vista ao enriquecimento do fundo documental da BMJBM, procurando dessa forma garantir a atratividade, o interesse e as solicitações dos seus utilizadores.

O edifício dispõe de salas de leitura infantil e de adultos com 13 computadores com acesso gratuito à Internet, acesso à rede *wireless* e equipamentos para visionamento de filmes e audição de música; sala do conto; sala polivalente e uma área de serviços bem equipada.

A BMJBM, ao longo da sua existência, tem merecido destaque não só pela diversidade e qualidade das suas iniciativas, procurando integrar no seu programa de animação, ações que assinalam datas importantes, ligadas à realidade cultural nacional, e muitas outras de caráter inovador.

No início do ano 2020, foram remodelados e valorizados, com novas valências, dois espaços da Biblioteca Municipal: a **sala infantojuvenil**, que se passou a designar *Espaço Família* com o intuito de apelar à vinda de pais a este local, e a **sala do conto**, espaço este criado também com o intuito de realizar de sessões de meditação e relaxamento.

No âmbito das atividades e projetos desenvolvidos por este serviço, destaque para:

POESIA, UM DIA

A 9ª edição do encontro POESIA, UM DIA, organizado, desde 2012, pela BMJBM e inserida nesse âmbito a celebração do seu aniversário, assinalado em 2020 de forma diferente. Desde logo pelo prolongamento de atividades no tempo (durará de 19 de julho a 31 de dezembro – 166 dias); pelo alargamento dos lugares da poesia e pelo enfoque dado à leitura. A primeira parte do encontro começou no dia 19 de julho e decorreu até 31 de agosto. Neste período, pedimos aos fotógrafos que percorressem os lugares da poesia (locais do concelho nos quais os poemas foram escritos ou inspirados) e os fotografassem. Ao poeta Nuno Moura e à cravista Joana Bagulho propusemos que gravassem em vídeo leituras, de alguns dos 95 poemas criados nas residências da Foz do Cobreão, para serem apresentados no 2º tempo do encontro.

DIAS DE SABER

Educação Parental – Em parceria com o Plano Inovador e Integrado de Combate ao Insucesso Escolar e inserida no âmbito do projeto **Dias de Saber**, participaram na iniciativa mais de 150 pessoas, a qual proporcionou às famílias instrumentos de reflexão em torno da educação parental, da promoção do sucesso escolar, motivando para uma, cada vez mais necessária, aprendizagem ao longo da vida, e estimulando processos salutares de socialização através da cultura.

Workshop's de mindfulness e meditação, dinamizados pelo professor Paulo Borges, para professores, pais, filhos e membros da comunidade de todas as idades.

Palestras – Foi promovida uma ação em torno da parentalidade responsável e de formas inovadoras de promover o ensino e a aprendizagem, sob a forma de palestras dinamizadas, respetivamente, pela psicóloga e psicoterapeuta Marta Chaves e pela professora e estudiosa da obra de Maria Gabriela Llansol, Albertina Pena.

Workshop – A BMJBM realizou um encontro dedicado às relações entre pais e filhos em ambiente de lazer, no qual se promoveu a realização de uma conversa informal sobre a internet, jogos e comunicação. A iniciativa contou com a participação do jogador profissional *RENATOOHAXX*, jogador profissional de CSGO dos *Vodafone Giants*, do youtuber *WINDOH*, do jornalista e especialista em Comunicação Educacional e Multimédia João Carrega e dos pais Pedro Gonçalves e David Peixoto.

CLUBES DE LEITURA

- o Clube de Leitura 8.2: o Mistério dos Livros; Clube de Debate «Desculpem, posso falar?» *Escape Room: Arquitetos de Enigmas*, dinamizados por Andreia Brites, para o público juvenil;
- o Leituras Sem Pressa;
- o Clube de Leitura de Autores Clássicos:
 - Dedicado ao livro *D. Quixote de La Mancha*, de Cervantes;
 - A *Naturágora*, desafiou os membros do Clube de Leitura de Autores Clássicos (CLAC) a ampliar e diversificar a sua vocação leitora. Pela voz de dois leitores que fizeram do ensino missão, Ana Celeste Azevedo e António Apolinário Lourenço, receberam os membros do CLAC duas lições de leitura que muito os enriqueceram. Nesta iniciativa foram analisadas as obras de Shakespeare e uma obra anónima do século de ouro espanhol «*Lazarillo de Tormes*».

ATELIÉS

- o *Tecer histórias, unir corações* – Dinamizado pela atriz e figurinista Ana Reis e direcionado para os pais;

EXPOSIÇÕES

- o Exposição de desenhos de mobiliário, criados por Jorge Batista, a qual contou com a presença do próprio, seguida de uma conversa didática sobre os desafios da marcenaria no século XXI.

ESPAÇO COINCIDIR

- o O projeto mensal, apelidado COINCIDIR, conversas a partir de textos de Agostinho da Silva, destinado a toda a comunidade, incluindo os funcionários do município. O executivo municipal, acreditando tratar-se de uma necessária e estimulante possibilidade de desenvolvimento dos participantes, integrou esta proposta no plano de formação pessoal dos recursos humanos municipais, os quais têm dispensa para o frequentar. Acredita-se que uma relação quotidiana com a cultura e a reflexão sobre a vida, seja potenciadora do desenvolvimento de cada indivíduo, independentemente do trabalho que faz, da sua idade e/ou formação escolar e cultural que possua. Esta é uma oportunidade para se ter uma *Vida Conversável*, que foi o tema trazido pelo professor Paulo Borges para a primeira sessão. Trata-se de uma iniciativa inédita e estimulante pelo facto de fazer coincidir, no mesmo local e tempo, membros da comunidade e funcionários do município, resultando

daí o nome COINCIDIR. – *Projeto integrado na rede de Irmãias criada e desenvolvida pelo professor Paulo Borges* –;

OUTRAS ATIVIDADES

- o **Sessões de relaxamento e alongamento**, lecionadas por Sofia Lourenço;
- o **Concurso Nacional de Leitura** - a BMJBM, em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares e o Município de Vila Velha de Ródão acolheram, a fase municipal do Concurso Nacional de Leitura;
- o **Ler e Dar a Ler** – Criação de dinâmicas através da interação com os utilizadores da BMJBM através da rede social Facebook, divulgando as escolhas de livros destes e através da promoção dos novos títulos adquiridos e dos já existentes, no acervo documental da BMJBM;
- o **Edição de livros** – No âmbito do projeto Vidas e Memórias De Uma Comunidade: Rebuscar O Tempo (VMC), iniciado em 2011, com a criação de uma coleção com o nome do projeto. Desta feita, retomamos essa excelente forma de divulgação do património imaterial do nosso concelho com a colaboração de dois irmãos. A colega de clubes de leitura e parceira do VMC desde a primeira hora, Maria da Conceição Figueiredo Sobreira, empreendeu, nos últimos anos de vida de sua mãe, a tarefa de recolher quadras que estavam na memória de Nazaré Pires Cardoso. Deste trabalho resultou a obra de poesia popular *OUTROS PASSOS*, com ilustração fotográfica das criações de Maria do Céu Marques, Rosa Barreto Ferreira e Maria do Rosário Pires.

Ainda no âmbito do mesmo projeto, Jorge Pires Figueiredo, inspirado pelas vivências de infância e juventude vividas nas margens do rio Tejo aqui em Vila Velha de Ródão (no antigo Porto do Tejo), escreveu essas memórias de um tempo iluminado pelo fulgor da descoberta numa obra intitulada *MEMÓRIAS DE UM RIO*. As ilustrações do livro são fotografias da autoria de António Rocha, Francisco António de Paula e José Rocha;

- o **INÊS OLIVEIRA APRESENTOU CURTAS-METRAGENS** – A realizadora Inês Oliveira, que esteve, entre 19 e 24 de fevereiro, em Vila Velha de Ródão, a trabalhar no seu mais recente projeto cinematográfico, apresentou no dia 20 de fevereiro, na CACTEJO duas curtas-metragens, "O sapo e a rapariga", destinado ao público juvenil e, o filme "Vira Chudnenko", que ganhou o prémio de melhor filme da competição nacional no Doc Lisboa de 2017. Após a exibição do filme, seguiu-se uma conversa com a realizadora, que se encontrava em Ródão a trabalhar no guião do seu próximo filme;
- o **Colaboração com o Jornal «O Concelho de Vila Velha de Ródão»** - Neste espaço de comunicação à distância, a atenção é dada aos que vivem longe do concelho e dele gostam de ter notícias. Nesse sentido, o enfoque dos trabalhos ali dados a ler reporta-se ao projeto VIDAS E MEMÓRIAS DE UMA COMUNIDADE. Uma participação muito apreciada foi a homenagem feita pela BMJBM ao fotógrafo José Ribeiro Marques, natural de Alvaiade, um extraordinário artista amador. Atualmente, divulgam-se narrativas guardadas pela fratelense Leonor Inácio na sua memória, que por ela foram manuscritas num volume da coleção REBUSCAR O TEMPO.
- o Uma segunda possibilidade de extensão cultural dos serviços da BMJBM foi conseguida através da dinamização do **Facebook** através da sua página principal e da dinamização de grupos. Estes espaços de ligação ao público foram, uma constante durante o ano 2020, tendo sido a principal forma da Biblioteca Municipal continuar a dar, à sua vasta comunidade de utilizadores, a possibilidade de aprender. Desta forma, foram

comemoradas efemérides; divulgados livros e leituras; noticiados trabalhos de pessoas e instituições; estimuladas formas novas de fazer e de viver, úteis a quem está em casa e continua a querer descobrir e descobrir-se. Este intenso trabalho de extensão cultural nas redes sociais teve um grande impacto nas estatísticas que entre os meses de janeiro a novembro desse ano registaram um total de 18.903 interações no Facebook da BMJBM, quando comparadas com o total de interações registadas nesta plataforma no ano 2019, num total de 8.167 interações.

- o Enquanto a pandemia impedia o uso dos espaços de leitura da BMJBM, começou a acontecer uma arrojada intervenção no espaço dedicado aos adolescentes. Pintado, redecorado com materiais reciclados e oferecendo novas possibilidades de lazer, continua em melhoramento de modo a poder receber, num futuro próximo, os jovens nos seus tempos livres e de convívio.
- o Desde janeiro e até meados de novembro, foram alvo de tratamento documental (catalogação ou revisão de descrição bibliográfica) 1.605 livros. Muitos são novidades adquiridas pelo município, outros são doações de leitores, encontrando-se agora disponíveis para empréstimo domiciliário.
- o Outra novidade que a BMJBM tem vindo a organizar em tempo de pandemia é uma *ESTANTE ALFARRABISTA* que valoriza livros com longas vidas para contar, cujos textos e apresentação gráfica surpreendem pela atualidade. Esta estante resulta da análise, seleção, limpeza e catalogação de livros antigos, que chegam à BMJBM por doação.

Esta forte dinâmica é responsável por envolver em atividades de cultura, socialização e bem-estar físico e mental, mensalmente, mais de uma centena de pessoas de todas as idades.

FOTO REPORTAGEM BMJBM



A Casa de Artes e Cultura do Tejo – A situação pandémica registada no ano 2020 veio restringir a programação cultural preparada para a CACTeJo, razão pela qual os eventos foram cancelados e reagendados para o ano de 2021. Este espaço, à semelhança de muitos dos espaços municipais, esteve encerrado ao público, pela salvaguarda de todos.

A reabertura aconteceu de forma gradual, com a realização de sessões de cinema, o que se registou apenas no mês de outubro, contudo, este espaço soube adaptar-se, e no cumprimento das normas impostas pela DGS, realizou e acolheu diversas ações.

Assim, e em cumprimento dos compromissos que assumimos, quer com os artistas, quer com o nosso público, no ano 2021, iremos concretizar as atividades programadas e não realizadas.

A CACTEJO, no decorrer de 2020, promoveu um conjunto de atividades culturais de natureza diversa, como exposições, espetáculos de música, cinema e *workshops*, entre outras, das quais se destacam:

- o Exposição “*Retratos do Cinema, Teatro e Televisão*”;
- o Sensibilização dos Rodenses para os Impactos das Alterações Climáticas;
- o *Atelier* de Representação;
- o Concerto de Ano Novo, com a presença da Banda Filarmónica Retaxense;
- o Concerto Músicas de Sonho, com Rui Catarino;
- o Aniversário da CACTEJO assinalado, em formato online, com um concerto de Custódio Castelo

No período de 12 de junho a 18 de setembro, a Casa de Artes e Cultura do Tejo suspendeu toda a sua programação cultural, em virtude da pandemia provocada pelo Covid-19, tendo-se aproveitado esta pausa para a realização trabalhos de manutenção do espaço ao nível dos equipamentos audiovisuais, das cortinas blackout e de substituição de portas no auditório.

Todavia, esta infraestrutura continuou a dar apoio à realização de atividades, de caráter obrigatório das instituições, nomeadamente Assembleias Gerais e Reuniões, pelo facto desta infraestrutura dispor de condições que permitem observar as regras de segurança, no que se refere ao distanciamento social.

A CACTEJO serviu ainda de base de apoio logístico à realização da prova Baja do Pinhal 2020, e recebeu ainda nas suas instalações a equipa de reportagem do Porto Canal, que transformou este espaço num estúdio de televisão, tendo sido efetuada a transmissão, em direto, do noticiário da noite daquele canal televisivo.

- o **Cinema** – O cinema é uma forma de expressão cultural centenária, esta é sem dúvida também um reflexo cultural do que ocorre na sociedade em geral, sendo encarada como uma das formas de expressão mais apreciadas pela sociedade, talvez por se tratar de uma poderosa ferramenta para instrução, educação e reflexão humanas. Neste âmbito, a CACTEJO, procurou ao longo do ano 2020, promover a realização de sessões de cinema semanais, dirigidas a todas as faixas etárias e para os diferentes tipos de público. Estas sessões foram pensadas na abrangência dos seus utilizadores e procuraram apresentar diferentes géneros, desde a ação, ao drama, do terror à comédia, do romance à aventura, não esquecendo o nosso público infante-juvenil para os quais se encontra dirigida a categoria animação. As sessões, ocorreram semanalmente e foram bastante apreciadas e participadas. Estas apenas se encontraram suspensas, por via da crise pandémica registada, nos períodos impostos pelo governo, no que ao funcionamento dos equipamentos culturais, dizia respeito.

- o **Atividades culturais de âmbito diversificado** – No decorrer de 2020, o leque de atividades planeado era bastante diversificado, mas dada a contingência dos tempos vividos ao longo do ano, foi sofrendo readaptações, em função do estado em que a pandemia se encontrava, no momento da realização das atividades planeadas, atividades concretizadas destacam-se:

FEIRA E CORTEJO DE CARNAVAL – Em fevereiro realizou-se a tradicional feira de Domingo Gordo e o desfile de Carnaval. A realização da tradicional Feira de Domingo Gordo, um animado Desfile de Carnaval e um ateliê temático de cultura que deu a conhecer e reviveu os hábitos festivos associados a esta época festiva no concelho.

Dedicado ao tema das Tradições de Carnaval, o desfile contou com a participação de cerca de uma dezena de associações do concelho, cuja prestação foi avaliada por um júri que após uma votação renhida, os jurados consideraram que a Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Fratelense, a Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Cebolais de Baixo e a associação Wamba Jovem foram aquelas que melhor se distinguiram pela alusão ao tema, originalidade, criatividade e interatividade com o público, tendo por isso recebido os prémios correspondentes, respetivamente, ao 1.º, 2.º e 3.º lugares.



Após a atribuição dos prémios, decorreu a iniciativa "Contradanças de Carnaval", um evento dinamizado pela Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, em parceria com o Centro Recreativo e Cultural do Coxorro. Realizado no âmbito do projeto Beira Baixa Cultural, cofinanciado pelo Portugal2020 e União Europeia, este ateliê recriou os hábitos festivos associados a Carnaval no concelho,

onde não faltavam os bailes, os caqueiros, o jogo do pote ou enterro do Entrudo e dos compadres e comadres.

CONCERTOS DE NATAL NAS FREGUESIAS - Perante a impossibilidade de realizar os tradicionais concertos de Natal devido à pandemia de Covid-19, o Município de Vila promoveu a transmissão online, de um pequeno concerto natalício pela Banda Filarmónica Retaxense, que contou com atuações em cada uma das igrejas das sedes de freguesia do concelho.

O objetivo desta iniciativa passou por evocar o espírito da época, fazendo da igreja de cada freguesia o cenário de uma música de Natal, procurando encurtar as distâncias através da transmissão online dos concertos.

Esta atividade encontrava-se inserida no *Festival das Artes da Beira Baixa* que decorreram no âmbito do projeto Beira Baixa Cultural, promovido pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa em parceria com os municípios integrantes e cofinanciado pelo Centro 2020, Portugal 2020 e FEDER (Fundo Desenvolvimento Regional).



A cultura assume um papel importantíssimo para a sociedade, na medida em que esta tem como reflexo no fortalecimento da identidade pessoal e social do indivíduo, assumindo um papel fundamental, não só para as populações como para os territórios. Neste âmbito e ao longo dos

tempos, o executivo tem procurado proporcionar aos seus munícipes o acesso a um programa cultural de excelência, procurando promover a igualdade de oportunidades semelhante às que existem nos grandes centros urbanos, sempre na tentativa de esbater as assimetrias sentidas, neste que é um território de baixa densidade populacional. Todavia, e apesar dos esforços desenvolvidos pelo executivo na dinamização da área cultural, o ano 2020, veio revelar-se um verdadeiro desafio, na medida em que a crise pandémica deu lugar a uma crise no setor da cultura. De acordo com o relatório, intitulado *Reconstruindo a Europa: A Economia Cultural e Criativa antes e depois da Covid-19*, da consultora Ernst and Young, as indústrias culturais e criativas dos países da União Europeia sofreram, no seu conjunto, uma quebra de 31% por comparação com 2019. Assim, e de acordo com aquele relatório, estima-se que o sector europeu da cultura precisará de uma década para recuperar desta crise.

FOTO REPORTAGEM CACTEJO



3.3.4. PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A sensibilização ambiental e o ordenamento do território têm sido elementos fundamentais nos quais o município tem procurado apostar, promovendo a reflexão e a criação de um modelo de sociedade mais participativa, sensibilizada, informada e organizada seja através da concretização de políticas de desenvolvimento económico, social, com incidência espacial, seja através da proteção do ambiente, concebendo e promovendo medidas tendentes à proteção ambiental, educando e consciencializando os cidadãos da sua importância.

São os pequenos gestos do nosso dia-a-dia que poderão fazer a diferença, contornando os problemas associados às questões ambientais e que ameaçam a qualidade de vida das populações.

Ao longo do ano 2020, gostaríamos de destacar algumas das iniciativas desenvolvidas:

- **ASSINATURA DE PROTOCOLO – REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIBEIRA DO ENXARRIQUE** – O Município de Vila Velha de Ródão e a Agência Portuguesa do



Ambiente (APA) assinaram, no dia 24 de julho, um protocolo de colaboração para Reabilitação e Valorização da Ribeira do Enxarrique, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social. O protocolo visa um apoio financeiro da APA até **280 mil euros**, através do Fundo Ambiental, incidindo em intervenções de reabilitação de leitos e margens de ribeiras com recurso a técnicas de engenharia natural.

A assinatura do documento decorreu durante a cerimónia protocolar de assinatura dos Contratos Interadministrativos no âmbito do Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020-2030, evento que contou com a presença do ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, do vice-presidente da APA, Pimenta Machado, e os representantes das autarquias abrangidas pelos referidos contratos, sendo que o Município de Vila Velha de Ródão foi um dos 17 municípios abrangidos por este Programa no território continental, destacando-se por ser o único concelho da Beira Interior que beneficia deste apoio.

O Fundo Ambiental tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, através do financiamento de entidades, atividades ou projetos.

Assim, o Fundo Ambiental apoia a APA a nível técnico e financeiro, com vista ao financiamento das intervenções de reabilitação de leitos e margens de ribeiras até ao montante de € 4.582.750,00, cabendo à APA a celebração dos protocolos de articulação com os municípios para execução das intervenções.

ALTERAÇÃO DO PDM DE VILA VELHA DE RÓDÃO – O executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão aprovou, no início do ano 2020, a proposta destinada à alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), de forma a compatibilizar

este documento estratégico de ordenamento do território com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI), assim como acomodar as alterações indicadas no Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT). A aprovação do executivo vem na sequência dos procedimentos já iniciados em outubro de 2019 e após conclusão do período de participação pública, decorrido até 12 de dezembro do mesmo ano. O PDM constitui-se como um documento estratégico de ordenamento do território, pelo que se trata de um trabalho de extrema importância para o desenvolvimento do concelho que, volvidos 11 anos de trabalho complexo e burocrático de todas as entidades envolvidas. Vila Velha de Ródão orgulha-se agora do resultado deste trabalho uma vez que, atualmente, o concelho possui uma estratégia de desenvolvimento e ordenamento local ajustada às necessidades do concelho.

- o **CAMPANHA DE ESTERILIZAÇÃO ANIMAIS DE COMPANHIA** - O Município, seguindo as recomendações da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que privilegia a esterilização como forma de controlo da população de animais errantes, promoveu nos meses de setembro a dezembro uma Campanha de Esterilização gratuita de animais de companhia. Neste primeiro ano de campanha, foram esterilizados 36 animais esterilizados com tutor. Todavia merece destaque a esterilização realizada em outros 30 felídeos (fêmeas e machos) errantes e que foram previamente sinalizados pelos munícipes, contribuindo desta forma para evitar o nascimento de várias ninhadas indesejadas.

Para além dos custos das cirurgias, o Município responsabilizou-se ainda pela totalidade das despesas com a identificação eletrónica, a vacina antirrábica nos canídeos, o boletim sanitário e o registo obrigatório na base de dados do SIAC. Esta foi a primeira campanha de esterilização gratuita realizada pela Câmara de Vila Velha de Ródão e resulta do empenho do Município na promoção não só da saúde pública, como do bem-estar da população animal do concelho. A campanha teve um investimento de aproximadamente 8.000€, e que teve um apoio financeiro da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

Ainda neste âmbito, o Município realizou ainda uma Campanha de Sensibilização à Esterilização de Animais de Companhia e as suas vantagens, através da produção de um vídeo, destinado sobretudo a sensibilizar e alertar os munícipes para esta forma privilegiada de controlo da população de animais, reduzindo o número de ninhadas indesejáveis e o seu consequente abandono.

- o **JOGO DESENVOLVIDO PELO MUNICÍPIO DE RODAO DISTINGUIDO PELOS PREMÍOS LUSOFONOS DA CRIATIVIDADE** - O jogo *Atmos Quiz*, desenvolvido pelo



Município de Vila Velha de Ródão no âmbito do projeto "Sensibilização dos Rodenses para os Impactos das Alterações Climáticas", foi distinguido, no mês de abril, com uma medalha de bronze nos Prémios Lusófonos da Criatividade, na categoria Eventos - Sensibilização Ambiental.

Composto por 50 casas divididas em três tipologias - Perguntas, Hábitos e Bónus - que terminam nas icónicas Portas de Ródão, o

Atmos Quiz é um tradicional jogo de tabuleiro que desafia os jogadores a entrar numa aventura de sensibilização para o impacto das nossas ações nas alterações climáticas.

Em cada ponto, o jogador é desafiado a refletir ou a responder a algo relacionado com temas sustentáveis tais como, energia 100% renovável, mobilidade alternativa e partilhada, floresta como bem essencial, água como recurso precioso e que deve ser usado com responsabilidade, diminuição do consumo de proteína animal e conseqüente redução de produção da mesma, reciclagem, eliminação do plástico, reutilização, redução do consumo, compostagem, entre outros. Neste percurso, os hábitos corretos serão compensados e os incorretos penalizados.

Financiado através do POSEUR, o Jogo foi um dos diversos suportes de comunicação e sensibilização criados no decorrer do projeto "Sensibilização dos Rodenses para os Impactos das Alterações Climáticas", sendo um dos seus principais objetivos abordar estas questões de forma lúdica e divertida junto da comunidade escolar.

Os Prémios Lusófonos da Criatividade são um festival internacional de criatividade sediado em Portugal, com 14 categorias: TV e Cinema, Imprensa, Rádio, Outdoor, Mobile, Digital, Eventos, Ativação da Marca, Design, Media, Relações Públicas, Produção, Marketing Relacional, Social Media. O júri é constituído por 168 nomes de referência nas categorias, sendo que cada uma é avaliada por 12 elementos.

PROTEÇÃO CIVIL

O Serviço Municipal de Proteção Civil, no decurso de 2020, realizou um conjunto de atividades e implementou um conjunto de medidas tendentes à mitigação da pandemia provocada por COVID-19, das quais se destacam:

A elaboração do **Plano de Contingência Municipal** (interno), em março de 2020, tendo sido modificado em maio de 2020 e o **Plano de Operações Municipal** n.º 1 / 2020 PLANOP (externo), também elaborado em março de 2020.

Foram ainda elaborados, em fases posteriores, diversos **Planos parcelares de contingência** para outras infraestruturas e equipamentos nomeadamente para as piscinas municipais de Fratel e Vila Velha de Ródão, para o estádio municipal e centro náutico, para o Centro de Convívio de Sarnadas de Ródão, bem como para a realização de atividades no campo de feiras da sede do município e na envolvência do castelo do rei Wamba. Foi, ainda, dado apoio externo na elaboração dos planos de contingência do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e das instituições sedeadas na Casa Laia.

Ao longo do período pandémico foram sempre monitorizados, diariamente, em articulação com a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco os registos de ocorrência de casos positivos, recuperados e óbitos existentes no concelho. Foram, também, de forma não presencial, feitas cerca de 80 reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil reduzida (Município, Autoridade de Saúde, GNR e Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão).

Colaborou ainda ativamente na identificação dos casos positivos e suas redes de contactos, com o intuito de minimizar redes contágio, com recurso à testagem dos contactos de primeira linha.

Para além, das atividades, decorrentes da pandemia em curso, foram ainda asseguradas todas as ações inerentes ao apoio municipal às atividades abaixo descritas:

Emissão de pareceres para projetos de (re)arborização ao abrigo do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho;

Realização de pedidos de enquadramento nos Planos Municipais de Ordenamento (PDM e PMDFCI) para elaboração de projetos de (re)arborização;

Acompanhamento do procedimento de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;

Gestão da Plataforma Queimas e Queimadas;

Acompanhamento de trabalhos de beneficiação nas Faixas de Gestão de Combustível da Rede Secundária Municipal;

Execução de ações de fiscalização relativas à aplicação da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto (Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios);

Marcação dos perímetros dos incêndios ocorridos em Cebolais de Baixo, Cabeço do Bordalo e Foz do Cobreão, em 21/07/2020, e elaboração da respetiva cartografia;

Coordenação do processo de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do concelho de Vila Velha de Ródão (2020-2029);

Acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados no âmbito da empreitada "Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos – Constituição de Rede Primária e Secundária"

Gestão da Plataforma SOS Vespa e remoção de ninhos de Vespa Velutina detetados no concelho;

Foram ainda asseguradas todas as ações inerentes ao apoio municipal às atividades associadas ao combate aos fogos florestais, estipuladas no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, ao longo do ano de 2020.

- **Recolha Seletiva para Reciclagem** – Segundo os dados da recolha seletiva, referentes ao concelho de Vila Velha de Ródão, verificamos que no ano 2020, foram reciclados em média 48,16Kg de resíduos por habitante, entre a totalidade dos resíduos encaminhados para a recolha seletiva (Papel/Cartão; Plástico/Metal; Vidro; Pilhas; Óleos Alimentares Usados; REEE's).

Olhando para as principais fileiras de recolha seletiva de resíduos, cada Rodense reciclou em média 13,54Kg/hab./ano de **vidro**, 18,16Kg/hab./ano de **papel e cartão** e 13,52Kg/hab./ano de embalagens de **plástico/metal**.

Os quantitativos recolhidos em 2020 nos ecopontos foram 151,99 t (57,32 t de papel/cartão, 42,66 t de embalagens plásticas/metálicas e 42,74 t de vidro).

Quanto aos resíduos sólidos urbanos indiferenciados, ao longo do ano de 2020, foram produzidas no concelho de Vila Velha de Ródão 1.333,14 toneladas, correspondendo a 422Kg/hab./ano.

No que concerne aos resíduos volumosos, vulgarmente conhecidos por monos, foram recolhidas 73 toneladas, correspondendo a 23Kg/hab./ano.

RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS – Foi disponibilizado, no início de julho, uma rede municipal de recolha de óleos alimentares usados com 12 pontos de recolha. Os equipamentos agora instalados vieram substituir a rede anteriormente instalada, tornando-a mais apelativa e interativa, na medida em que, fazendo recurso à leitura do código QR que está no contentor, pode o munícipe, ter o registo individual da quantidade que deposita.

Os óleos alimentares usados apresentam um nível elevado de contaminação dos recursos hídricos, pelo que é fundamental a separação e encaminhamento deste resíduo. Assim, estamos perante o aproveitamento de matéria-prima para o desenvolvimento de biodiesel (1000 litros de óleo usado permitem produzir entre 920 a 980 litros de biodiesel) e ainda em sabão, velas, óleo, verniz, tintas, entre outros.

A rede municipal de recolha de óleos alimentares usados resulta de um protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e a consórcio *Hardlevel – Prio*.

Conscientes da importância que a recolha seletiva representa, para o futuro sustentável do planeta e porque sabemos que os recursos naturais não são inesgotáveis, iremos continuar a envidar todos os esforços no sentido de melhorar estes indicadores.

- o **Hora do Planeta** – No dia 28 de março, o Município assinalou a **Hora do Planeta** com a realização de uma campanha de sensibilização, através de um conjunto de ações de educação sobre a temática da água, energia e reciclagem. Para mostrar o apoio a esta causa, entre as 20h30 e as 21h30, foi simbolicamente desligada a iluminação em alguns locais emblemáticos do concelho, como a Ponte sobre o Rio Tejo, Pelourinho, Lagar de Varas, CIART e Parque Ambiental.

A **Hora do Planeta** é um evento promovido desde 2007 pela organização não-governamental World Wildlife Fund como forma de consciencialização sobre a problemática das mudanças climáticas e a perda de biodiversidade.

3.3.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

"Com talento ganhamos partidas; com trabalho em equipe e inteligência, ganhamos campeonatos"
Michael Jordan

O ano 2020, revelou-se um ano verdadeiramente atípico e difícil, no que concerne à prática da atividade física desportiva. A crise pandémica trouxe com ela a alteração de rotinas, a imposição de novas regras e novos hábitos de convivência, entre os quais se destacam a obrigatoriedade de observar o distanciamento social e o confinamento geral da população, levando ao encerramento de ginásios e de infraestruturas desportivas. Todos estes fatores contribuíram para a diminuição dos níveis de atividade física, o que no curto prazo poderá ter reflexo negativo na saúde, nomeadamente ao nível físico e mental da sociedade.

A atividade física é encarada, ao nível das ações de saúde pública, como forma de promoção de saúde e de prevenção de doenças, todavia todas as infraestruturas e locais de dedicados à prática desportiva foram encerrados ao público, por serem encarados como locais elevado de risco de transmissão e propagação da doença sem que fosse avaliada a relação custos/benefício da atividade física e muito menos terem sido perspetivados os efeitos protetores dos exercícios na saúde pública. A retoma da atividade física e da e da vida normal das pessoas tenderá a demonstrar o impacto que a pandemia exerceu sobre a saúde pública ao longo dos anos, não se aplicando apenas ao ano de 2020.

Por forma a diminuir os impactos da pandemia sobre a saúde dos nossos munícipes, foram sendo dinamizadas aulas em formato online e sempre que as normas impostas pelo governo assim o permitiram, as infraestruturas desportivas estiveram abertas ao público, observando todas as regras impostas pela Direção Geral da Saúde, quanto a desinfeção e lotação dos espaços, pois entendemos a importância e o reflexo que a atividade física têm na saúde física e mental da população. Seja enquanto meio de combate ao sedentarismo e aos problemas de saúde a ele associados ou como forma de redução do stress e aumento dos níveis de energia, a prática desportiva é hoje encarada como uma atividade essencial e transversal a todas as idades, mesmo quando praticada de forma moderada.

Tendo em conta esta realidade, o Município de Vila Velha de Ródão coloca à disposição dos munícipes um conjunto diversificado de equipamentos e atividades desportivas, como é o caso do Ginásio Municipal, do Estádio Municipal, das Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão e de Fratel, do Centro Náutico ou dos diferentes polidesportivos existentes nas freguesias, as quais contam com uma equipa de profissionais competentes e dinâmicos.

Ao longo do ano, estes espaços são dinamizados pela autarquia, através do Setor de Desporto e Tempos Livres, e em estreita colaboração com o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e as diversas coletividades e associações locais, de forma a valorizá-los e a promover a qualidade de vida da população através da prática da atividade física e da adoção de um estilo de vida saudável, contribuindo decisivamente para melhorar os índices de saúde pública.

Ao mesmo tempo, o Município tem procurado aliar a promoção da prática desportiva à divulgação da riqueza, diversidade e beleza da paisagem natural do concelho, através da promoção de eventos desportivos ao ar livre ou da realização de provas de cariz nacional e internacional, procurando explorar o potencial do território no geral e do rio Tejo em particular, no que à prática dos desportos náuticos diz respeito.

- **REQUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DOS PERCURSOS PEDESTRES** - O Município de Vila Velha de Ródão promoveu a requalificação dos percursos pedestres do concelho, uma intervenção que se iniciou em abril e começou por recuperar o PR1 e o PR2, que ficaram intransitáveis na sequência dos incêndios de 2018, e inclui a sua disponibilização na aplicação Geonatour, que alia informações sobre os percursos e os pontos de interesse existentes na área. Para além da recuperação dos percursos tornados intransitáveis devido aos incêndios, foram percorridos os restantes trilhos e identificadas as necessidades de intervenção, que se centraram sobretudo na substituição ou colocação de nova sinalética, na limpeza de terrenos, na colocação de escadas ou pontes pedonais em alguns pontos ou na alteração de alguns traçados. De forma a maximizar a experiência dos utilizadores dos percursos pedestres do município, foi feito um investimento na adesão à plataforma Geonatour, uma aplicação que permite aos seus utilizadores acompanhar todas as indicações presentes no percurso com o auxílio de mapas digitais e receber notificações quando se aproximam de pontos de interesse existentes ao longo do trajeto. A aplicação funciona também em modo offline, utilizando apenas o GPS, e possui versões para smartphones com sistema Android e IOS. Esta intervenção mereceu já a atenção da plataforma de Apoio ao Investimento Turístico do Turismo Centro de Portugal, que dedicou uma reportagem ao empreendedorismo turístico no concelho, que inclui a referência aos percursos pedestres. Tendo em vista a sua promoção juntos dos amantes do turismo de natureza, procurou-se também captar a atenção



de influenciadores digitais para a promoção do território e dar a conhecer a um público mais vasto a beleza das paisagens do concelho, contribuindo para a sua afirmação enquanto destino de natureza, área que tem assumido um papel cada vez mais relevante na dinamização da economia local, a par do turismo cultural.

Este trabalho de requalificação, realizado em todos os percursos pedestres existentes no concelho, e resultaram do trabalho de uma equipa de profissionais do município, afetos às áreas do desporto, do cultura e do turismo, que em virtude da pandemia viram os seus setores de atividade parados e aos quais foi lançado o desafio de promoverem este trabalho de recuperação e requalificação dos percursos pedestres, tendo os mesmos aceite e desenvolvido um trabalho excelente e que em muito dignifica a imagem do território.



- **ESCOLA DE CANOAGEM** – A Escola de Canoagem de Vila Velha de Ródão retomou a sua



atividade no dia 1 junho, após um período de encerramento como medida preventiva no âmbito da pandemia por Covid-19, contando com duas dezenas de inscritos, entre adultos e crianças. Este projeto resulta de uma parceria entre o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento e o Município de Vila Velha de Ródão. Trata-se de um projeto e de uma estrutura única no distrito, que aproveita o magnífico enquadramento natural e as potencialidades do extenso plano de água do rio Tejo, na zona de Vila Velha de Ródão,

para permitir a prática de desportos náuticos no interior do país, onde a oferta nesta área é escassa.

- **SEMANA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE** – Entre os dias 10 e 16 de agosto, o Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com o Instituto Português do Desporto e da Juventude, assinalou a Semana Internacional da Juventude com música e com a realização de aulas gratuitas de Pilates e Hidro Dance nas Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão e de Fratel. Nos dias 10 e 13 de agosto, a Piscina Municipal de Vila Velha de Ródão recebeu duas aulas de Pilates e Hidro Dance, programa que foi repetido, no dia 12, na Piscina Municipal de Fratel. Já nos dias 12 e 14 de agosto, em Fratel e Ródão, respetivamente, o final da tarde foi animado com a música do DJ Petter Nox. A concretização das atividades obedeceu sempre às recomendações da Direção-Geral da Saúde e às normas legais sobre a prevenção da Covid-19.



- **PISCINAS MUNICIPAIS DE VILA VELHA DE RÓDÃO E FRATEL** – Ao longo da época balnear, que teve início a 20 de junho e terminou a 13 de setembro, as Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão e de Fratel viram o seu funcionamento altamente condicionado, em virtude das normas impostas pela DGS, no que respeita à lotação máxima do espaço e ao distanciamento social. Apesar das restrições registadas as piscinas municipais funcionaram ao longo de toda a época balnear sem sobressaltos, tendo merecido rasgados elogios, por parte dos seus utilizadores, quanto à limpeza, à organização e desinfeção dos espaços.

Estes dois espaços atraíram mais de 10 mil visitantes, no decurso da época balnear, que puderam assim usufruir das excelentes condições destas duas infraestruturas municipais, recentemente remodelados. Todavia, em resultado da pandemia e das restrições impostas pelas autoridades de saúde pública, registou-se uma contração na ordem dos 64%, face a 2019.

- **GINÁSIO MUNICIPAL** – Dotado de uma localização privilegiada que lhe confere uma paisagem única e singular, o **Ginásio Municipal** de Vila Velha de Ródão, promove a melhoria da qualidade de vida dos seus utilizadores, aliando o exercício físico corretamente motivado, qualitativamente adequado e em quantidade suficiente, a uma vista panorâmica incrível sobre as piscinas municipais, o rio Tejo e o Monumento Natural das Portas de Ródão.

No decurso do ano 2020, e em resultado das restrições impostas pela pandemia vivida, o ginásio municipal viu-se obrigado a reestruturar todo o seu planeamento e funcionamento, tendo espaço passado por diversas fases, as quais consistiram numa primeira fase na redução da frequência de utilizadores, outra em que se encontrou encerrado ao público e em que o presencial deu lugar ao virtual, e em que semanalmente iam sendo publicadas aulas no Youtube, no canal do Ginásio Municipal. Existiu depois, numa terceira fase, uma retoma condicionada, nos meses de verão, quanto ao número de utilizadores e lotação de espaço e no final do ano registou-se uma nova fase de encerramento, o que levou à estruturação de aulas online em direto e outras em formato gravado, para disponibilizar aos utilizadores recursos que lhes permitisse manterem-se ativos, contribuindo dessa forma para manter uma boa forma física e mental.

Este espaço, sempre que lhe foi permitido, manteve-se aberto e em funcionamento de segunda-feira a sábado, disponibilizando aos seus utilizadores equipamentos de ponta, no que se refere



a aparelhos de cardio-fitness, de musculação e de todo o material para a realização de treino funcional. Uma das ofertas com melhor aceitação e procura, por parte dos seus utilizadores, são as aulas de grupo, razão pela qual se tem vindo a alargar o leque de oferta e diversidade de modalidades, das quais destacamos o *Pilates*, *Active Kids*, *Zumba*, *Cross Fit*, *HIIT*, *Funcional*, *Cycling*, *Pump*, dado que estas assumem especial

importância para os utilizadores deste espaço, não só pelas dinâmicas criadas como pelas características das mesmas.

- o **BTT «TERRAS DE OIRO»** – O município concretizou, no dia 1 de março, em Vila Velha de Ródão mais uma edição do Passeio "BTT Terras de Oiro", uma prova de carácter desportivo em Bicicletas de Todo-o-Terreno (BTT), a qual contou com a participação de 115 atletas. À semelhança das edições anteriores, a prova contemplou dois percursos distintos, uma meia-maratona com 45 km e uma maratona de 65 km, incluindo esta edição uma novidade: um passeio guiado, com aproximadamente 15 km, sem carácter competitivo e de dificuldade baixa, criado especialmente a pensar nas famílias dos atletas participantes na prova. Com trajetos desafiantes e paisagens extraordinárias, a prova satisfez os participantes. Os amantes desta modalidade desportiva continuam a reconhecer as condições de excelência deste território para prática desta modalidade desportiva, a qual o Município apoia e promove, sempre que praticada com total respeito pela natureza e pelo património.



No setor do Desporto e Tempos Livres destacam-se ainda as seguintes atividades:

- o **CAMPANHA "DOU MAIS TEMPO À VIDA"** – Vila Velha de Ródão associou-se à campanha solidária "Dou Mais Tempo à Vida – Juntos Venceremos o Cancro", uma iniciativa da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), com a realização de uma caminhada solidária, a qual foi organizada pelo Grupo de Voluntariado Comunitário de Vila Velha de Ródão da LPCC e contou com o apoio do Município de Vila Velha de Ródão, através do Ginásio Municipal e do CLDS. Os valores angariados na caminhada reverteram a favor da LPCC, para o apoio ao doente oncológico e suas famílias.

3.3.6 AÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO

A pandemia de COVID-19 teve consequências profundas na vida da população em geral, nas organizações e na própria sociedade, não apenas ao nível da saúde pública, mas também em termos do impacto na vida social e económica das famílias e dos trabalhadores de primeira linha, que tiveram um papel fundamental na redução de riscos dos mais vulneráveis e na resposta célere e eficiente às suas necessidades, numa tentativa de promover o bem-estar e minorar a exposição ao contágio.

Os Serviços de Ação Social do Município de Vila Velha de Ródão, em cumprimento da sua missão, prestaram auxílio aos munícipes e às instituições que dele necessitaram, com especial enfoque nos para indivíduos e agregados familiares em situação de risco ou exclusão social.

Neste contexto, desde o primeiro instante, o **Gabinete de Ação Social do Município de Vila Velha de Ródão** revelou-se essencial no apoio à população mais idosa e vulnerável, dada a sua proximidade e o conhecimento do concelho. Para tal, foram disponibilizadas duas linhas telefónicas, através das quais os munícipes podiam solicitar apoio ao nível da realização de compras de bens essenciais e de medicamento; foi articulado com o Centro de Saúde o levantamento das receitas médicas; foi garantido apoio alimentar às famílias que ficaram sem rendimentos; aos doentes infetados com COVID-19 e em isolamento profilático foi assegurado

o apoio alimentar e a entrega de medicamentos; foi fornecido transporte para deslocação a consultas urgentes e inadiáveis; foi dado apoio ao Centro de Dia do Grupo de Amigos da Foz do Cobre na distribuição de refeições, durante o período de encerramento devido à existência de casos de COVID; foram realizados testes junto dos funcionários de diversos serviços e da população em geral e fornecido material de proteção individual.

Tratou-se de um período bastante conturbado e exigente, que dificultou a organização do trabalho, mas que permitiu ao Gabinete de Ação Social desenvolver ainda mais a sua vertente humana e social. Embora numa primeira fase, devido ao elevado número, nem sempre fosse fácil dar resposta a todos os pedidos de ajuda que nos chegaram, a disponibilidade dos colaboradores de outras áreas permitiu responder com a maior celeridade e eficácia a todas as solicitações.

Apesar do cansaço e desgaste provocados pelo prolongamento da pandemia por mais de um ano, esta situação revelou-se um desafio às boas práticas de intervenção social e veio comprovar a grande capacidade de adaptação dos serviços a novas realidades e necessidades, o que implicou uma reorganização e o reforço das intervenções através de meios de comunicação à distância e conduziu ao reforço do trabalho em rede com os vários atores sociais do nosso concelho. Consciente que este desafio ainda não terminou, o Gabinete de Ação Social terá de se continuar a reinventar no sentido de dar continuidade ao trabalho iniciado procurando, junto das populações, atenuar os impactos advindos da pandemia, nomeadamente o isolamento social.

MEDIDAS DE APOIO À FIXAÇÃO DE PESSOAS NO CONCELHO – De entre as medidas adotadas pelo executivo, nas áreas social e de apoio à fixação de pessoas no concelho, destaca-se para:

- Apoio à aquisição/construção de habitação (apoios compreendidos entre os 1.500 e 2.500 euros, dependendo da idade dos candidatos);
- Apoio para a recuperação de imóveis para habitação própria (apoios compreendidos entre os 2.500 e os 3.000 euros, dependendo da idade dos candidatos);
- Apoio a idosos e a estratos sociais desfavorecidos;
- Apoio ao arrendamento para famílias numerosas, durante um período de um ano, independentemente da sua condição financeira;
- Apoios ao arrendamento jovem, para candidatos até aos 35 anos de idade, o qual varia em função do rendimento, e poderá ter a duração máxima de 3 anos.

No ano 2020, no âmbito dos regulamentos municipais de apoio a **Estratos Sociais Desfavorecidos** e de **Apoio à Fixação de Jovens e Famílias**, foram concedidos os apoios que abaixo se apresentam:

- **Compra e reconstrução de habitação própria:** 14 famílias;
 - **Arrendamento Jovem – Renda de Casa:** 35 famílias;
 - **Arrendamento Jovem – Taxas e Licenças:** 14 famílias;
 - **Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos:** 13 famílias.
- **IMI Familiar** – Esta medida consiste numa diminuição no pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para agregados familiares do concelho, com um, dois, três ou mais dependentes. Tendo para o efeito, o executivo camarário, levado à Assembleia Municipal a

aprovação desta medida, beneficiando em 20 euros os agregados familiares com um dependente; em 40 euros as famílias com dois dependentes; e em 70 euros as famílias com três ou mais dependentes. Esta é apenas mais uma das medidas implementadas que visam discriminar positivamente quem escolhe este concelho do interior para fixar a sua residência.

o **Loja Social e Banco Local de Voluntariado**

"A solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana"

Franz Kafka

BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO – As pessoas movimentam-se na sociedade civil, voluntariamente em nome do Bem Comum, num comportamento expressivo de cidadania alicerçado em solidariedade e em criatividade, para vencer obstáculos no dia-a-dia. O voluntariado congrega ações de pessoas altruístas, que dedicam parte do seu tempo, a melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos outros, assim são os voluntários que integram o Banco Local de Voluntariado do Município que, ao longo do ano, participam de forma livre e organizada, dando o seu contributo para o desenvolvimento social, assegurando a organização e abertura da loja social ao público e colaborando em ações de recolha de alimentos, realizadas no âmbito das campanhas do Banco Alimentar contra a fome.

LOJA SOCIAL – Este espaço surge em resposta a uma necessidade social, a qual procurou atenuar e dar resposta a todos os pedidos de auxílio endereçados que, no ano 2020, e com a progressão da pandemia, foram também estes pedidos de auxílio endereçados foram aumentando também. A loja social do Município desempenhou um papel de elevada relevância, num ano amplamente marcado pela pandemia, a qual veio acentuar as assimetrias sociais e a agravar as situações já bastante vulneráveis. Nesta medida, podemos afirmar que o trabalho que desenvolvido pela Loja Social e seus colaboradores contribuiu de forma significativa para a minimização dos efeitos da pandemia junto da comunidade mais vulnerável e desfavorecida do concelho.

Esta estrutura com recurso a bens doados por instituições, por particulares, pelo Banco Alimentar e sempre que necessário pelo Município, procurou responder a todas as dificuldades e necessidades imediatas das famílias e indivíduos, que se encontravam em comprovada situação de vulnerabilidade económica, através da distribuição de bens alimentares, vestuário, calçado e utensílios para o lar. Esta representa uma das formas mais diretas e acessíveis de ajustar a oferta de quem quer e pode contribuir, com a procura por parte daqueles que mais necessitam.

GABINETE DE APOIO À VÍTIMA – O Gabinete de Apoio à Vítima, a funcionar nas instalações do CLDS de Vila Velha de Ródão, fez o acompanhamento de algumas situações complexas e que solicitaram o necessário apoio psicológico. Neste âmbito, foram ainda promovidas sessões sobre o tema da Igualdade de Género, junto das crianças do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão.

- o O Município em estreita colaboração com o CLDS 3G (Contrato Local de Desenvolvimento Social Terceira Geração), trabalharam em conjunto no sentido da continuidade do **programa Saúde Mais**, não só pela importância que este programa assume para a população residente como o acesso aos serviços de saúde. Trata-se pois de um programa que surgiu de uma

necessidade identificada ao nível, de assistência médica, com o objetivo de proporcionar consultas médicas de clínica geral aos munícipes, em complemento aos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde. Este programa encontra-se em funcionamento desde março de 2017 tem concedido aos seus munícipes, o acesso a uma resposta médica rápida e de proximidade.

As consultas têm uma periodicidade semanal e ocorrem nas sedes, das Juntas de Freguesias do Concelho, favorecendo dessa forma a equidade no acesso a todos os munícipes que necessitem deste serviço.

Este serviço encontra-se ao dispor da população em geral e tem um custo idêntico ao praticado no SNS, no entanto e para os titulares do cartão do idoso o acesso ao serviço é totalmente gratuito. No ano de 2020 foram realizadas 407 consultas, o que representa uma média mensal de 34 consultas, repartidas da seguinte forma pelas freguesias:

Fratef: 163 | Vila Velha de Ródão: 80 | Perais: 75 | Sarnadas de Ródão: 89

Este programa não veio substituir o médico de família, nem o Serviço Nacional de Saúde, surgiu apenas para funcionar como um complemento de apoio às pessoas idosas e carenciadas e da população em geral.

- o **REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO** – Com o objetivo de garantir o acesso aos medicamentos prescritos por receita médica, por parte de qualquer cidadão, que se encontre numa situação comprovada de carência económica, o Município aderiu ao Programa Abem – Rede Solidária do Medicamento, desenvolvido pela Associação Dignidade. A adesão a este programa foi formalizada em 21 de janeiro de 2020, através da assinatura de um protocolo de cooperação entre o Município e aquela instituição particular de solidariedade social, responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e gestão da Rede Solidária do Medicamento.

Em abril, foi assinado um protocolo com a mesma instituição, designado por **Protocolo de Emergência Abem-Covid 19**, o qual foi celebrado com o intuito de apoiar outros cidadãos, que não se encontravam abrangidos pela condição de recursos do Programa Abem previstos no protocolo assinado em janeiro, o qual veio alargar o apoio no sentido de dar resposta a todas as pessoas que se encontrem em situação fragilizada, em virtude da pandemia.

Com estas medidas a autarquia pretende continuar a contribuir para o bem-estar dos nossos munícipes, particularmente após termos tomado conhecimento de que há famílias que não adquirem os medicamentos prescritos pelo médico de família por falta de recursos. Esperamos desta forma minimizar as dificuldades sentidas e garantir o acesso aos cuidados de saúde, por parte dos nossos munícipes.

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA - No dia 1 de junho, o Município de Vila Velha de Ródão assinalou o Dia Mundial da Criança com a oferta do jogo Trilho do Arco-Íris aos alunos que frequentam o Pré-Escolar e o 1.º ciclo do Ensino Básico no Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão.

Devido à situação de pandemia por Covid-19 e dada a impossibilidade de, como habitualmente, assinalar esta data com um evento para os mais pequenos, esta oferta pretende deixar-lhes

uma mensagem de otimismo e esperança e sublinhar que todos nós podemos ser heróis na luta contra o Covid-19.

Desenvolvido pelo Município, integrado no Plano e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, financiada pela União Europeia, através do Fundo Social Europeu, o Trilho do Arco-Íris é um tradicional jogo de tabuleiro destinado a toda a família. O objetivo é não só ensinar às crianças os cuidados que devemos ter para nos protegermos do Covid-19, mas também desafiá-las a manterem-se em forma através da realização de um conjunto de divertidas atividades físicas.

Os alunos do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico irão receber uma Power Bank. Uma vez que todos se encontram em casa, o Município de Vila Velha de Ródão assegurará a entrega das ofertas no domicílio dos alunos, preferencialmente no próprio dia.

As crianças da creche de Vila Velha de Ródão também não foram esquecidas e o Município de Vila Velha de Ródão, em articulação com a Santa Casa da Misericórdia e a CPCJ de Vila Velha de Ródão, preparou para elas uma manhã bem animada e divertida, com música e atividade física ao ar livre, dinamizada pelos técnicos de desporto do município. Neste que foi o dia das crianças recordamos a importância de defender os seus direitos e celebramos o seu bem-estar.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER – O Município em parceria com o CLDS 3G VVR (Contratos Locais de Desenvolvimento Social Terceira Geração), no mês de março, percorreram todas as aldeias do concelho, promovendo um conjunto de atividades que procuraram **assinalar o Dia da Mulher**, entre 2 e 6 de março, na qual foram oferecidas flores e serenatas a todas as senhoras, uma ação que abrangeu quase 500 pessoas e procurou contribuir para a promoção da autoconfiança e autoestima da população mais idosa do concelho.



Embora o Dia Internacional da Mulher se celebre a 8 de março, dada a extensão geográfica do concelho e de forma a não esquecer nenhuma freguesia, foi planeada uma ação com a duração de cinco dias, que pretendeu percorrer as aldeias e oferecer momentos de animação e diversão, combatendo assim a solidão e o isolamento em que se encontra parte da população idosa do concelho.

- o Pautando a sua ação por uma intervenção discreta e objetiva, a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** tem vindo a trabalhar de forma pró-ativa, na sinalização de casos, cujo comportamento é considerado de risco, tendo efetuado o acompanhamento dos mesmos. Ainda no âmbito da sua intervenção, a CPCJ dinamizou um conjunto de atividades das quais se destacam:
 - o **Dia Escolar Para a Não-violência** – numa ação conjunta da CPCJ, CLDS e do Município, promoveu uma série de iniciativas junto dos alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, de forma a assinalar o Dia Escolar para a Não-violência.



Tendo em conta as diferentes faixas etárias e a sua compreensão de fenómenos como a violência e o bullying, as ações foram adaptadas e direcionadas para dois públicos diferentes, desde a visualização de curtas-metragens relacionadas com a temática, à distribuição de flyer's sobre o bullying e foi realizada uma ação que levou as crianças a refletirem sobre as qualidades dos seus colegas de turma. Aos alunos do 6.º ano e do 3.º ciclo, foram apresentados três cenários onde eram retratadas situações de bullying, de forma a que estes fossem encenados pelas crianças, sendo também distribuídas "Receitas gourmet para seres cool" que continham dicas para que se tornassem melhores pessoas. No final da atividades, as crianças foram convidadas a colocar dentro de uma mala de viagem a "bagagem" que esta ação lhes tinha proporcionado, de forma a avaliá-la.

- **A ACADEMIA SÉNIOR DE VILA VELHA DE RÓDÃO** enquadra-se numa política de promoção da qualidade de vida da população sénior (50+) do concelho, através da otimização de recursos direcionados à promoção do bem-estar físico, social e mental, bem como do combate à solidão e isolamento social, promovendo o favorecimento das relações interpessoais e intergeracionais, bem como o incremento da autoestima, da autoconfiança e o aprofundamento de conhecimentos e competências. Este projeto, encontra-se em funcionamento, em Vila Velha de Ródão, desde 2015, inicialmente dinamizado pela ADRACES, em estreita parceria com o município, tendo no ano 2020 a gestão do mesmo passado para o CMCD.

No âmbito do projeto foram sendo desenvolvidas atividades, nas mais diversas áreas, **Desportiva (Hidroginástica, Dança Sénior, Atividade Física Desportiva); Cozinha; Ervas Aromáticas; Leitura; Cidadania; Música; Trapologia e Informática.**

Todavia e seguindo as recomendações da Direção-Geral de Saúde, a Academia Sénior de Vila Velha de Ródão as aulas presenciais foram suspensas desde o início da pandemia e até ao final de 2020. Tratou-se de uma medida bastante ponderada, tendo em vista a proteção dos alunos e do corpo docente. Ainda assim, este projeto promovido pelo Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, em estreita parceria com o Município, manteve-se em movimento e procurou levar até à porta de cada aluno atividades, desafios e carinho, através da realização de visitas ao domicílio, nas segundas e quartas-feiras de cada semana Assim, embora com moldes diferentes e adaptados à pandemia, a Academia Sénior deu continuidade ao funcionamento do projeto mantendo-se próxima dos alunos e disponível para contribuir para a sua saúde e bem-estar, desafiando-os inclusive a participar em oficinas online, através de plataformas digitais.

No setor da Ação Social destacam-se ainda as seguintes atividades:

- **DIA DA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES** - Com o objetivo de assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, o CLDS 4G de Vila Velha de Ródão, um projeto cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, em parceria com a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, levou até à Biblioteca do Agrupamento de Escolas a exposição "Aqui morreu uma mulher", baseada no trabalho dos jornalistas Teresa Campos e José Carlos Carvalho da revista Visão. Esta exposição, disponibilizada no âmbito do projeto #Parar, Pensar, Agir pela Igualdade# revelou-se uma importante ferramenta de sensibilização para o fenómeno da Violência Doméstica no nosso país.

- **SEMANA NACIONAL DO COMBATE À DESIGUALDADE** Com o objetivo de assinalar a Semana Nacional do Combate às Desigualdades, o CLDS 4G, em parceria com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, fez chegar aos distribuidores de pão do concelho sacos de papel kraft personalizados com frases sobre a temática da igualdade. Esta iniciativa teve por objetivo a sensibilização da população para a importância da igualdade na sociedade, através da partilha de pequenas mensagens sobre o assunto.
- **ASSOCIATIVISMO** – Tendo em conta o dinamismo do movimento associativo no concelho e o seu importante papel na defesa dos interesses das populações, este município tem feito um esforço para garantir o apoio ao funcionamento das associações, para que estas possam desenvolver os seus planos de atividades sem constrangimentos e com sentido de responsabilidade.

Neste âmbito, e tendo em conta o período excecional que se registou no ano 2020, o Município deliberou atribuir os subsídios ao plano de atividades das associações, apresentado pelas mesmas, e que em virtude da crise pandémica, não as puderam concretizar, ficando comprometida a sua sustentabilidade. Assim, e para suprir as dificuldades destas, o município atribuiu um apoio, equivalente ao atribuído no ano transato, por forma a manter alguma proporcionalidade face ao histórico de atividades e dos apoios concedidos às associações nos anos anteriores. Para este apoio foi direcionada uma verba no montante total de 24.000€.

O incentivo ao associativismo é encarado como um eixo central no que se refere às políticas municipais de desenvolvimento local, continuando este Município a envidar todos os esforços e a adotar as medidas necessárias que permitam a continuidade do apoio e da valorização das iniciativas desenvolvidas pelas associações.

As associações, são atores chave de qualquer território, na medida em que contribuem para o desenvolvimento das comunidades e para a dinamização de iniciativas culturais e recreativas no território, torno-o mais rico e dinâmico.

Atentos às dificuldades manifestadas pelas associações, o Executivo Municipal criou o **Fundo Municipal de Apoio às Associações**, um instrumento que visa apoiar as associações na realização de obras de pequena dimensão, nas suas sedes sociais, e cujos trabalhos sejam executados diretamente pelos próprios associados. Este fundo conta anualmente com uma dotação de 10.000,00€.

3.3.7. GESTÃO MUNICIPAL, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O município tem vindo a trabalhar no sentido da proximidade com os colaboradores e cidadãos, na promoção de uma cidadania mais ativa e participativa. Para esse efeito, têm sido desenvolvidas iniciativas e implementadas medidas tendentes à participação dos cidadãos na vida autárquica, das quais destacamos:

- **ESPAÇO DO CIDADÃO** - Desde 14 de julho, que se encontra em funcionamento um ponto de atendimento do Espaço Cidadão, em Vila Velha de Ródão, o qual se encontra a funcionar nas instalações da Junta de Freguesia.

O Espaço do Cidadão é um local onde os munícipes podem tratar de assuntos relacionados com diferentes entidades, permitindo o acesso a inúmeros serviços da administração central, local e de entidades privadas que prestam serviços de claro interesse público, num único balcão. A implementação deste projeto resultou da celebração de um protocolo entre o Município de Vila Velha de Ródão e a AMA – Agência para a Modernização Administrativa.



A entrada em funcionamento deste novo serviço veio permitir aos munícipes tratar de assuntos tão diversos como a Carta de Condução, solicitar uma nova senha ou uma cademeta predial junto da Autoridade Tributária, solicitar o reembolso de despesas junto da ADSE, tratar de assuntos relativos a emprego e formação profissional ou alterar a morada do Cartão de Cidadão, entre muitos outros assuntos. Trata-se de um serviço particularmente importante para as regiões do interior, na medida em que contribui para uma maior aproximação dos principais serviços da administração central e minimiza a necessidade de realizar deslocações, aos grandes centros urbanos, para o tratamento de questões como as referidas anteriormente.

- o **REUNIÕES DE CÂMARA E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DESCENTRALIZADAS** – No âmbito das políticas públicas de proximidade definidas pelo executivo, desde o início do seu mandato, têm-se vindo a realizar sessões de câmara e de assembleia descentralizadas, cujo principal objetivo passa por incentivar uma maior participação pública e uma maior aproximação dos cidadãos ao poder local e à gestão autárquica.

Em 2020, e em virtude da crise pandémica registada, o município apenas não se realizou uma das quatro reuniões de câmara descentralizadas, que habitualmente realiza por ano, conforme calendário anual, aprovado, das reuniões do executivo.

Tem sido uma preocupação do executivo municipal a proximidade com os seus munícipes, no sentido de perceber as suas verdadeiras preocupações e necessidades.



Esta tem sido sem dúvida sido a marca desta gestão autárquica, estar ao lado dos munícipes, ouvir e esclarecer as suas dúvidas, e dentro daquilo que são as suas

competências, resolver os problemas que lhe são apresentados, tendo em conta a exequibilidade dos mesmos.

Registamos com apreço a elevada participação dos munícipes nas sessões públicas descentralizadas, que o executivo levou a efeito no ano 2020.

- **RÓDÃO PARTICIPA** – O Município de Vila Velha de Ródão tem uma aplicação de gestão de participações, denominada Ródão Participa, a qual permite aos munícipes o reporte de diferentes tipos de situações, como por exemplo questões/anomalias verificadas em espaços públicos ou questões administrativas.

Através desta nova aplicação os cidadãos podem reportar os mais diversos problemas, na área de abrangência do concelho, e solicitar a sua resolução à Câmara Municipal.

Com a disponibilização desta aplicação, o Município de Vila Velha de Ródão pretende promover uma cidadania participativa, oferecendo aos cidadãos uma forma prática, rápida e simples de reportar os diferentes tipos de ocorrências à autarquia.

- **PÁGINA OFICIAL DO MUNICÍPIO NO FACEBOOK E INSTAGRAM** – O Município de Vila Velha de Ródão, seguindo a estratégia comunicacional definida para o ano 2020, manteve em funcionamento as ferramentas de comunicação digital, nomeadamente as redes sociais *Facebook* e *Instagram*, indispensáveis nos dias de hoje, para estabelecer uma relação de maior proximidade com os cidadãos e munícipes, facilitando a comunicação com estes de forma mais dinâmica e direta.

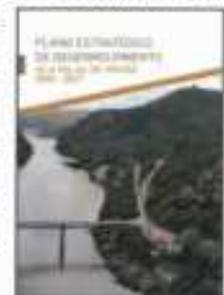
A par destas tendências, estão também o Ginásio e a Biblioteca Municipal, os quais também recorrem ao uso das redes sociais, para estabelecerem uma relação de proximidade com os seus utilizadores, para promoverem o trabalho desenvolvido ao longo do ano e para conquistarem público para as iniciativas que desenvolvem.

O recurso a estas ferramentas de comunicação, procuram visam contribuir para a modernização, desburocratização e aproximação do poder local aos cidadãos.

- **PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO** – No dia 18 de dezembro, o Município apresentou ao público o seu novo Plano Estratégico de Desenvolvimento 2020-2027, no decurso da Assembleia Municipal que teve lugar nessa data. Este documento, elaborado pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco, a pedido do Município, pretende



constituir-se como um referencial de orientação e um instrumento estratégico institucional de apoio à decisão e ao desenvolvimento económico do concelho, para os próximos sete anos.



Trata-se de um documento alicerçado no presente que, a partir de uma

análise das características socioeconómicas e culturais do concelho, incluindo as suas potencialidades e ameaças, procura indicar linhas de ação para a definição de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, tendo por horizonte o futuro a médio-longo prazo.

- o. **REABERTURA DA LOJA DOS CTT** – Foi com enorme satisfação que registamos a notícia de reabertura do posto dos CTT de Vila Velha de Ródão, com gestão dos Correios de Portugal. Esta, veio garantir o serviço público universal e a disponibilização de novos serviços aos seus utentes, situação há muito reivindicada pelo Município, que considerou que a decisão da empresa reforça o sentimento de confiança e contribui para a qualidade de vida e bem-estar da população que vive no interior do país. A reabertura deste espaço aconteceu no dia 18 de setembro, sendo esta a 16.ª loja em sede de concelho a reabrir no interior do país, que aconteceu dois anos após o seu encerramento, e em que a Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão assumiu a gestão daquele serviço.

O Município considerou que o compromisso assumido pelos CTT, com a reabertura da única loja na sede de concelho, representou um reconhecimento por parte da empresa da sua responsabilidade de serviço público, reforçando o sentimento de confiança e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar da população que vive no interior do país e que tem sido tão penalizada. É também uma ótima notícia para o tecido empresarial do concelho e que vai de encontro aos esforços feitos pelo município para atrair investimento privado para a região.



Em Portugal Continental dos 278 municípios existentes, mais de metade são considerados territórios de baixa densidade, verificando-se desde logo a assimetria regional entre os municípios do interior e das zonas costeiras, resultando desde logo numa maior competitividade e riqueza nas zonas costeiras, face às regiões do interior do país. Adicionalmente a este facto junta-se uma população envelhecida e em declínio razão pela qual os temas da interioridade e da desertificação continuam a estar na ordem do dia do executivo. O combate à assimetria regional deve passar pela definição de estratégias e políticas sensíveis às especificidades do território, nomeadamente através da criação de medidas de captação de investimento, com vista à criação de postos de trabalho e à valorização dos recursos endógenos e criadores de riqueza para a região, maximizadores do desenvolvimento do potencial do território e promotores de oportunidades para a população residente.

Vila Velha de Ródão apresenta um território com um património natural, histórico e cultural bastante rico, dispondo de recursos hídricos, florestais, paisagísticos, culturais e históricos de grande valor, os quais, de forma geral, ainda têm potencial para serem explorados. Estas potencialidades, aliadas a uma abordagem que congregue forças internas com forças externas, através de uma governação territorial criteriosa, podem contribuir para o desenvolvimento dos

territórios de baixa densidade, contribuindo dessa forma para a diminuição do fosso entre o interior e o litoral.

Desta forma, temos vindo a possibilitar a implementação de projetos empresariais no território, que, neste último ano, foram maioritariamente ligados às áreas agrícola e turística. Temos trabalho no sentido de criar e requalificar infraestruturas turísticas que contribuam para a valorização do território e o tornem mais atrativo, falamos por exemplo da Requalificação do Centro de Interpretação de Arte Rupestre ou da Zona Balnear da Foz do Cobreão. Têm sido efetuadas obras nas vias de comunicação, dotando-as de melhores condições de circulação e segurança para os seus utilizadores. Temos feito ainda um enorme esforço financeiro na área da habitação, procurando dar resposta a todas as pessoas que se pretendem fixar no concelho, seja através da disponibilização de imóveis para venda, como é o caso da Quinta da Torre Velha (18 fogos habitacionais) ou da reabilitação de imóveis devolutos para disponibilização no mercado de arrendamento (6 fogos habitacionais), ou através da atribuição de apoios a quem compra, constrói ou reabilita um imóvel no concelho (14 famílias beneficiaram deste apoio) e ainda nesta área o município disponibiliza apoios ao arrendamento jovem e de famílias numerosas (35 famílias beneficiaram desta medida). Temos trabalhado também no sentido da modernização administrativa, dotando o território com serviços da administração central, como é o caso da instalação do Espaço do Cidadão e futuramente da Loja do Cidadão, tratam-se de serviços particularmente importantes para as regiões do interior, na medida em contribuem para uma maior aproximação dos principais serviços da administração central aos cidadãos.

Neste sentido, importa realçar a importância e a necessidade em dar prosseguimento às opções políticas adotadas até ao momento, em implementar as medidas definidas para o território, ao nível do planeamento estratégico, em criar estímulos que potenciem e desenvolvam a economia, gerando riqueza e atratividade mas nunca esquecendo a componente identitária local, como um elemento gerador de valor acrescentado, num mundo cada vez mais globalizado. Assim, e para promover o desenvolvimento local torna-se necessário pensar para além do local, é necessário *"agir localmente e pensar globalmente"*.

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. ORÇAMENTO

4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA

Este capítulo tem como finalidade analisar os elementos relativos à execução orçamental de 2020, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais rubricas.

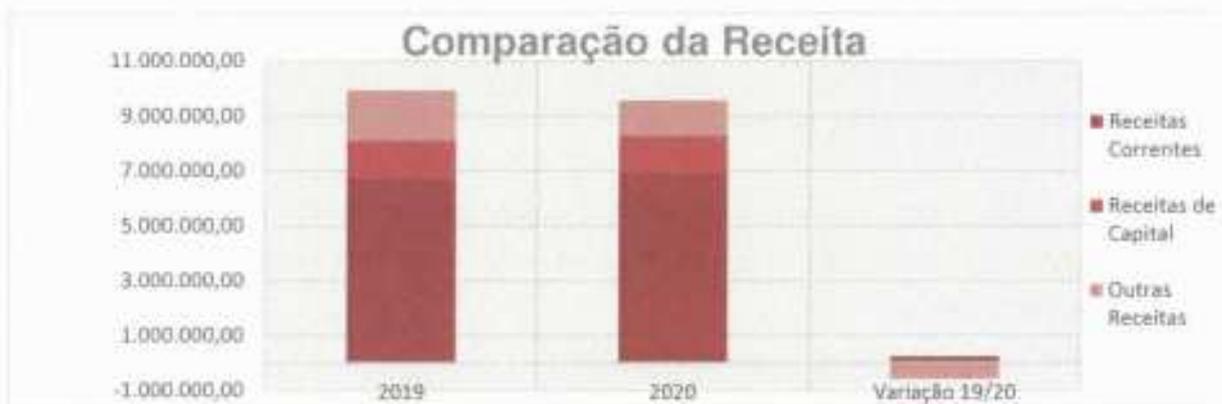
Assim, são de realçar os seguintes aspetos:

RECEITAS

As receitas totalizaram € **9.561.322,94** tendo atingido as receitas de natureza corrente o valor de € 6.913.065,31 (72,30%), as de capital o valor de € 1.343.256,20 (14,05%) e as outras receitas o valor de € 1.305.001,43 (13,65%), nas quais se incluem as reposições não abatidas nos pagamentos, no valor de €5.001,43, que por dizerem respeito a receitas de natureza corrente, devem estas ser acrescidas às receitas dessa natureza, totalizando assim as *receitas correntes* € **6.918.066,74** (72,35%) e € **1.300.000,00** (13,60%) respeito a saldo da gerência anterior, tendo o mesmo sido executado na totalidade.

Designação	2019	2020	Variação	
			Valor	%
Receitas Correntes	6.691.266,83	6.918.066,74	226.799,91	3,39
Receitas de Capital	1.395.670,79	1.343.256,20	-52.414,59	-3,76
Outras Receitas	1.840.000,00	1.300.000,00	-540.000,00	-41,54
Total	9.926.937,62	9.561.322,94	-365.614,68	-3,82

Da comparação entre as receitas arrecadadas em 2020, com as obtidas no ano anterior, verifica-se um decréscimo da execução global da receita, em cerca de 366 mil euros (-3,82%), contribuindo para esta situação o decréscimo das receitas de capital, em cerca de 52 mil euros (-3,76%), por via da redução das transferências comunitárias, tendo mesmo aumentado as transferências do orçamento do estado e a venda de bens de investimento e a execução das outras receitas em valor inferior ao do ano transato, em cerca de 540 mil euros (-41,54%), devido à integração de saldo de gerência no montante de 1.300 mil euros. Contrariamente as receitas correntes registaram um acréscimo em cerca de 227 mil euros (3,39%), essencialmente pelo acréscimo da derrama e das transferências do Orçamento de Estado, tendo mesmo reduzido a venda de bens e serviços e os impostos indiretos.

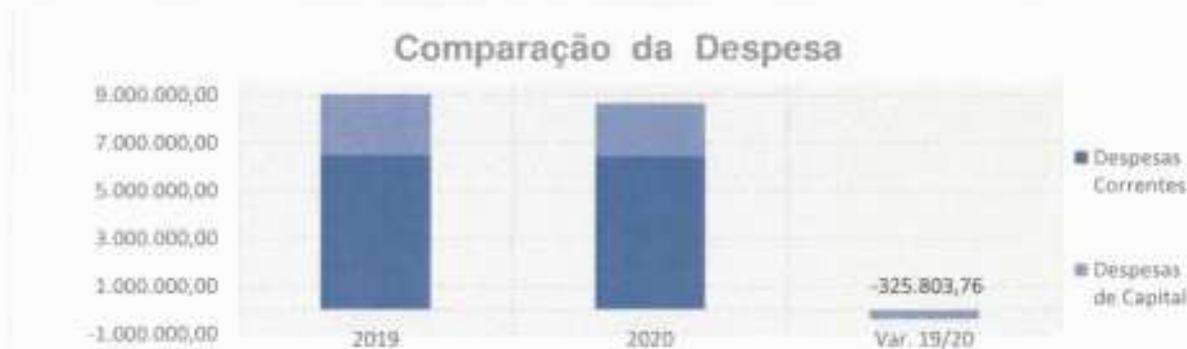


DESPESAS

As despesas totalizaram € **8.657.714,24** sendo constituídas por despesas de natureza corrente de € **6.429.932,21** (74,27%) e de despesas de capital de € **2.227.782,03** (25,73%).

Designação	2019	2020	Variação	
			Valor	%
Despesas Correntes	6.497.890,07	6.429.932,21	-67.957,86	-1,05
Despesas de Capital	2.553.585,79	2.227.782,03	-325.803,76	-12,76
Total	9.051.475,86	8.657.714,24	-393.761,62	-4,35

Comparativamente ao ano transato observa-se um decréscimo das despesas em cerca de 394 mil euros (-4,35%), resultante do decréscimo registado quer ao nível das despesas correntes, quer ao nível das despesas de capital. As despesas correntes sofreram um decréscimo em cerca de 68 mil euros (-1,05%), em consequência do decréscimo registado na aquisição de bens e serviços (-20,02%), essencialmente pela impossibilidade de realização de muitas das atividades previstas devido às restrições impostas pela situação pandémica provocada pela doença Covid 19, tendo mesmo as restantes rubricas da despesa corrente, com algum peso nesta natureza da despesa, aumentado de valor. As despesas de capital sofreram um decréscimo, em cerca de 326 mil euros (-12,76%), tendo contribuído para esta situação o decréscimo da generalidade das rubricas desta natureza da despesa.

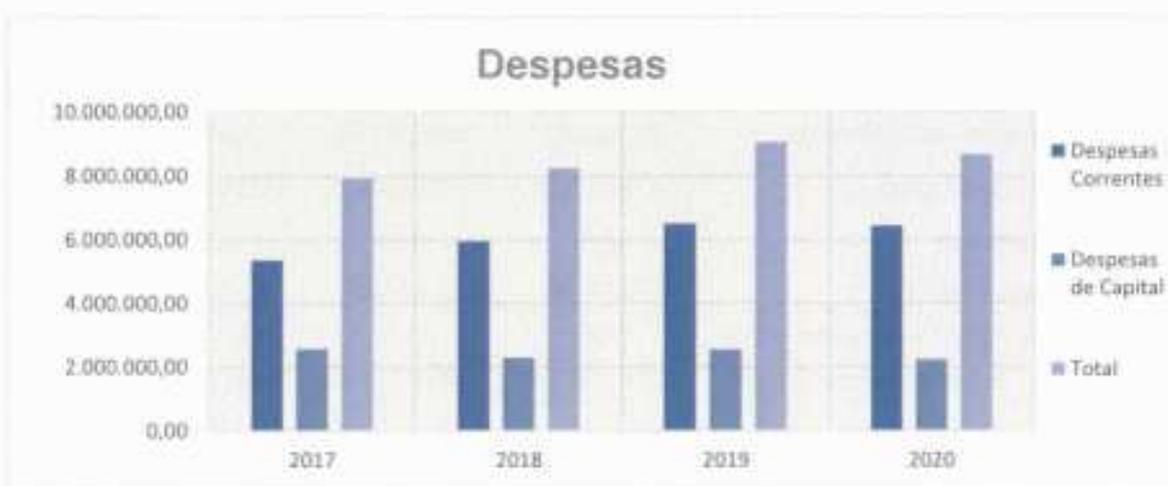


4.1.2. DADOS HISTÓRICOS

Receitas	2017	2018	2019	2020
Correntes	6.660.302,19	7.063.208,60	6.691.266,83	6.918.066,74
Capital	1.326.225,68	1.431.821,65	1.395.670,79	1.343.256,20
Total	7.986.527,87	8.495.030,25	8.086.937,62	8.261.322,94

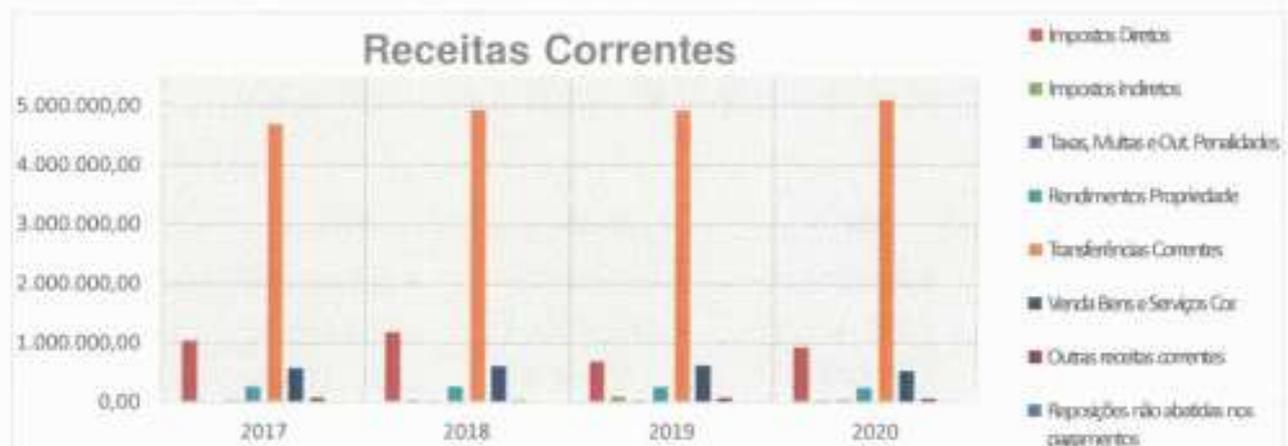


Despesas	2017	2018	2019	2020
Correntes	5.343.617,07	5.943.926,26	6.497.890,07	6.429.932,21
Capital	2.570.466,19	2.293.970,54	2.553.585,79	2.227.782,03
Total	7.914.083,26	8.237.896,80	9.051.475,86	8.657.714,24



As **receitas totais**, contrariando a tendência do último ano, registaram um ligeiro acréscimo de 2,16%, devendo-se este facto ao acréscimo das receitas correntes, em cerca de 3,39%, tendo mesmo as receitas de capital sofrido um decréscimo, em cerca de 3,76%. Contrariando a tendência dos últimos anos, as **despesas totais** sofreram um decréscimo, em cerca de 4,35% em relação a 2019, tendo contribuído para esta situação o ligeiro decréscimo das despesas correntes, em 1,05% e o decréscimo das despesas de capital, que atingiram o valor mais baixo do quadriénio, em cerca de 12,76%.

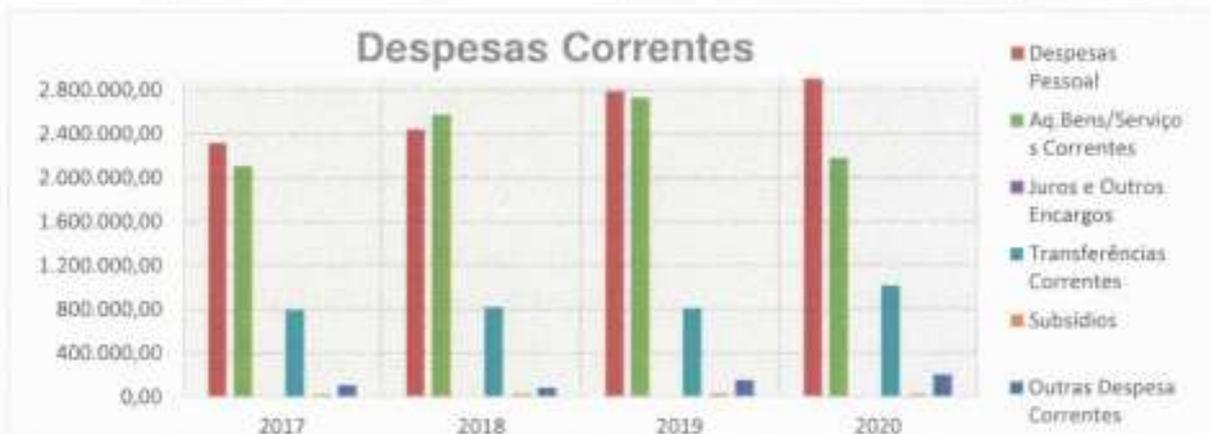
Receitas Correntes	2017	2018	2019	2020
Impostos Diretos	1.032.501,51	1.178.245,90	687.882,97	921.978,10
Impostos Indiretos	10.692,77	30.572,76	99.753,38	26.433,94
Taxas, Multas e Out. Penalidades	28.031,55	19.734,19	23.631,46	32.690,72
Rendimentos de Propriedade	259.994,78	264.415,95	257.852,82	249.718,38
Transferências Correntes	4.686.006,54	4.926.029,91	4.923.230,88	5.095.857,68
Venda de Bens e Serviços Correntes	573.562,50	606.379,05	625.032,43	530.011,55
Outras Receitas Correntes	67.206,54	26.170,37	68.680,13	56.374,94
Reposições não abatidas pagamentos	2.306,00	11.660,47	5.202,76	5.001,43
Total Receitas Correntes	6.660.302,19	7.063.208,60	6.691.266,83	6.918.066,74



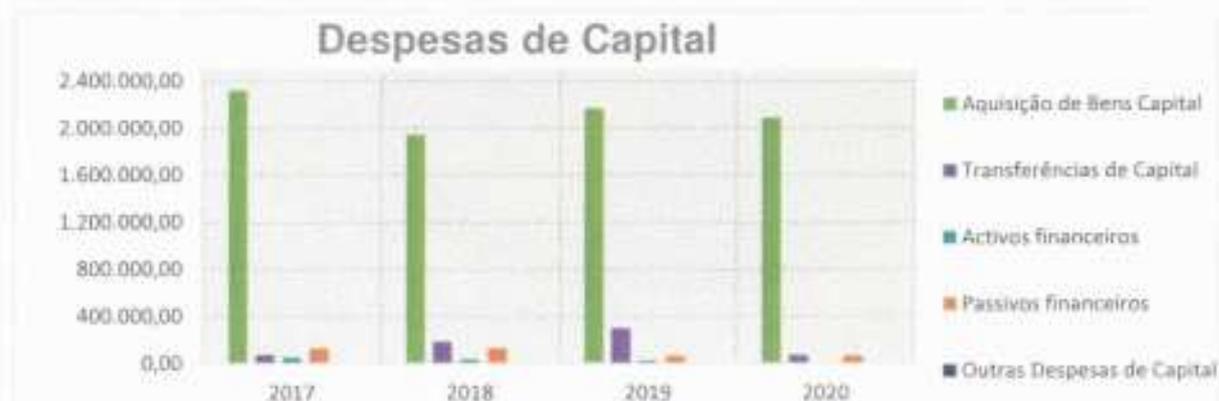
Receitas Capital	2017	2018	2019	2020
Vendas de Bens de Investimento	20.752,40	387.987,50	17.474,96	102.171,50
Transferências de Capital	1.275.473,28	1.040.346,62	1.334.225,83	1.235.835,70
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	30.000,00	3.487,53	23.970,00	5.249,00
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Total Receitas Capital	1.326.225,68	1.431.821,65	1.395.670,79	1.343.256,20



Despesas Correntes	2017	2018	2019	2020
Despesas com Pessoal	2.312.795,29	2.438.255,51	2.782.944,20	3.009.142,10
Aquisição de Bens e Serviços	2.105.210,84	2.575.974,60	2.724.519,70	2.179.105,27
Juros e Outros Encargos	1.886,11	1.520,27	1.189,29	823,14
Transferências Correntes	792.460,36	819.704,48	809.264,54	1.017.906,47
Subsídios	23.810,44	26.053,03	28.504,21	20.717,21
Outras Despesas Correntes	107.454,03	82.418,37	151.468,13	202.238,02
Total Despesas Correntes	5.343.617,07	5.943.926,26	6.497.890,07	6.429.932,21



Despesas Capital	2017	2018	2019	2020
Aquisição de Bens de Capital	2.318.773,49	1.943.237,48	2.165.864,82	2.090.010,31
Transferências de Capital	74.542,00	185.845,64	298.466,09	73.265,87
Ativos Financeiros	50.020,00	37.515,00	25.010,00	0,00
Passivos Financeiros	127.130,70	127.372,42	64.244,88	64.505,85
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	2.570.466,19	2.293.970,54	2.553.585,79	2.227.782,03



4.1.3. RECEITA

4.1.3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

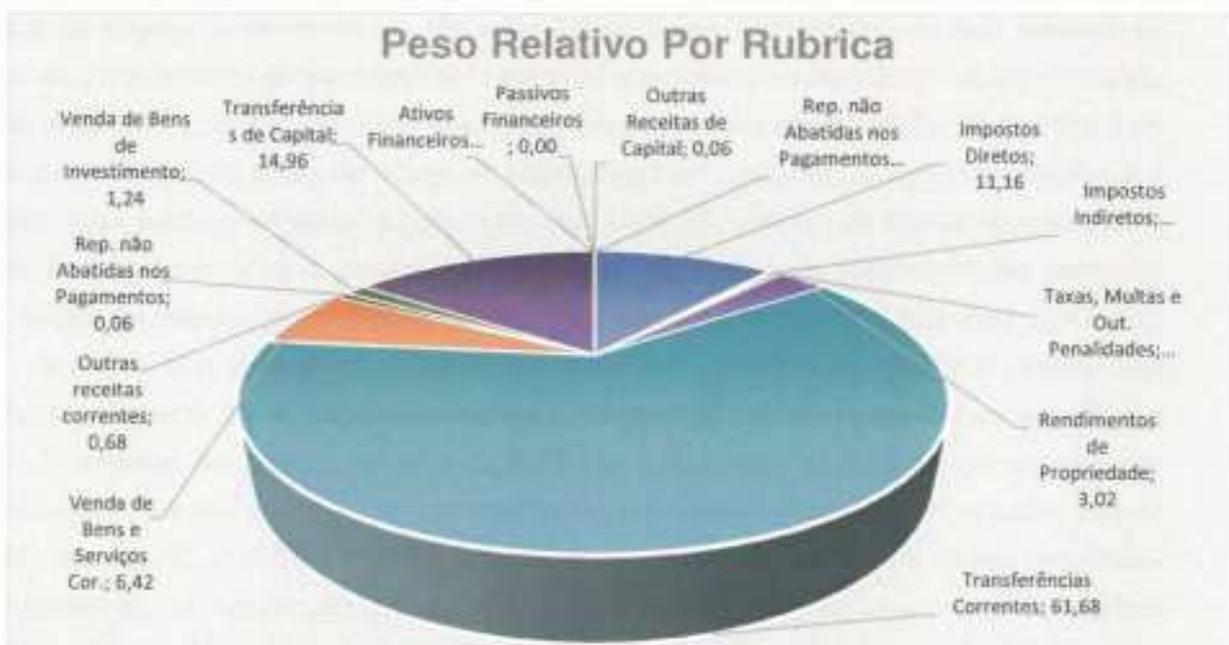
Capítulos da Receita	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso Relativo na execução (%)
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	813.555,00	921.978,10	113,33	11,16
Impostos Indiretos	70.400,00	26.433,94	37,55	0,32
Taxas, Multas e Outras Penalidades	35.345,00	32.690,72	92,49	0,40
Rendimentos de Propriedade	262.361,00	249.718,38	95,18	3,02
Transferências Correntes	5.351.425,00	5.095.857,68	95,22	61,68
Venda de Bens e Serviços Correntes	613.985,00	530.011,55	86,32	6,42
Outras Receitas Correntes	72.929,00	56.374,94	77,30	0,68
Reposições ã Abatidas nos Pagamentos	5.000,00	5.001,43	100,03	0,06
Total Receitas Correntes	7.225.000,00	6.918.066,74	95,75	83,74
Receitas Capital				
Venda de bens de Investimento	135.350,00	102.171,50	75,49	1,24
Transferências de Capital	1.212.600,00	1.235.835,70	101,92	14,96
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	2.050,00	5.249,00	256,05	0,06
Reposições ã Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	ss	0,00
Total Receitas de Capital	1.350.000,00	1.343.256,20	99,50	16,26
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	8.575.000,00	8.261.322,94	96,34	100,00



As receitas atingiram uma execução de 96,34% do valor orçado, registando o valor de 8.261 mil euros, tendo-se verificado uma execução da receita corrente em 95,75% e da receita de capital em 99,50%.

As **receitas correntes**, com uma execução de 95,75% face ao previsto, atingiram o valor de 6.918 mil euros, essencialmente devido ao facto das rubricas com maior peso na execução corrente, as "Transferências Correntes" e os "Impostos Diretos", com pesos de 73,66% e 13,33% respetivamente, terem apresentado execuções acima dos 95%. A rubrica com maior peso na execução corrente, as "Transferências Correntes", registou uma execução de 95,22% face ao previsto, atingindo o valor de 5.096 mil euros, essencialmente devido à receita dos fundos municipais desta natureza, resultantes da participação dos municípios nos impostos do Estado, que sofreram um acréscimo em relação ao ano transato, nomeadamente ao nível do FEF corrente e da participação na receita do IVA, tendo mesmo reduzido a comparticipação comunitária em projetos cofinanciados de natureza corrente e as outras transferências do Orçamento de Estado. Os "Impostos Diretos", rubrica que registou a maior taxa de execução da receita desta natureza, com uma execução de 113,33%, representando um acréscimo da receita em 234 mil euros, atingindo o valor de 922 mil euros, que ocorreu por via do aumento da derrama, com uma receita arrecadada de 429 mil euros, mantendo-se a retenção da receita obtida por via do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), no valor de € 152.555,48. Outra rubrica com algum peso na receita corrente (7,66%), a "Venda de Bens e Serviços Correntes", apresentou uma arrecadação de receita em cerca de 530 mil euros, com uma execução inferior ao previsto (86,32%), que em muito se deveu às medidas excecionais, adotadas pelo município, no âmbito da prevenção e combate à disseminação da doença COVID-19, bem como de minimização dos seus efeitos, através da concessão de apoios, no que respeita à isenção ou redução de preços às famílias, às instituições e às empresas. De igual forma, os "Rendimentos de Propriedade", com uma execução de 95,18%, sofreram uma redução por via da isenção das rendas dos espaços concessionados. As rubricas "Taxas, Multas e Outras Penalidades", "Outras Receitas Correntes" e "Impostos Indiretos", registaram execuções abaixo do previsto, respetivamente 92,49%, 77,30% e 37,55%, tendo esta última registado o menor grau de execução corrente, representando um decréscimo de receita em cerca de 73 mil euros. Em virtude do seu baixo peso na estrutura da receita corrente, 0,47%, 0,07% e 0,38% respetivamente, não tiveram grande impacto na execução da receita desta natureza. A média de execução das três rubricas com maior peso na execução corrente foi de 98,29%, sendo a média de execução das rubricas das receitas correntes de 87,18%. Desta forma, os recursos próprios da autarquia de natureza corrente atingiram o peso de 26,34%.

As **receitas de capital** obtiveram uma execução de 99,50% face ao previsto, atingindo o valor de 1.343 mil euros, contribuindo para esta situação a execução da rubrica com maior peso na receita de capital arrecadada, as "Transferências de Capital", valor acima do inicialmente previsto (101,92%), que passaram a representar 92,00%, o que correspondeu a uma receita arrecadada em cerca de 1.236 mil euros. A rubrica "Venda Bens Investimento", com uma execução abaixo do inicialmente previsto (75,49%), sofreu um acréscimo em relação ao ano transato, passando a representar apenas 7,61% da execução de capital, atingindo o valor de 102 mil euros, reflexo da venda das primeiras habitações do empreendimento da "Quinta da Torre Velha". A rubrica que registou a maior execução da receita de capital (256,05%), foi as "Outras Receitas de Capital", contudo, face ao seu peso na execução de capital na execução da receita desta natureza (0,39%), correspondeu apenas a uma receita arrecadada em cerca de 5 mil euros. As restantes rubricas de capital não registaram qualquer execução, situação já prevista para os "Passivos Financeiros", uma vez que não era espectável a necessidade de recorrer à contratação de empréstimos. Os recursos próprios da autarquia desta natureza, passaram a representaram apenas 8,00% da receita de capital, mais 3,59% que no ano transato.



As receitas correntes contribuíram em 83,74% para a execução do orçamento, enquanto as receitas de capital contribuíram com 16,26%.

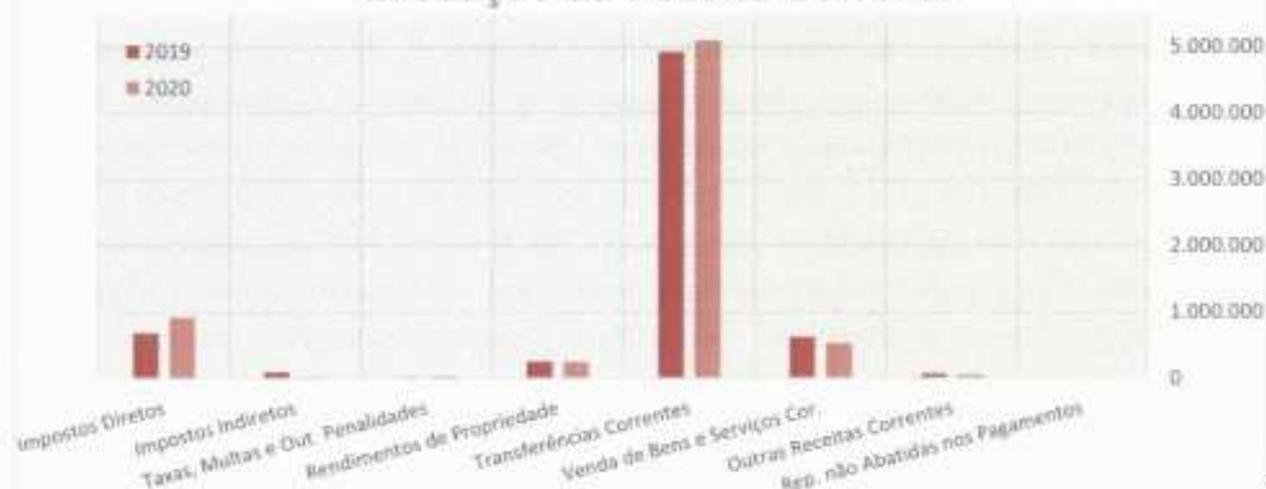
As rubricas com maior peso relativo na execução da receita corrente foram as "Transferências Correntes" e os "Impostos Diretos", com pesos de 61,68% e 11,16%, respetivamente. As "Transferências de Capital", são a rubrica com maior peso nesta natureza da receita, com um peso de 14,96%, reduzindo ligeiramente o grau de dependência do orçamento municipal dos recursos alheios (-0,73%) face ao ano transato, que passaram a representar 76,64% da execução total da receita, enquanto os recursos próprios representaram 23,36%. Esta situação

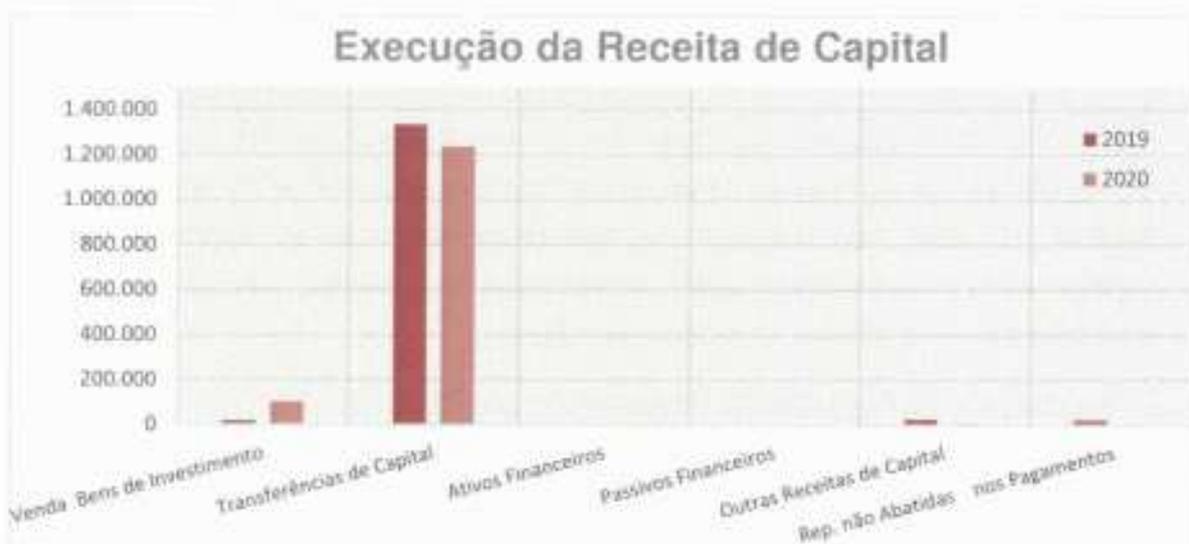
resultou da combinação de vários fatores, nomeadamente o acréscimo dos "Impostos Diretos", que sofreram um aumento face ao ano transato (34,03%), passando a representar 13,33% da receita arrecadada corrente e da "Venda de Bens de Investimento", que passaram a representar 7,61%, tendo igualmente reduzido o peso das "Transferências de Capital", em 7,37%. Por sua vez registou-se um decréscimo do peso dos "Impostos Indiretos" e da "Venda de Bens e Serviços Correntes", que passaram a representar um peso de 0,32% e de 6,42%, respetivamente e um acréscimo das "Transferências de Correntes", em 3,51%, passando a apresentar o peso de 61,68% da receita arrecadada.

4.1.3.2 ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Capítulos da Receita	Execução 2019		Execução 2020		Variação 2019/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
Impostos Diretos	687.882,97	10,28	921.978,10	13,33	234.095,13	34,03
Impostos Indiretos	99.753,38	1,49	26.433,94	0,38	-73.319,44	-73,50
Taxas, Multas e Outras Penalidades	23.631,46	0,35	32.690,72	0,47	9.059,26	38,34
Rendimentos de Propriedade	257.852,82	3,85	249.718,38	3,61	-8.134,44	-3,15
Transferências Correntes	4.923.230,88	73,58	5.095.857,68	73,66	172.626,80	3,51
Venda de Bens e Serviços Correntes	625.032,43	9,34	530.011,55	7,66	-95.020,88	-15,20
Outras Receitas Correntes	68.680,13	1,03	56.374,94	0,81	-12.305,19	-17,92
Reposições não abatidas pagamentos	5.202,76	0,08	5.001,43	0,07	-201,33	-3,87
Total Receitas Correntes	6.691.266,83	100,00	6.918.066,74	100,00	226.799,91	3,39
Receitas Capital						
Vendas de Bens de Investimento	17.474,96	1,25	102.171,50	7,61	84.696,54	484,67
Transferências de Capital	1.334.225,83	95,60	1.235.835,70	92,00	-98.390,13	-7,37
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Outras Receitas de Capital	23.970,00	1,72	5.249,00	0,39	-18.721,00	-78,10
Reposições não abatidas pagamentos	20.000,00	1,43	0,00	0,00	-20.000,00	-100,00
Total Receitas de Capital	1.395.670,79	100,00	1.343.256,20	100,00	-52.414,59	-3,76
TOTAL RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	8.086.937,62		8.261.322,94		174.385,32	2,16

Execução da Receita Corrente





As receitas sofreram um acréscimo em cerca de 174 mil euros (2,16%) face a 2019. Esta situação resultou do acréscimo registado nas receitas arrecadadas de natureza corrente que sofreram um acréscimo em cerca de 227 mil euros (3,39%), tendo mesmo as receitas de capital sofrido uma redução em cerca de 52 mil euros (-3,76%).

Comparativamente ao ano anterior, as **receitas correntes** sofreram um acréscimo em cerca de 227 mil euros, devido essencialmente ao acréscimo da rubrica os "Impostos Diretos", em cerca de 234 mil euros (34,03%), passando esta a representar 13,33% das receitas correntes e correspondendo a uma receita arrecadada de 922 mil euros. Esta situação resultou do acréscimo da receita arrecadada proveniente da Derrama, em cerca de 243 mil euros, que atingiu assim o valor de 429 mil euros, mantendo-se a retenção da receita proveniente do Imposto Municipal sobre a Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e tendo mesmo reduzido ligeiramente a receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis, que registou o valor de 438 mil euros. A rubrica com maior peso nesta natureza da receita, as "Transferências Correntes" (73,66%), sofreu também um acréscimo em cerca de 173 mil euros, passando esta rubrica a contribuir para a execução desta natureza da despesa com 5.096 mil euros, por via do aumento dos fundos municipais resultantes da participação dos municípios nos impostos do Estado, que sofreram um acréscimo em relação ao ano transato, nomeadamente ao nível do FEF corrente e da participação na receita do IVA, tendo mesmo reduzido a comparticipação comunitária em projetos cofinanciados desta natureza e as outras transferências do Orçamento de Estado, conforme já referido. As "Taxas, Multas e Outras penalidades", sofreram o maior acréscimo percentual (38,34%), mas face ao seu peso na estrutura da receita corrente (0,47%) o seu impacto foi pouco significativo, registando estas o valor de 33 mil euros. A "Venda de Bens e Serviços Correntes", rubrica com um peso de 7,66% nesta natureza de receita, sofreu

um decréscimo face ao ano anterior (-15,20%) em cerca de 95 mil euros, atingindo assim, em 2020, o valor de 530 mil euros, essencialmente devido às medidas adotadas pelo Município de minimização das graves consequências económicas e sociais, provocadas pela pandemia da doença COVID-19, relativas à concessão de isenções no que concerne ao abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos e suspensão pagamento da mensalidade do Ginásio Municipal. A rubrica dos "Impostos Indiretos" sofreu o maior decréscimo percentual (-73,50%) face ao ano transato, em cerca de 73 mil euros, passando a representar 0,38% da receita corrente, diretamente relacionado com o facto de, no ano anterior, ter sido arrecadada receita extraordinária por ocupação de espaço público (subsolo) relativa a anos anteriores. As rubricas "Rendimentos de Propriedade" e "Outras Receitas Correntes" sofreram também decréscimo de valor, num total de 20 mil euros, mas face ao seu peso na estrutura da receita corrente (3,61% e 0,81%) o seu impacto foi pouco significativo, atingindo os "Rendimentos de Propriedade" o valor de 250 mil euros e as "Outras Receitas Correntes" o valor de 56 mil euros. As "Reposições não Abatidas nos Pagamentos" mantiveram o valor próximo do registado no ano anterior, em cerca de 5 mil euros.

As **receitas de capital** sofreram um decréscimo de 3,76% comparativamente ao ano transato, representando uma redução da receita arrecadada desta natureza em cerca de 52 mil euros. Para esta situação contribuiu, o decréscimo da generalidade das rubricas com natureza de capital, à exceção da "Venda de Bens de Investimento", que sofreu um acréscimo em cerca de 85 mil euros (484,67%), atingindo esta o valor de receita arrecadado de 102 mil euros, passando a representar 7,61% na execução da receita de capital. A rubrica mais significativa na arrecadação da receita de capital, as "Transferências de Capital", registou um decréscimo de 98 mil euros (-7,37%), passando a representar 92,00% da execução desta natureza da receita e atingindo assim, em 2020, o valor de 1.236 mil euros, que resultou do decréscimo da comparticipação comunitária de projetos de investimento cofinanciados, em cerca de 311 mil euros, tendo mesmo os fundos municipais de capital e as outras transferências de capital do Orçamento de Estado, sofrido um acréscimo em cerca de 138 mil euros e 75 mil euros, respetivamente. As "Outras Receitas de Capital", registaram um decréscimo de 78,10%, mas face ao seu peso na estrutura da receita de capital (0,39%), correspondendo a uma redução de receita em cerca de 19 mil euros, atingindo assim o valor de 5 mil euros. As "Reposições não Abatidas nos Pagamentos" não registaram qualquer valor em 2020. Desta forma, as receitas próprias de capital sofreram um acréscimo face ao ano transato (3,59%), passando a representar 8,00% das receitas de capital do Município, aumentando o peso dos recursos alheios para 92,00%.

4.1.4. DESPESA

4.1.4.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes				
Despesas Pessoal	3.038.068,00	3.009.142,10	99,05	34,76
Aquisição de Bens e Serviços	2.627.608,00	2.179.105,27	82,93	25,17
Juros e Outros Encargos	1.856,00	823,14	44,35	0,01
Transferências Correntes	1.044.468,00	1.017.906,47	97,46	11,76
Subsídios	23.000,00	20.717,21	90,07	0,24
Outras Despesa Correntes	225.000,00	202.238,02	89,88	2,34
Total Despesas Correntes	6.960.000,00	6.429.932,21	92,38	74,27
Despesas Capital				
Aquisição de Bens de Capital	2.742.245,00	2.090.010,31	76,22	24,14
Transferências de Capital	105.750,00	73.265,87	69,28	0,85
Ativos Financeiros	505,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	65.000,00	64.505,85	99,24	0,75
Outras Despesas de Capital	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	2.915.000,00	2.227.782,03	76,42	25,73
TOTAL DESPESAS CORRENTES CAPITAL	9.875.000,00	8.657.714,24	87,67	100,00

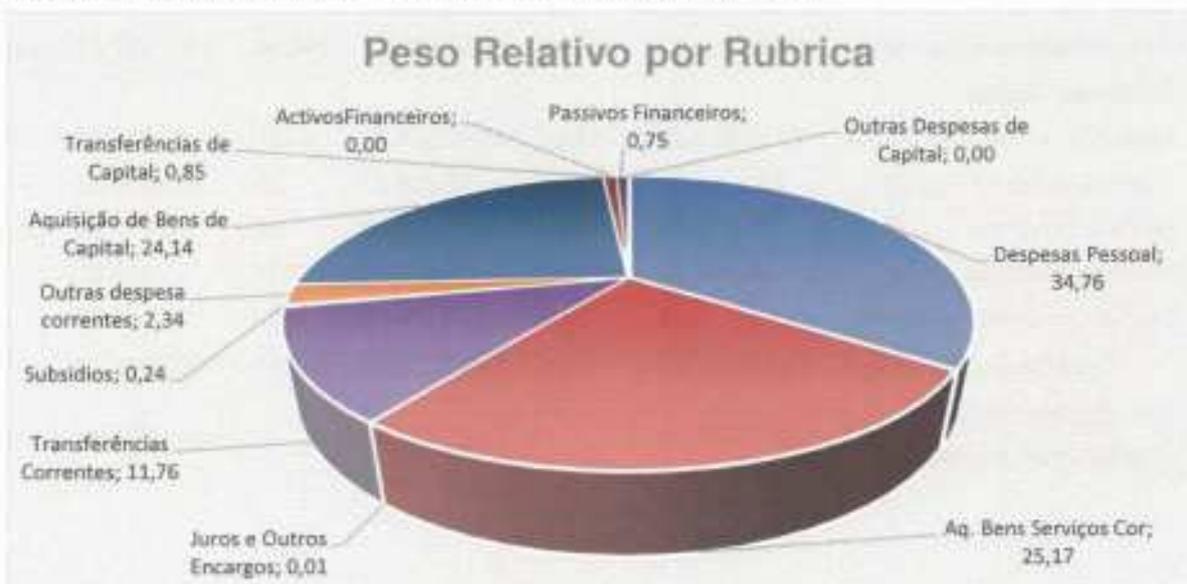


As despesas atingiram uma execução global de 87,67% do valor orçado, alcançando o valor de 8.657 mil euros, tendo-se registado um decréscimo quer ao nível da execução da despesa corrente, quer ao nível da execução da despesa de capital.

As **despesas correntes** foram executadas em 92,38% em relação ao previsto, atingindo o valor de 6.430 mil euros, sendo a execução média das várias rubricas desta natureza da despesa de 83,96%, com todas as rubricas a registarem uma execução acima dos 83%, à exceção dos

"Juros e Outros Encargos", que apresentaram uma execução de 44,35%, mas face ao seu peso da despesa corrente (0,01%), tal facto não teve qualquer impacto na execução da despesa. As rubricas que apresentam maior peso na execução corrente, as "Despesas com Pessoal" e a "Aquisição de Bens e Serviços Corrente" (46,80% e 33,89%), registaram execuções face ao previsto de 99,05% e 82,93% respetivamente, atingindo as "Despesas com Pessoal" o valor de 3.009 mil euros e a despesa com a "Aquisição de Bens e Serviços Corrente" o valor de 2.179 mil euros. As "Transferência Correntes", com um peso de 15,83% na execução da despesa daquela natureza, apresentaram uma execução de 97,46%, correspondendo a despesa no valor de 1.018 mil euros. As "Outras Despesas Correntes", que apresentaram uma execução de 89,88%, sofreram um acréscimo face ao ano transato, passando a representar 3,15, % da despesa corrente, o que corresponde a despesa no valor de 202 mil euros. Os "subsídios" registaram a terceira maior taxa de execução corrente (90,07%), contudo face ao seu peso nesta natureza da despesa (0,32%) não teve impacto na execução da despesa.

As **despesas de capital** registaram uma execução de 76,42%, correspondendo a um valor de 2.228 mil euros, por força da rubrica com maior peso na execução de capital (93,82%), a "Aquisição de Bens de Investimentos", ter alcançado uma execução de 76,22% face ao previsto, correspondendo a uma despesa de 2.090 mil euros, tendo-se verificado uma execução média das várias rubricas da despesa de capital de 48,95%. Outra rubrica que apresentava algum peso na execução de capital são as "Transferências de Capital", tendo registado uma taxa de execução de apenas 69,28% face ao previsto, que correspondeu a uma despesa de 73 mil euros. A rubrica que obteve maior execução face ao previsto foi os "Passivos Financeiros" (99,24%), correspondendo a uma execução em cerca de 65 mil euros. As "Outras Despesas de Capital" e os "Ativos Financeiros" não registaram qualquer valor.



As despesas correntes representaram 74,27% do total da execução da despesa, enquanto as despesas de capital obtiveram uma execução de 25,73%, tendo-se registado decréscimo na execução das duas naturezas da despesa.

As rubricas com maior peso na execução corrente foram, como seria previsível, as "Despesas de Pessoal" (34,76%) e a "Aquisição de Bens e Serviços" (25,17%), repartindo-se os restantes 14,34% pelas outras rubricas correntes, com maior incidência para as "Transferências Correntes", que passaram a representar 11,76% da execução da despesa.

Nas despesas de capital, a rubrica "Aquisição de Bens de Capital" obteve a quase totalidade da despesa desta natureza, 24,14%, repartindo-se a restante execução pelas rubricas "Transferências de Capital" e "Passivos Financeiros", com execuções de 0,85% e 0,75%, respetivamente.

4.1.4.2 ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Capítulos da despesa	Execução 2019		Execução 2020		Variação 2019/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes						
Despesas Pessoal	2.782.944,20	42,83	3.009.142,10	46,80	226.197,90	8,13
Aquisição de Bens e Serviços	2.724.519,70	41,93	2.179.105,27	33,89	-545.414,43	-20,02
Juros e Outros Encargos	1.189,29	0,02	823,14	0,01	-366,15	-30,79
Transferências Correntes	809.264,54	12,45	1.017.906,47	15,83	208.641,93	25,78
Subsídios	28.504,21	0,44	20.717,21	0,32	-7.787,00	-27,32
Outras Despesa Correntes	151.468,13	2,33	202.238,02	3,15	50.769,89	33,52
Total Despesas Correntes	6.497.890,07	100,00	6.429.932,21	100,00	-67.957,86	-1,05
Despesas Capital						
Aquisição de Bens de Capital	2.165.864,82	84,82	2.090.010,31	93,82	-75.854,51	-3,50
Transferências de Capital	298.466,09	11,69	73.265,87	3,29	-225.200,22	-75,45
Ativos Financeiros	25.010,00	0,98	0,00	0,00	-25.010,00	-100,00
Passivos Financeiros	64.244,88	2,52	64.505,85	2,90	260,97	0,41
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Total Despesas Capital	2.553.585,79	100,00	2.227.782,03	100,00	-325.803,76	-12,76
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	9.051.475,86		8.657.714,24		-393.761,62	-4,35



De um modo geral, as despesas sofreram um decréscimo de 4,35% relativamente ao ano transato, correspondendo a uma redução da despesa em cerca de 394 mil euros, para o qual contribuiu o decréscimo das duas naturezas da despesa, tendo a despesa corrente sofrido um decréscimo em cerca de 68 mil euros (-1,05%) e a despesa de capital um decréscimo em cerca de 326 mil euros (-12,76%).

A **despesa corrente**, que apresentou o valor de 6.430 mil euros, sofreu um decréscimo em cerca de 68 mil euros, correspondendo a uma variação de -1,05% face ao ano transato, tendo-se registado um comportamento irregular das várias rubricas da despesa desta natureza. A rubrica com maior peso na execução corrente, as "Despesas com Pessoal", sofreu um acréscimo em cerca de 226 mil euros (8,13%), passando a representar 46,80% da execução corrente e a registar o valor de 3.009 mil euros. Contrariamente, a outra rubrica com um peso significativo na estrutura da despesa corrente, as "Aquisições de Bens e Serviços Correntes", sofreu uma redução em cerca de 545 mil euros (-20,02%), passando a representar 33,89% da despesa corrente e atingindo assim o valor de 2.179 mil euros, tanto por via da redução das aquisições de bens como da contratação de serviços, essencialmente devido à impossibilidade

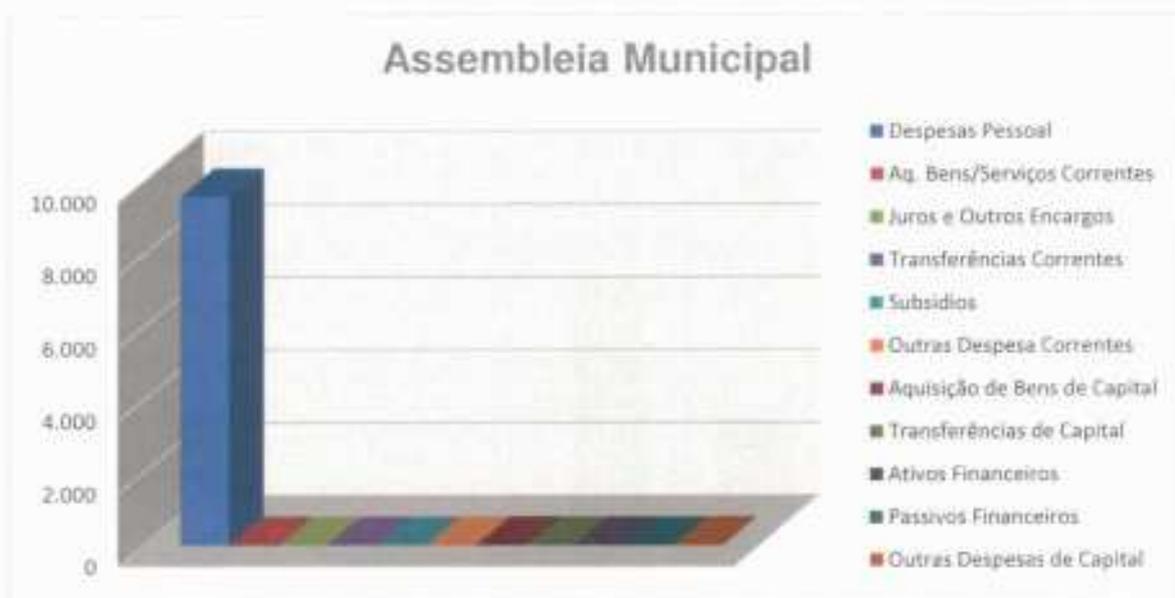
de realização de muitas atividades municipais devido às medidas impostas no âmbito da pandemia da doença COVID-19. As "Transferências Correntes" com o peso de 15,83% na execução da despesa desta natureza, sofreu um acréscimo em cerca 209 mil euros (25,78%), passando a registar um valor de despesa de 1.018 mil euros. A rubrica "Outras Despesas Correntes", com um peso de 3,15%, sofreu o maior acréscimo percentual (33,52%), passando a apresentar o valor de 202 mil euros, essencialmente devido ao acréscimo do IVA pago por inversão do sujeito passivo e ao pagamento das taxas de recursos hídricos e de gestão de resíduos. Os "Subsídios", registaram um decréscimo de 27,32%, mas face ao seu peso na estrutura da despesa corrente (0,32%), não tiveram impacto na execução corrente, contribuindo para a despesa com 21 mil euros. Os "Juros e Outros Encargos", sofreram um decréscimo de 30,79%, sem qualquer impacto face ao seu peso na despesa corrente (0,01%).

As **despesas de capital** sofreram um decréscimo de 12,76%, correspondendo a uma redução da despesa em cerca de 326 mil euros, reflexo do decréscimo registado na generalidade das rubricas desta natureza da despesa. A "Aquisição de Bens de Capital", rubrica com maior peso na execução da despesa de capital (93,82%), sofreu um decréscimo em cerca de 76 mil euros (-3,50%), passando a apresentar o valor de 2.090 mil euros, facto diretamente relacionado com o grau de execução das empreitadas. As "Transferências de Capital", registaram o maior decréscimo nesta natureza da despesa (-75,45%), que se traduziu na redução da despesa em cerca de 225 mil euros, atingindo assim, em 2020, o valor de 73 mil euros passando a representar um peso de 3,29%, situação que se deveu à redução registada nas transferências para as Instituições sem fins lucrativos, dado a conclusão do projeto de remodelação do quartel do Bombeiros Voluntários que foi cofinanciamento pela autarquia. A rubrica "Ativos Financeiros", não apresentou qualquer valor em virtude do Município ter utilizado a faculdade de usufruir da moratória de 12 meses para realização de capital do FAM. Os "Passivos Financeiros" apresentaram um valor idêntico ao registado no ano anterior enquanto as "Outras Despesas de Capital" não registaram qualquer valor.

4.1.4.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

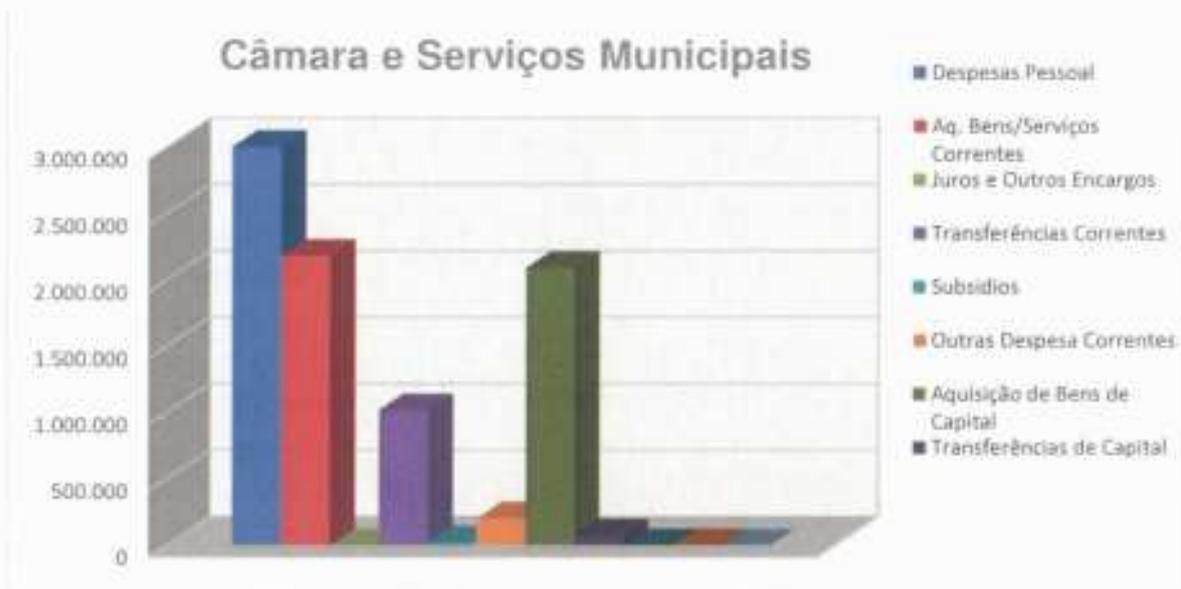
Execução Orçamental da Assembleia Municipal (0101)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	14.400,00	9.571,94	100,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	600,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	15.000,00	9.571,94	100,00
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	15.000,00	9.571,94	100,00



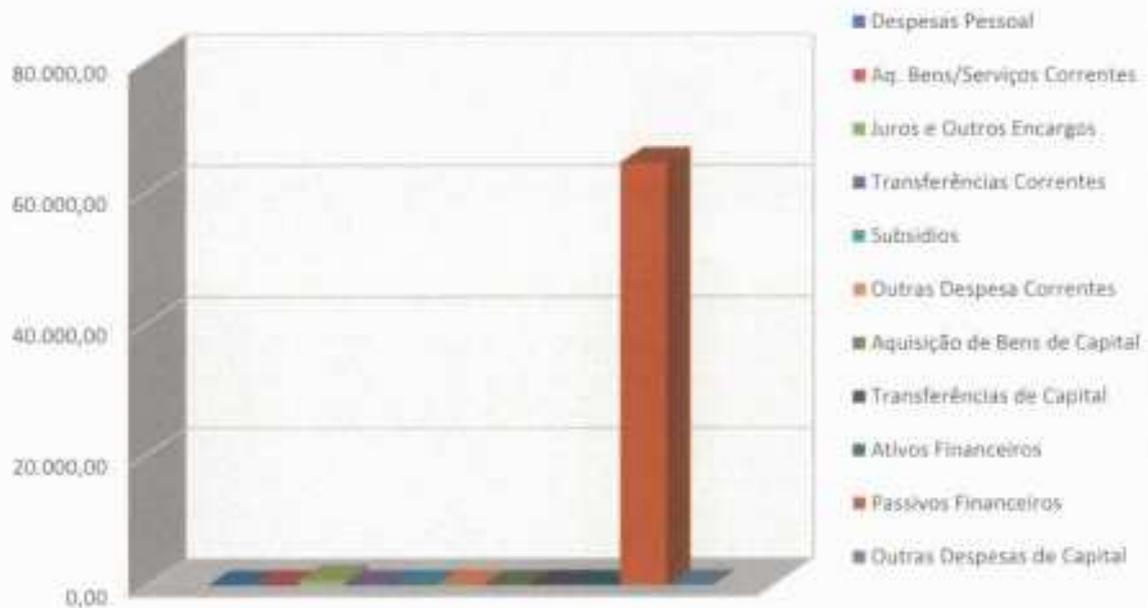
**Execução Orçamental da Câmara Municipal e Serviços Municipais
(0102)**

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	3.023.668,00	2.999.570,16	34,95
Aq. Bens/Serviços Correntes	2.627.008,00	2.179.105,27	25,39
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.044.468,00	1.017.906,47	11,86
Subsídios	23.000,00	20.717,21	0,24
Outras Despesa Correntes	225.000,00	202.238,02	2,36
Total Despesas Correntes	6.943.144,00	6.419.537,13	74,80
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	2.742.245,00	2.090.010,31	96,61
Transferências de Capital	105.750,00	73.265,87	0,85
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	500,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	2.848.495,00	2.163.276,18	25,20
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	9.791.639,00	8.582.813,31	100,00



Execução Orçamental das Operações Financeiras (0103)

Despesas Correntes	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	0,00	0,00	0,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	1.856,00	823,14	1,26
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	1.856,00	823,14	1,26
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	505,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	65.000,00	64.505,85	98,74
Outras Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	66.505,00	64.505,85	98,74
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	68.361,00	65.328,99	100,00

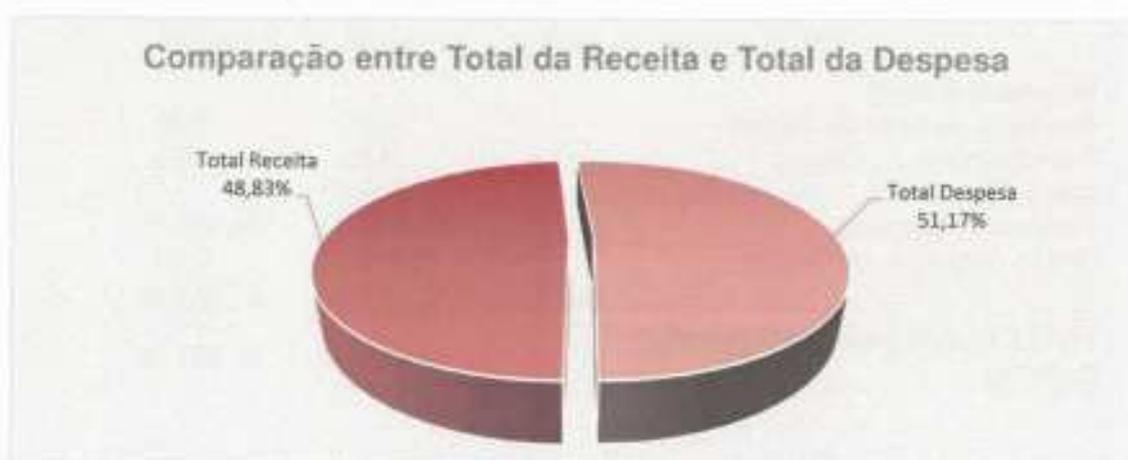
Operações Financeiras


4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Na gerência de 2020 verificou-se um saldo deficitário em € - 396.391,30, sendo que o saldo de € 488.134,53 tem natureza corrente e o saldo de € -884.525,83 tem natureza de capital, resultante da diferença entre as receitas cobradas, que atingiram o valor de € 8.261.322,94 e as despesas realizadas cujo montante foi de € 8.657.714,24.

Tendo em conta o valor do saldo da gerência anterior de € 2.361.327,67, de natureza corrente, o saldo que transita para 2021 será de € 1.964.936,37, de natureza corrente. Transita igualmente, como encargos assumidos e não pagos, o valor de € 86.281,19.

Receita Total/Despesa Total



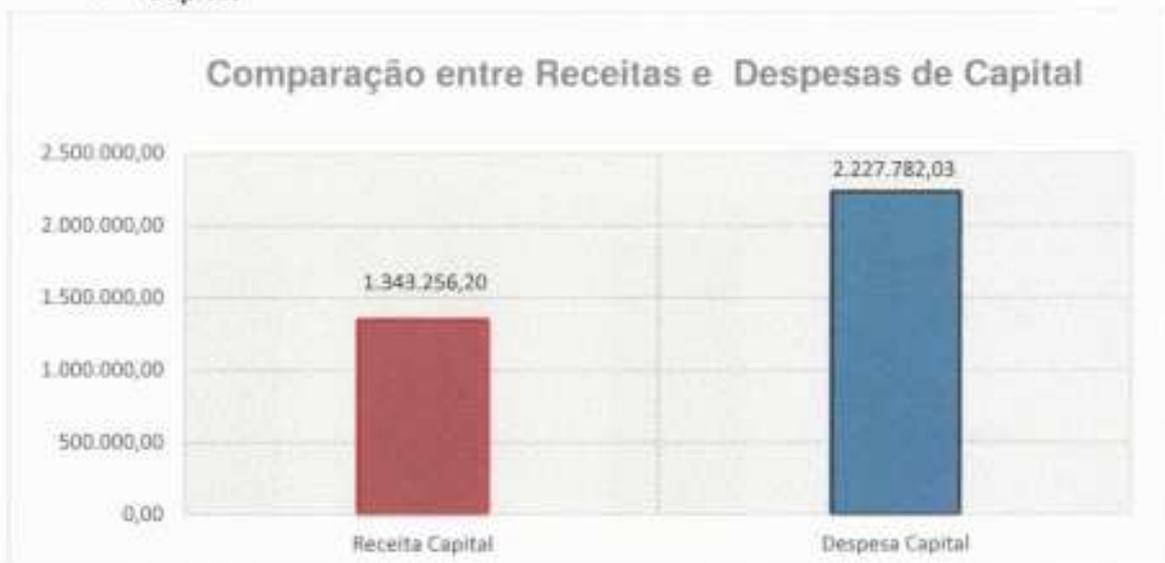
Para os valores globais apresentados, contribuiu a seguinte execução

✓ **Corrente:**



A receita corrente foi de € 6.918.066,74 e a despesa corrente de € 6.429.932,21 resultando um **saldo corrente** de € 488.134,53.

✓ **Capital**



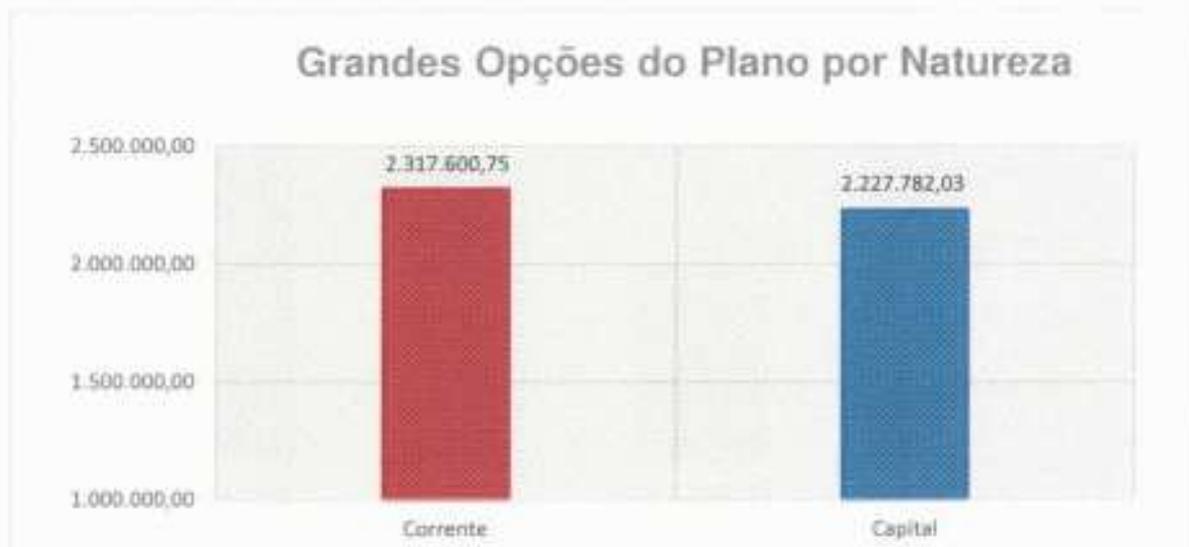
A receita de capital foi de € 1.343.256,20 e a despesa de capital atingiu € 2.227.782,03 resultando um **saldo de capital** de € - 884.525,83.

Comparando as receitas e despesas por natureza, obtemos o seguinte gráfico:



4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Em 2020 as Grandes Opções do Plano totalizam € 4.545.382,78, correspondendo a 52,50% da despesa executada, que atingiu o valor de € 8.657.714,24. Daquele valor, € 2.227.782,03 respeita a despesa corrente e € 2.317.600,75 tem a natureza de capital.



As despesas de funcionamento, calculadas pela diferença entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, deduzido das despesas de funcionamento inscritas neste documento, no exercício de 2020, atingiram € 5.419.700,75, ou seja 62,60% da execução do orçamento da despesa, conforme se pode observar no gráfico abaixo apresentado.



4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

4.2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	430.100,00	260.482,50	60,56	100,00
Serviços Gerais da Administração Pública	420.050,00	251.324,02	59,83	96,48
Segurança e Ordem Pública	10.050,00	9.158,48	91,13	3,52



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	1.824.645,00	1.474.306,58	80,80	100,00
Educação	94.500,00	73.109,96	77,37	4,96
Saúde	0,00	0,00	ss	0,00
Segurança e Ação Social	72.000,00	42.607,39	59,18	2,89
Habitação e Serviços Coletivos	1.365.095,00	1.145.382,19	83,90	77,69
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	293.050,00	213.207,04	72,75	14,46



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	593.050,00	428.487,10	72,25	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e Energia	20.500,00	13.504,97	65,88	3,15
Transportes e Comunicações	560.950,00	409.657,46	73,03	95,61
Comércio e Turismo	10.100,00	5.324,67	52,72	1,24
Outras Funções Económicas	500,00	0,00	0,00	0,00

Funções Económicas

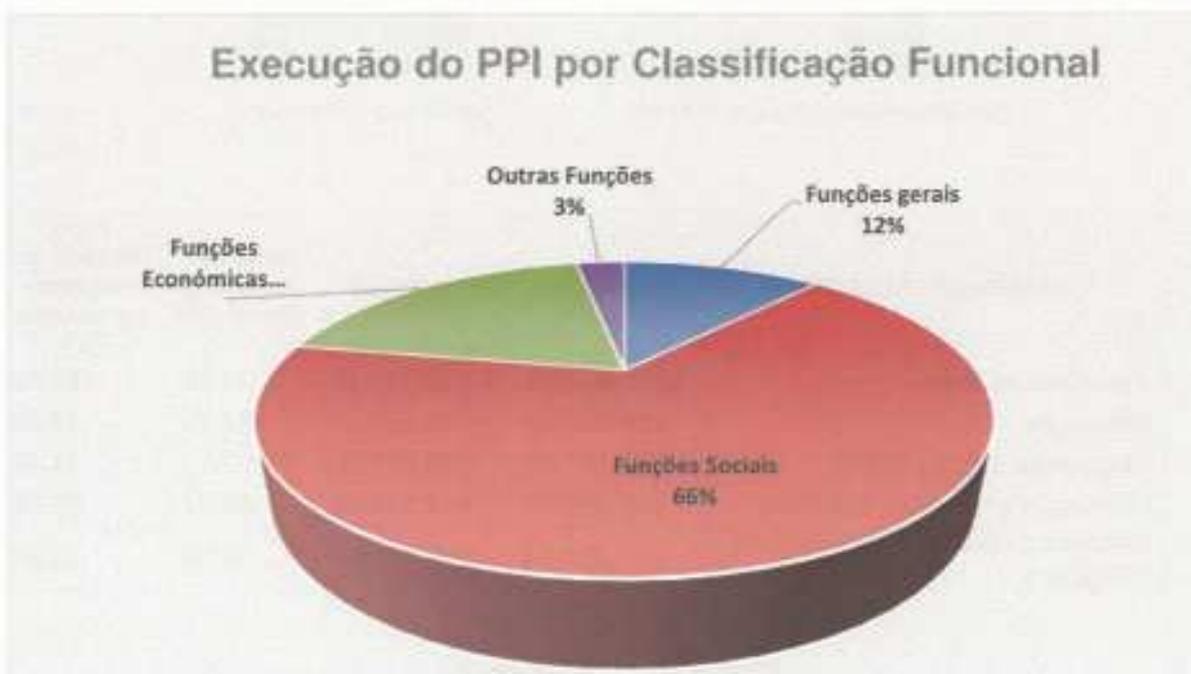


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	67.205,00	64.505,85	95,98	100,00
Operações da Dívida Autarquia	65.000,00	64.505,85	99,24	100,00
Transferências entre administrações	200,00	0,00	0,00	0,00
Diversas não especificadas	2.005,00	0,00	0,00	0,00

Outras Funções

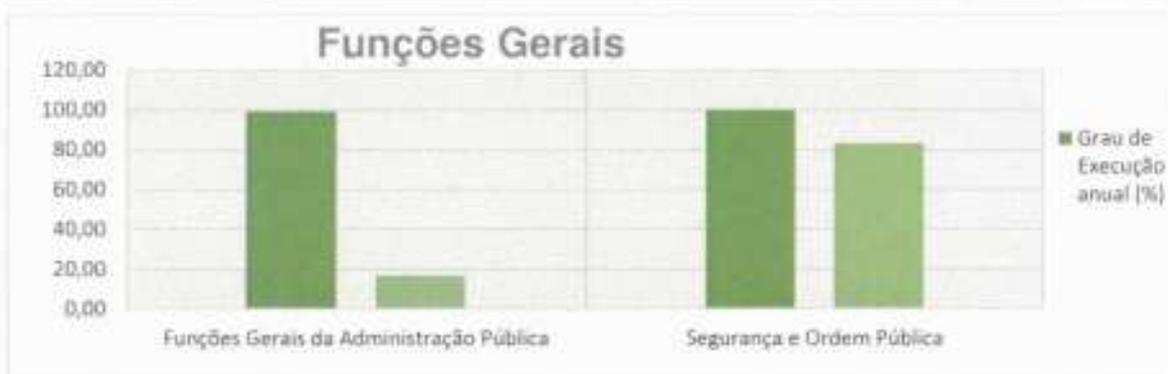


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	430.100,00	260.482,50	60,56	11,69
Funções Sociais	1.824.645,00	1.474.306,58	80,80	66,18
Funções Económicas	593.050,00	428.487,10	72,25	19,23
Outras Funções	67.205,00	64.505,85	95,98	2,90
Total do PPI	2.915.000,00	2.227.782,03	76,42	100,00

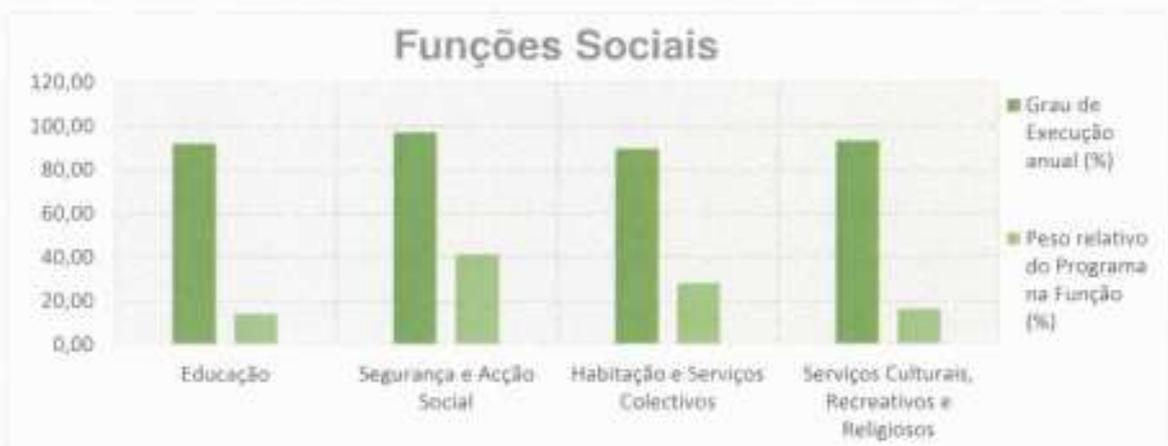


4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

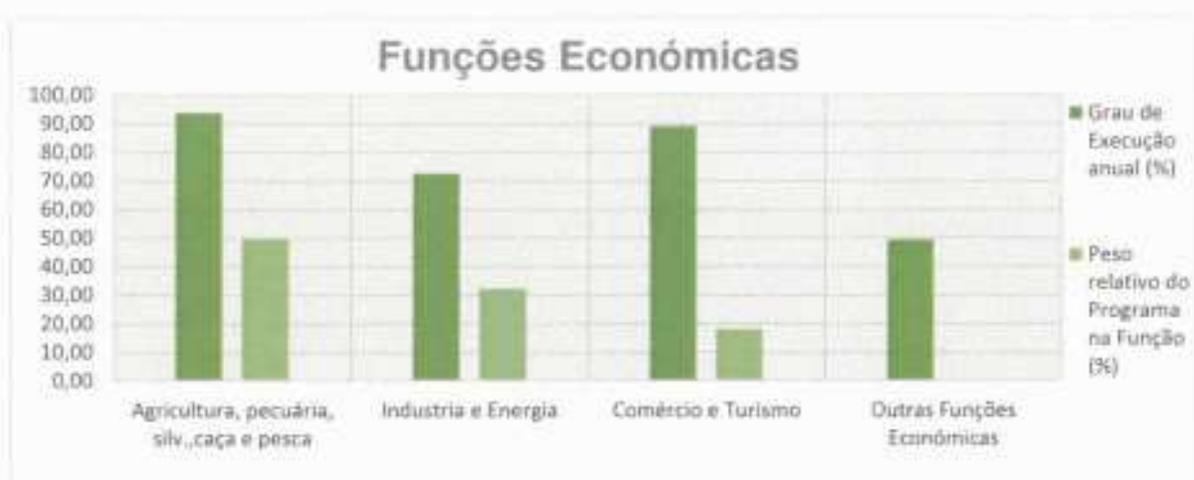
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	126.500,00	126.322,93	99,86	100,00
Funções Gerais da Administração Pública	21.500,00	21.322,93	99,18	16,88
Segurança e Ordem Pública	105.000,00	105.000,00	100,00	83,12



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	1.765.476,00	1.652.370,12	93,59	100,00
Educação	256.575,00	236.350,58	92,12	14,30
Segurança e Ação Social	704.201,00	684.057,30	97,14	41,40
Habitação e Serviços Coletivos	517.500,00	464.019,64	89,67	28,08
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	287.200,00	267.942,60	93,29	16,22



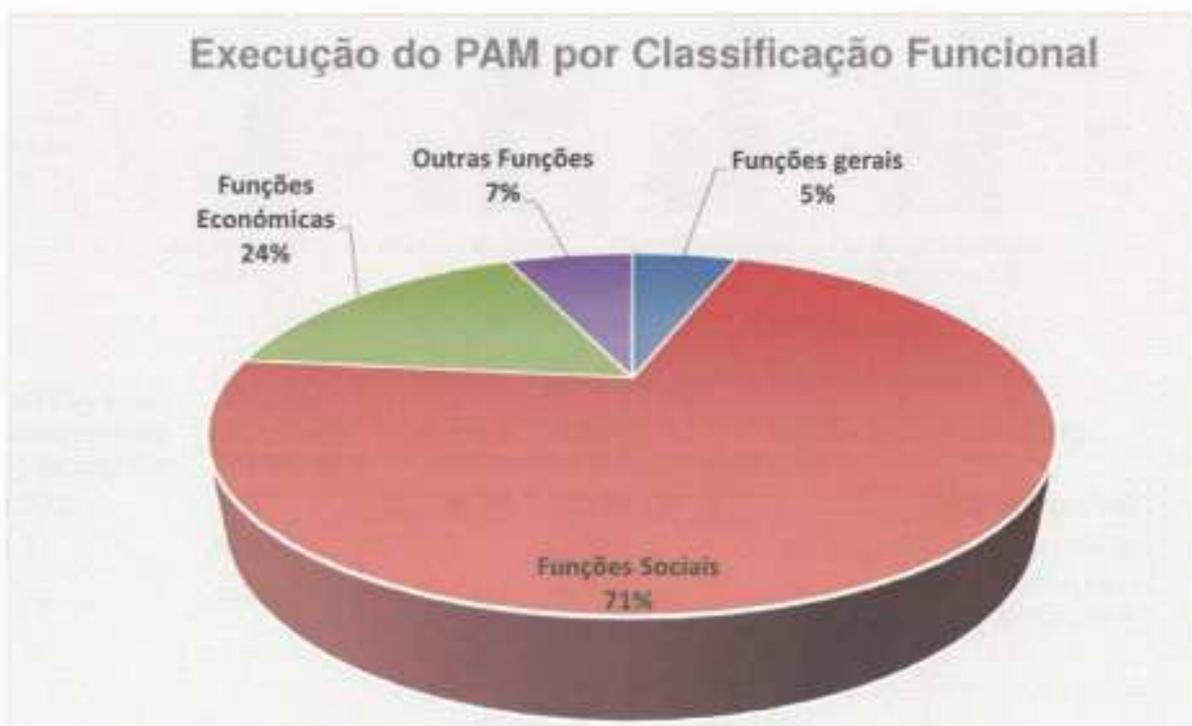
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	458.742,00	389.101,51	84,82	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	205.150,00	192.475,82	93,82	49,47
Indústria e Energia	173.000,00	125.653,01	72,63	32,29
Comércio e Turismo	78.600,00	69.988,68	89,04	17,99
Outras Funções Económicas	1.992,00	984,00	49,40	0,25



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	153.174,00	149.806,19	97,80	100,00
Operações da Dívida Autarquia	1.856,00	823,14	44,35	0,55
Transferências entre Administrações	151.318,00	148.983,05	98,46	99,45



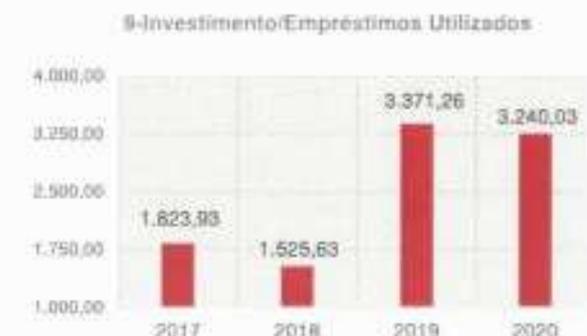
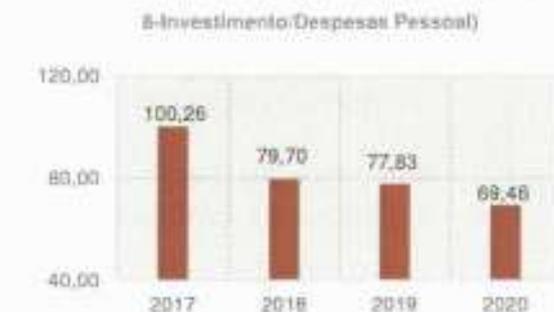
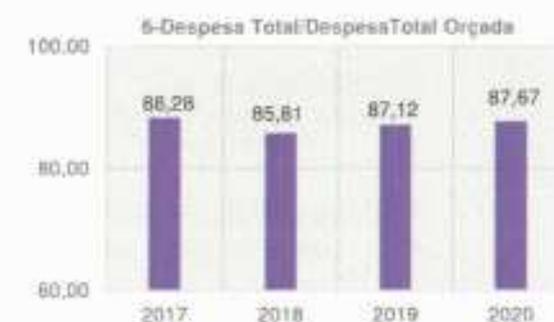
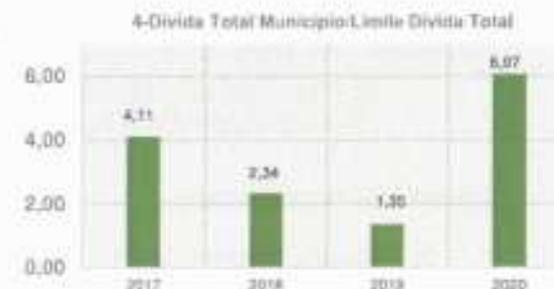
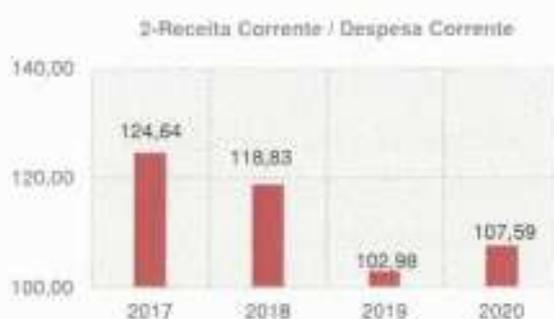
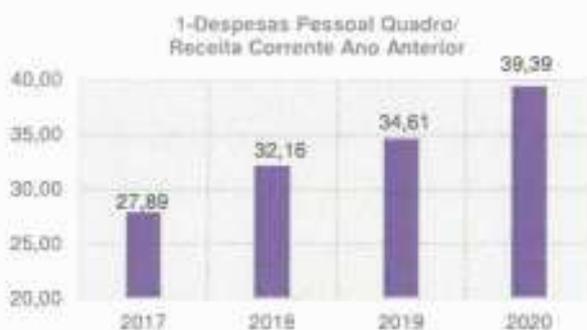
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções Gerais	126.500,00	126.322,93	99,86	5,45
Funções Sociais	1.765.476,00	1.652.370,12	93,59	71,30
Funções Económicas	458.742,00	389.101,51	84,82	16,79
Outras Funções	153.174,00	149.806,19	97,80	6,46
Total do PAM	2.503.892,00	2.317.600,75	92,56	100,00



4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Apresentam-se de seguida alguns indicadores de âmbito global e sectorial, com intuito de avaliar o nível dos resultados obtidos na atividade desenvolvida pelo Município, ao longo do último quadriénio.

INDICADORES	2017	2018	2019	2020
Equilíbrios Legais				
Controlo das despesas com pessoal				
1. <u>Despesa Totais c/ Pessoal do Quadro</u> Receitas Correntes Ano Anterior	27,89	32,16	34,61	39,39
Equilíbrio orçamental				
2. <u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente	124,64	118,83	102,98	107,59
3. <u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente+ Amortizações Médias Empréstimos MLP	121,61	116,23	101,97	106,53
4. <u>Dívida total do município</u> Limite da dívida total	4,11	2,34	1,35	6,07
Indicadores de Eficácia				
5. <u>Recelta Total</u> Receita Total Orçada	104,19	95,88	94,58	96,34
6. <u>Despesa Total</u> Despesa Total Orçada	88,28	85,81	87,12	87,67
7. <u>Investimento</u> Investimento Final Previsto	81,78	65,69	72,99	76,22
Indicadores de Eficiência/Produtividade				
8. <u>Investimento</u> Despesas de Pessoal	100,26	79,70	77,83	69,46
9. <u>Investimento</u> Empréstimos Utilizados	1.823,93	1.525,63	3.371,26	3.240,03



NOTAS EXPLICATIVAS

Equilíbrios Legais

1 – Peso da Despesa com “Pessoal do Quadro” na Receita Corrente do ano anterior

O indicador em análise compara a despesa de pessoal com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com a receita arrecadada do ano anterior. Este indicador apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 33,51%, tendo sofrido um acréscimo de 13,82% em relação a 2019, atingindo o valor de 39,39%, por via do acréscimo das despesas com pessoal bem como do decréscimo verificado nas receitas correntes arrecadadas em 2019.

2 – Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente

Este indicador sofreu um acréscimo em relação ao ano anterior de 4,48%, resultante quer do acréscimo registado na execução das receitas correntes, quer do decréscimo verificado nas despesas correntes. Em 2020 o indicador apresentou o valor de 107,59%, mantendo-se, assim, as receitas correntes acima das despesas da mesma natureza em 7,59%, o que demonstra o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental. A média deste indicador, no quadriénio, foi de 113,51%.

3– Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Conforme estipulado no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação da Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Este indicador, apresenta na gerência de 2020, o valor de 106,53%, significando que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos do município, em 6,53%. O indicador sofreu um acréscimo, em relação a 2019, de 4,47%, quer pelo acréscimo registado nas receitas correntes, quer pelo decréscimo ocorrido na despesa da mesma natureza e pela redução do valor das amortizações médias de empréstimos.

4 – Peso da Dívida Total do Município no Limite da Dívida Total para o ano.

Nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 52.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Não sendo possível, à presente data, o apuramento real do contributo daquelas entidades para a dívida total do município, foi apurado o peso da dívida do município no limite referido, com base nos dados disponíveis e provisórios das entidades relevantes para apuramento da dívida

total. Assim, na gerência de 2020, a Dívida Total do Município representou 6,07% do Limite da Dívida Total do Município para o ano, pelo aumento dívida total do município, representando um acréscimo face ao ano transato, sendo o valor médio do indicador no quadriênio de 3,47%.

Indicadores de Eficácia

5 – Taxa de Execução da Receita

A taxa de execução da receita total foi de 96,34%, registrando-se um ligeiro acréscimo na execução da receita em relação ao ano transato de 1,86%, registrando as duas naturezas da receita execuções superiores a 95%. A taxa média de execução da receita, no quadriênio, foi de 97,75%.

6 – Taxa de Execução da Despesa

A taxa de execução da despesa em 2020 sofreu um ligeiro acréscimo face ao ano transato de 0,64%, passando a despesa executada a representar 87,67% do valor previsto, registrando a despesa corrente uma execução de 92% e a despesa de capital uma execução de 76%. A taxa média de execução da despesa, nos últimos quatro anos, passou a ser de 87,22%.

7 – Taxa de Execução das Despesas de Investimento

As despesas de investimento realizadas sofreram um acréscimo de 4,42% em relação ao ano transato, passando a representar 76,22% do valor previsto. A taxa média de execução das despesas de investimento no período foi de 74,17%.

Indicador de Eficiência/Produtividade

8 – Investimento realizado por unidade paga ao pessoal

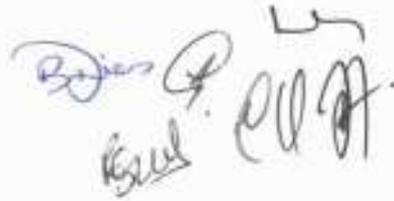
O indicador sofreu em 2020 um decréscimo, em relação ao ano anterior, de 10,76%, atingindo o valor de 69,46%, valor mais baixo do quadriênio, quer por via ao acréscimo registado nas despesas com pessoal quer pela redução do investimento.

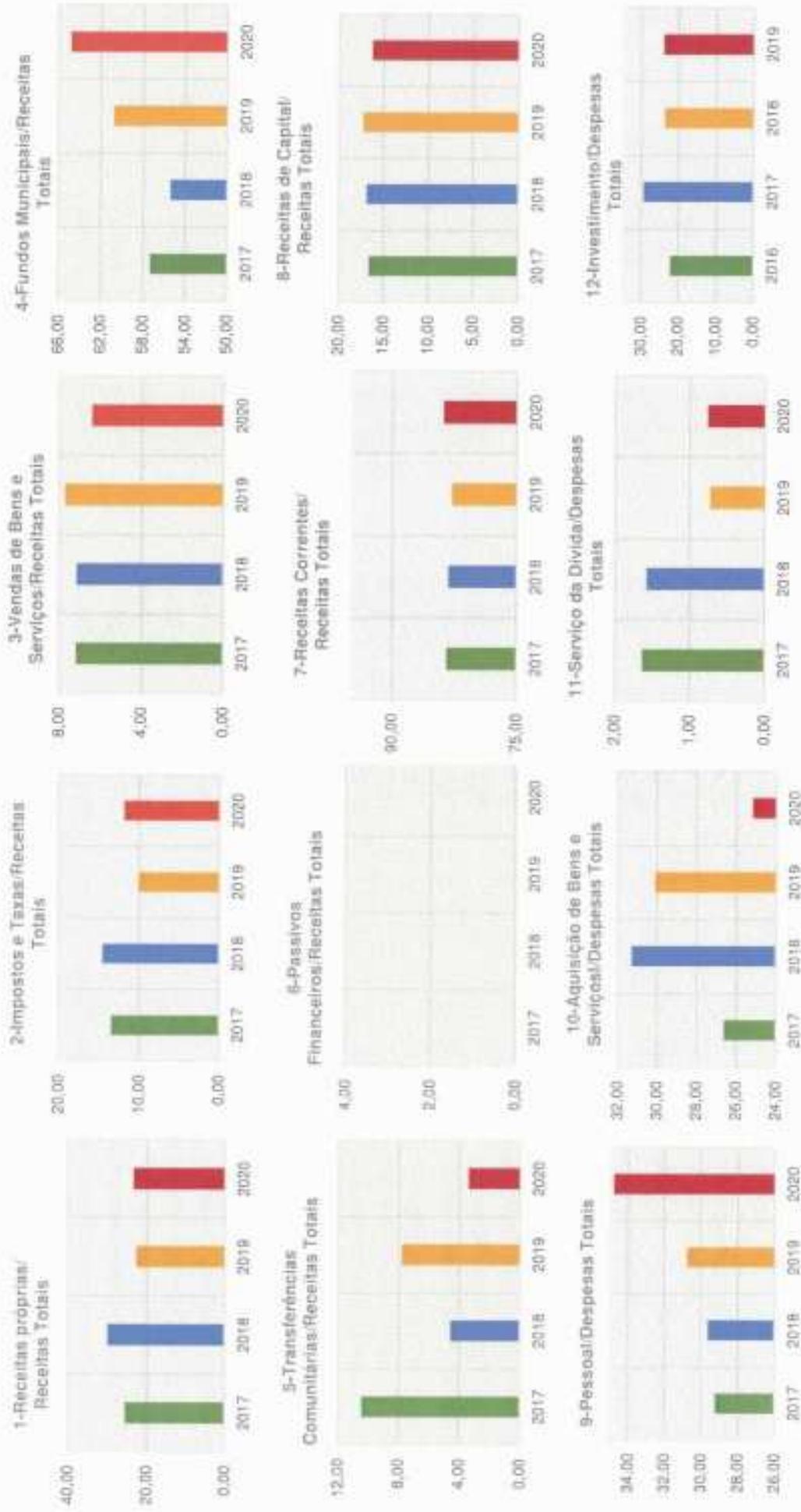
9 - Investimento realizado por unidade utilizada de empréstimos

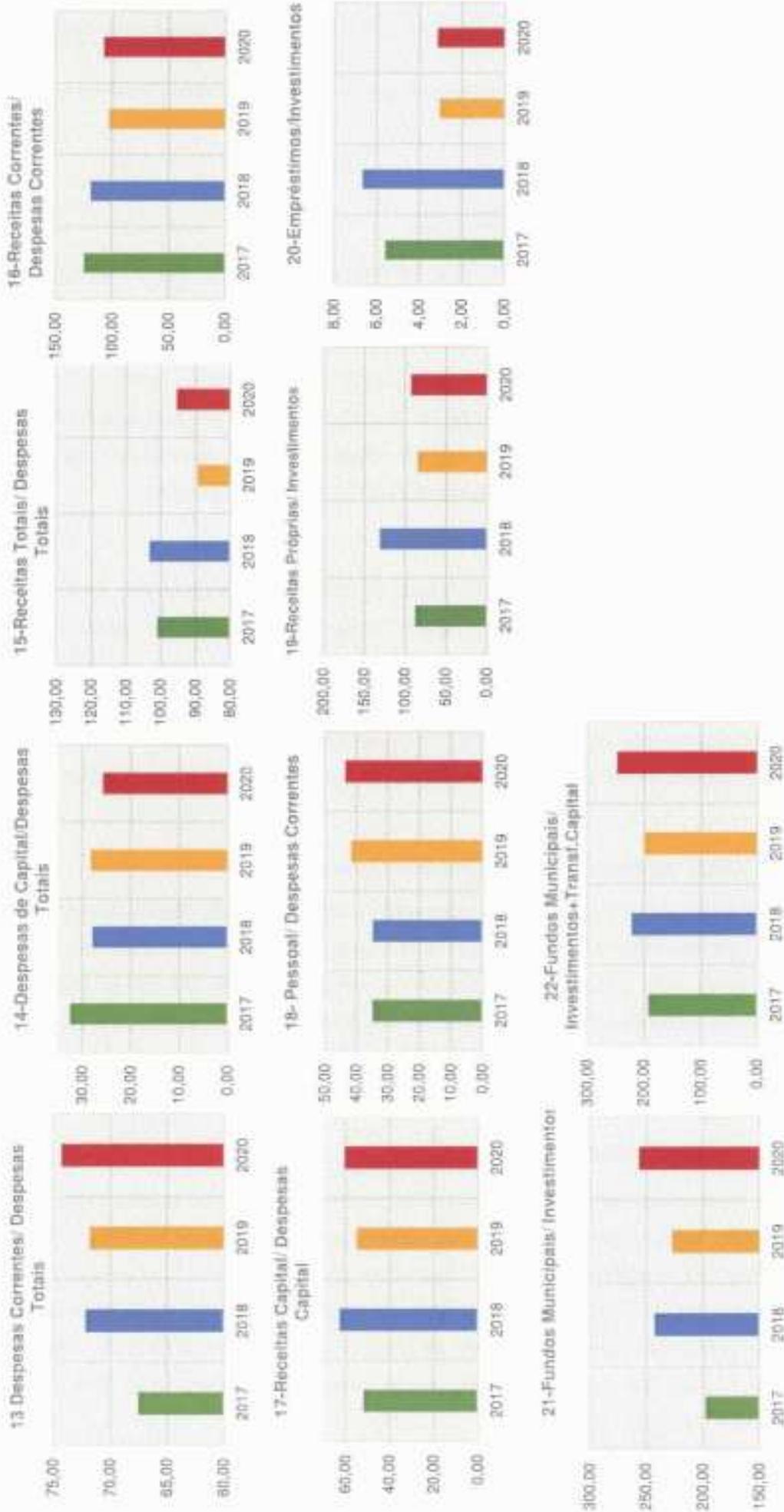
O indicador apresenta em 2020 um valor de 3.240,03 %, significando que por cada unidade utilizada de empréstimo, foi investido 32,40. Este indicador sofreu um ligeiro decréscimo de 3,89% comparativamente a 2019, devido à redução das despesas de investimento tendo-se mantido o peso dos passivos no orçamento municipal.

RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

INDICADORES	2017	2018	2019	2020
(1) Receitas Próprias/Receitas Totais	25,36	29,77	22,62	23,36
(2) Impostos e Taxas/Receitas Totais	13,41	14,46	10,03	11,88
(3) Vendas de Bens e Serviços/Receitas Totais	7,18	7,14	7,73	6,42
(4) Fundos Municipais/Receitas Totais	57,27	55,35	60,74	64,85
(5) Transferências Comunitárias/Receitas Totais	10,44	4,52	7,78	3,35
(6) Passivos Financeiros (Rec.)/Receitas Totais	0,00	0,00	0,00	0,00
(7) Receitas Correntes/Receitas Totais	83,39	83,15	82,74	83,74
(8) Receitas de Capital/Receitas Totais	16,61	16,85	17,26	16,26
(9) Pessoal/Despesas Totais	29,22	29,60	30,75	34,76
(10) Aquisição de Bens e Serviços/Despesa Total	26,60	31,27	30,10	25,17
(11) Serviço da Dívida/Despesas Totais	1,63	1,56	0,72	0,75
(12) Investimento/Despesas Totais	29,30	23,59	23,93	24,14
(13) Despesas Correntes/Despesas Totais	67,52	72,15	71,79	74,27
(14) Despesas de Capital/Despesas Totais	32,48	27,85	28,21	25,73
(15) Receitas Totais/Despesas Totais	100,92	103,12	89,34	95,42
(16) Receitas Correntes/Despesas Correntes	124,64	118,83	102,98	107,59
(17) Receitas de Capital/Despesas de Capital	51,59	62,42	54,66	60,30
(18) Pessoal/Receitas Correntes	34,73	34,52	41,59	43,50
(19) Receitas Próprias/Investimento	87,33	130,13	84,47	92,33
(20) Empréstimos /Investimento	5,56	6,63	3,02	3,13
(21) Fundos Municipais/Investimento	197,27	241,95	226,80	256,32
(22) F. Municipais/Investimento+ Transf. Capital (Desp)	191,12	220,83	199,33	247,64







Handwritten signatures and initials

NOTAS EXPLICATIVAS

Gráfico 1: **Receltas Próprias/Receitas Totais**

O indicador traduz o peso das receitas próprias no orçamento municipal e, conseqüentemente, o grau de dependência deste dos recursos alheios (empréstimos e transferências). Apresentou, ao longo do último quadriênio, valores que variaram entre os 22,62% e os 29,77%. Em 2020, o indicador sofreu um acréscimo de 3,25%, atingindo o valor de 23,36%, operado pelo acréscimo registado ao nível das receitas próprias do Município (5,46%), essencialmente por via do aumento da receita própria arrecadada pelo Município, sobretudo ao nível dos impostos diretos (Derrama), tendo mesmo as receitas totais sofrido um acréscimo (2,16%).

Gráfico 2: **Impostos e Taxas/Receitas Totais**

Os impostos e taxas representaram, em média, ao longo dos últimos quatro anos, 12,45% das receitas totais, tendo sofrido no último ano um acréscimo de 18,38%, passando a representar 50,84% das receitas próprias da autarquia. O indicador atingiu assim, em 2020, o valor de 11,88%. Contribuiu para este resultado o acréscimo significativo registado na receita arrecadada proveniente da Derrama, tendo mesmo diminuído a receita arrecadada por via dos Impostos Indiretos, tendo-se mesmo registado um acréscimo das receitas totais face ao ano anterior.

Gráfico 3: **Venda de Bens e Serviços/Receitas Totais**

A venda de bens e serviços correntes representou, em média, nos últimos quatro anos, cerca de 7,12% das receitas totais e cerca de 27,47% das receitas próprias da autarquia arrecadadas em 2020, tendo este tipo de receita sofrido um decréscimo em relação ao ano anterior. O decréscimo do indicador, em 16,99% face ao ano transato, que apresentou o valor de 6,42% em 2020, valor mais baixo do quadriênio, foi ainda impulsionado pelo acréscimo registado nas receitas totais.

Gráfico 4: **Fundos Municipais/Receitas Totais**

Os fundos municipais representaram em média, ao longo dos últimos quatro anos, 59,55% das receitas totais, tendo registado o indicador, no ano de 2020 o valor de 64,85%, valor mais alto do quadriênio, correspondendo a um acréscimo em cerca de 6,75%. Esta situação resultou do aumento registado ao nível da receita proveniente da participação dos municípios nos impostos do Estado (transferências ao abrigo do artigo 25.º e seguintes do Regime Financeiro das Autarquias Locais), em cerca de 9,46%, tendo mesmo as receitas totais terem sofrido um acréscimo em cerca de 2,16%.

Gráfico 5: **Transferências Comunitárias/Receitas Totais**

Este indicador representa o peso das transferências de fundos comunitários, referente à comparticipação projetos de natureza corrente e de capital, no total das receitas, pelo que se encontra na dependência direta do montante transferido dos financiamentos aprovados. No ano de 2020, o indicador registou-se um significativo decréscimo face ao ano anterior (56,98%), atingindo assim o valor mais baixo do quadriénio, 3,35%, obtido quer por via da redução da receita proveniente de projetos cofinanciados, de natureza corrente e de capital, em cerca de 353 mil euros (-91,81%), quer por via do acréscimo das receitas totais. No final de 2020 existia em pedidos de pagamento efetuados e ainda não reembolsados um valor de € 348.549,34.

Gráfico 6: **Passivos Financeiros (Receitas) /Receitas Totais**

O valor deste indicador está diretamente relacionado com a contratação de empréstimos e respetiva libertação de capital. Tal como verificado em anos anteriores, como não se procedeu à contratação de novos empréstimos, encontrando-se os empréstimos contratualizados integralmente utilizados, o indicador apresenta o valor 0.

Gráfico 7: **Receitas Correntes/Receitas Totais**

As receitas correntes arrecadadas pelo município têm representado, em média, ao longo dos últimos quatro anos, cerca de 83,26% das receitas totais. No ano de 2020 o indicador apresentou um acréscimo face ao ano anterior (1,21%), apresentando o valor de 83,74%. Este valor resulta do facto das receitas correntes terem aumentado, em cerca de 3,39%, tendo mesmo as receitas totais sofrido um acréscimo de 2,16%.

Gráfico 8: **Receitas Capital/Receitas Totais**

As receitas de capital representaram, ao longo dos anos, uma média de 16,74% das receitas totais. Este indicador, com comportamento inverso ao anterior, sofreu assim um decréscimo face ao ano transato, em cerca de 5,79%, passando a representar, em 2020, as receitas de capital 16,26% das receitas totais arrecadadas, valor mais baixo do quadriénio. O valor obtido pelo indicador resulta quer da redução das receitas de capital, em 3,76%, quer do acréscimo das receitas totais.

Gráfico 9: **Pessoal/Despesas Totais**

O peso dos gastos com o pessoal representou em média, ao longo dos últimos quatro anos, 31,08% das despesas totais da autarquia, nunca ultrapassando os limites impostos por lei. No ano de 2020, o indicador apresentou um valor de 34,76%, representando um acréscimo de 13,05% face ao ano transato e o valor mais alto dos últimos quadros anos. O aumento deste

indicador ocorreu por via do acréscimo registado nas despesas de pessoal (8,13%) e, sobretudo, pela redução das despesas totais, que sofreram um decréscimo em cerca de 394 mil euros.

Gráfico 10: **Aquisição de bens e serviços /Despesas Totais**

Este indicador que apresentou um valor médio no quadriénio de 28,29% das despesas da autarquia, registando, em 2020, o valor mais baixo de 25,17%. O decréscimo deste indicador face ao ano transato (-16,38%), resultou da significativa redução das despesas com a aquisição de bens e serviços, tendo mesmo as despesas totais registado uma redução de 4,35%.

Gráfico 11: **Serviço da dívida /Despesas Totais**

O indicador em análise representa o peso dos encargos decorrentes dos empréstimos de médio e longo prazo contratados no total das despesas do município, apresentando um valor médio para os quatro últimos anos de 1,17%, evidenciando o fraco peso desta despesa no valor global da mesma. Este indicador sofreu um acréscimo de 4,38%, representando o serviço da dívida dos três empréstimos contratualizados apenas 0,75 % das despesas totais da autarquia. O valor registado pelo indicador operou-se por via da redução das despesas totais, tendo mesmos ocorrida uma ligeira redução no serviço da dívida (-0,16%).

Gráfico 12: **Investimentos/Despesas Totais**

Este indicador reflete o peso do investimento na execução das despesas, verificando-se que o mesmo apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 25,24%. Na gerência de 2020 o indicador reflete um ligeiro acréscimo de 0,89%, face ao ano anterior, apresentando um valor de 24,14%, resultante do decréscimo das as despesas totais (-4,35%), tendo mesmo reduzido as despesas com aquisição de bens de investimento (-3,50%).

Gráfico 13: **Despesas Correntes/Despesas Totais**

O peso das despesas correntes no total das despesas da autarquia, representou, em média, ao longo dos últimos anos, um valor de 71,43%. Na gerência de 2020, as despesas correntes representaram 74,27% das despesas totais, valor mais alto do quadriénio, correspondendo a um acréscimo do indicador, em relação ao ano anterior (3,45%), em virtude do decréscimo registado nas despesas totais (-4,35%) ter sido superior à redução das despesas correntes (-1,05%).

Gráfico 14: **Despesas Capital/Despesas Totais**

Este indicador, sendo um complemento do anterior, tem comportamento inverso. Da comparação entre as despesas de capital e as despesas totais, têm resultado valores entre 26% e 32%. No último ano, o indicador sofreu um decréscimo de 8,79%, passando as despesas

de capital a representar 25,73% das despesas totais, valor mais baixo do indicador, situação que resultou da redução das despesas de capital (-12,76%), tendo-se mesmo registado um decréscimo das despesas totais.

Gráfico 15: **Receitas Totais/Despesas Totais**

Da comparação entre as receitas e as despesas totais obtêm-se o valor médio no quadriênio de 97,20%. No ano de 2020 o indicador atingiu o valor de 95,42%, significando que as receitas arrecadadas foram inferiores às despesas realizadas, tendo havido a necessidade de recorrer ao saldo da gerência anterior. Esta situação ocorreu pela conjugação do acréscimo das receitas totais (2,16%) com a redução das despesas totais (-4,35%), conduzindo a um acréscimo do indicador, face a 2019, em 6,80%.

Gráfico 16: **Receitas Correntes/Despesas Correntes**

O valor deste indicador tem variado ao longo dos últimos quatro anos entre os 103% e os 125%, registando um valor médio no quadriênio de 113,51%. Em 2020 o indicador sofreu um acréscimo de 4,48% face ao ano transato, atingindo o valor de 107,59%, facto diretamente relacionado com o acréscimo registada na receita corrente arrecadada (3,39%) e com a redução da despesa da mesma natureza (-1,05%). Assim, a receita corrente arrecadada foi superior à despesa suportada da mesma natureza, tendo-se verificado o princípio do equilíbrio na execução corrente.

Gráfico 17: **Receitas Capital/Despesas Capital**

Ao longo dos anos o peso médio das receitas de capital no total das despesas de capital foi de 57,24%. Na gerência de 2020, este indicador sofreu um acréscimo face ao ano transato (10,32%), atingindo o valor de 60,30%, refletindo o decréscimo verificado nas despesas de capital (-12,76%), tendo mesmo as receitas de capital registado um decréscimo de valor (-3,76%).

Gráfico 18: **Pessoal/Receitas Correntes**

A despesa com pessoal representou, no ano de 2020, cerca de 43,50% das receitas correntes arrecadadas pela autarquia, correspondendo a um acréscimo do peso das despesas com pessoal nas receitas correntes (4,58%), obtido por via do aumento das despesas com pessoal em 8,13%, tendo aumentado as receitas correntes 3,39%). O indicador obteve ao longo do quadriênio, valores entre os 35% e os 44%, tendo registado, ao longo do período em análise, uma média de 38,58%. Atualmente, com a revogação do artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, na redação dada pela Lei 44/85, de 13 de setembro, pelo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais (DL 305/2009, de 23 de outubro), foram abolidos os limites às despesas com pessoal do quadro e ao pessoal em qualquer outra situação,

passando a existir a possibilidade de recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável e no cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, conforme estipulado pela Lei do Orçamento de Estado. O acréscimo desta natureza de despesas operou-se essencialmente pelo recrutamento de novos postos de trabalho, necessidade sentida pelo Município para fazer face às novas exigências a que está sujeito.

Gráfico 19: **Receitas Próprias/Investimentos**

O valor apresentado por este indicador, ao longo dos anos não tem sido muito significativo, devido ao facto, já mencionado, da baixa execução ao nível das receitas próprias da autarquia, sendo o indicador influenciado inversamente pelo valor do investimento ocorrido no respetivo ano. Contudo, em 2020, as receitas próprias do município sofreram um acréscimo de 5,47%, face ao ano anterior, passando a representar 92,33% do investimento, valor obtido quer por via do acréscimo registada nas receitas próprias, quer pela redução do valor do investimento (-3,5%).

Gráfico 20: **Empréstimos/Investimentos**

Este indicador representa o peso dos encargos com o recurso a capitais alheios no total do investimento. É influenciado diretamente pelo aumento do recurso a empréstimos e inversamente pelo aumento do investimento. Em 2020 o indicador sofreu um ligeiro acréscimo (3,46%), passando a apresentar o valor de 3,13%, reflexo do decréscimo registado no investimento, tendo mesmo reduzido ligeiramente dos encargos com empréstimos (-0,16%).

Gráfico 21: **Fundos Municipais/Investimentos**

O indicador é influenciado diretamente pelo volume de fundos transferidos do orçamento do estado e inversamente pelo montante do investimento. Em 2020 o indicador apresenta o maior valor registado no quadriénio, de 256,32%, registando um acréscimo em 13,02% face ao ano anterior, facto que se deveu quer ao acréscimo da receita arrecadada proveniente dos fundos municipais (9,46%), quer à redução do valor do investimento.

Gráfico 22: **Fundos Municipais/ (Investimentos + Transferências Capital)**

Este indicador compara o peso dos fundos transferidos do orçamento de estado na totalidade das despesas de investimento e das transferências de capital da autarquia. O indicador tem apresentado grandes oscilações, apresentando um valor médio, no quadriénio, de 214,73%, atingindo em 2020 o valor de 247,64%, representando um significativo acréscimo (24,23%) concretizado quer pelo acréscimo registado ao nível dos fundos municipais quer pelo decréscimo registado no investimento (-3,50%) e nas transferências de capital (-75,45%).

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Atendendo ao facto de se ter implementado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, aplicado às autarquias locais a partir de 2020, conforme estipulado no n.º 1 do art.º 86.º do decreto-lei que estabeleceu as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019 e que revogou o anterior sistema contabilístico (POCAL), aprovado Decreto -Lei n.º 54 -A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Leis n.os 315/2000, de 2 de dezembro e 84 -A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60 -A/2005, de 30 de dezembro, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, foi necessário proceder à reclassificação das contas que interferiu, inevitavelmente, com a análise comparativa.

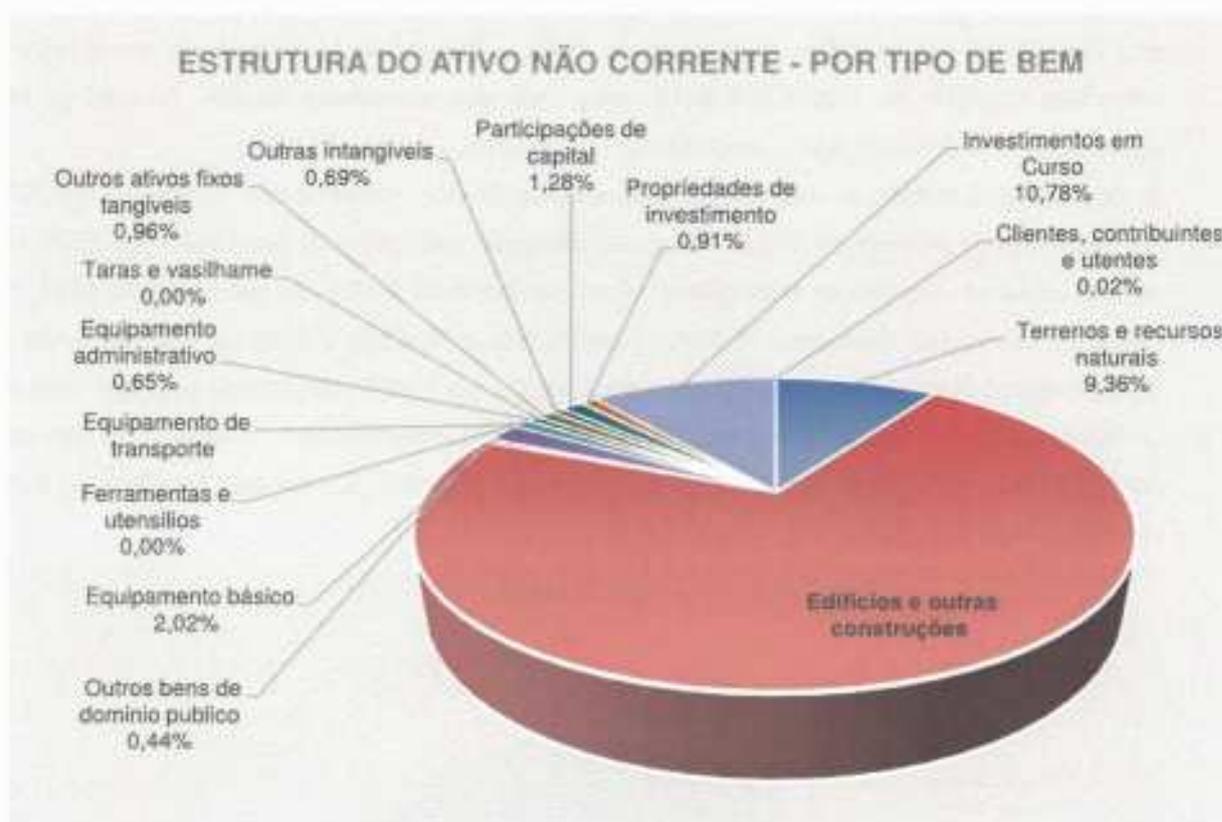
5.1. ESTRUTURA DO ATIVO NÃO CORRENTE

No inventário inicial, elaborado em 2002, o património municipal apresentava o valor de €15.774.022,43. No exercício económico de 2020, o Património Municipal registou o valor do Ativo Não Corrente de € 30.133.059,15, valor este que representa 89,05% do total do ativo líquido, tendo sofrido um ligeiro decréscimo (-7,39%) face ao ano transato.

O Ativo Não Corrente é constituído essencialmente por Ativos Fixos Tangíveis (96,39%), correspondendo ao valor de 29.044 mil euros, tendo-se verificado um decréscimo (-8,55%) face ao ano anterior. Os "Ativos Intangíveis", com um peso de 1,40% na estrutura do Ativo Não Corrente, sofreu um acréscimo (7,40%), passando a apresentar o valor de 422 mil euros. As "Participações Financeiras, com um peso equivalente, de 1,28%, não sofreu qualquer variação. O maior acréscimo fez-se sentir nas "Propriedades de Investimento", mas face ao seu peso nesta natureza do ativo (0,91%), representou um aumento de valor em cerca de 275 mil euros, valor registado em 2020.



A conta "Edifícios e Outras Construções" é a que apresenta maior peso na estrutura do Ativo não corrente (71,90%), por se tratar da conta onde se encontram inventariados para além dos edifícios, as outras construções como estradas, caminhos, arruamentos e passeio, parques e jardins e as infraestruturas relacionadas com os serviços de água e saneamento. Esta conta, que sofreu um decréscimo de 12,77% face ao ano anterior, registando em 2020 o valor de 21.667 mil euros. Outras contas com algum peso na estrutura do Ativo Não Corrente são as "Investimentos em Curso", que sofreram um acréscimo de 20,78%, passando a representar 10,78% desta natureza do ativo, a que correspondeu um valor de 3.248 mil euros e os "Terrenos e Recursos Naturais", com um peso de 9,36%, que sofreram um ligeiro acréscimo, passando a apresentar o valor de 2.820 mil euros. A conta do "Equipamento Básico", sofreu um ligeiro acréscimo, passando a apresentar o valor de 608 mil euros e o peso de 2,02% na estrutura do Ativo Não Corrente. O "Equipamento de Transporte" e os "Outros Ativos Fixos Tangíveis", sofreram decréscimos de valor, mas, face ao seu peso nesta natureza do ativo, foram pouco significativos, passando a apresentar valores de 296 mil euros e 288 mil euros respetivamente.



5.2. ANÁLISE ECONÓMICA

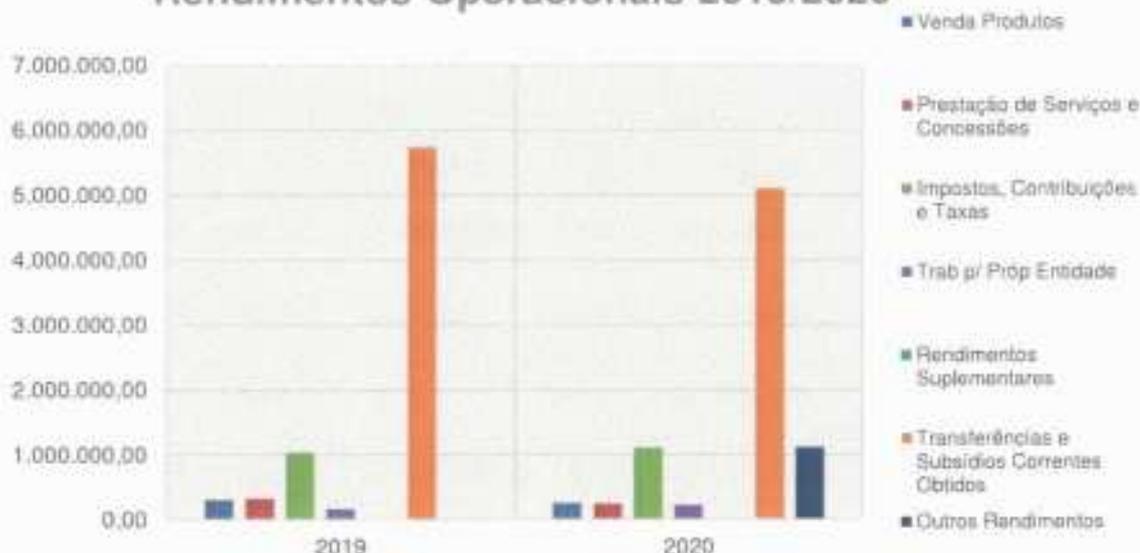
RENDIMENTOS

Estrutura Rendimentos	2019		2020		Δ _{2019/2020}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Rendimentos Operacionais	7.568.847,66	88,50	8.059.038,02	99,99	490.190,36	6,48
Rendimentos e Ganhos Financeiros	268.911,34	3,14	1.144,20	0,01	-267.767,14	-99,57
Rendimentos Extraordinários	714.970,19	8,36	0,00	0,00	-714.970,19	-100,00
TOTAL	8.552.729,19	100,00	8.060.182,22	100,00	-492.546,97	-5,76

Os Rendimentos atingiram, no exercício de 2020, o valor de € 8.060.182,22, tendo sofrido uma redução de valor em cerca de 493 mil euros, que correspondeu a um decréscimo de 5,76% face ao ano anterior. Os Rendimentos Operacionais atingiram, em 2020, o valor de 8.059 mil euros, que passaram a representar 99,99% do total dos Rendimentos, uma vez que esta natureza de Rendimentos passou a integrar as contas anteriormente lançadas nos Rendimentos Extraordinários, motivo pelo qual estes apresentam, em 2020, o valor de 0, bem como os rendimentos em Imóveis, anteriormente lançados nos Proveitos e Ganhos Financeiros. Os Rendimentos e Ganhos Financeiros, com peso de 0,01% na estrutura de Rendimentos, registaram em 2020 o valor em cerca de mil euros, sendo que o valor apresentado para esta natureza de Rendimentos em 2019, de 269 mil euros, incluía cerca de 267 mil euros, atualmente lançados em Rendimentos operacionais.

Rendimentos Operacionais	2019		2020		Δ _{2019/2020}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de Produtos	307.142,40	4,06	257.658,35	3,20	-49.484,05	-16,11
Prestação de Serviços	327.069,74	4,32	242.985,04	3,02	-84.084,70	-25,71
Impostos, Contribuições e Taxas	1.037.391,33	13,71	1.110.708,88	13,78	73.317,55	7,07
Trabalhos para Própria Entidade	161.621,07	2,14	226.430,16	2,81	64.809,09	40,10
Rendimentos Suplementares	3.214,68	0,04	0,00	0,00	-3.214,68	-100,00
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	5.731.695,38	75,73	5.101.373,62	63,30	-630.321,76	-11,00
Outros rendimentos	713,06	0,01	1.119.881,97	13,90	1.119.168,91	ss
TOTAL	7.568.847,66	100,00	8.059.038,02	100,00	490.190,36	6,48

Rendimentos Operacionais 2019/2020



Os rendimentos operacionais do exercício totalizaram € **8.059.038,02**, tendo sofrido um acréscimo, face ao ano transato, de 6,48 %, a que correspondeu um aumento em valor de 490mil euros. Esta situação deveu-se essencialmente ao acréscimo da conta "Outros Rendimentos", passando esta conta a apresentar o valor de 1.120 mil euros e um peso de 13,90% nesta natureza de proveitos, em virtude desta conta passar a registar os rendimentos em investimentos não financeiros e dos subsídios ao investimento, anteriormente contabilizados como proveitos extraordinários. A conta "Impostos, Contribuições e Taxas", com um peso 13,78% nos rendimentos operacionais, atingiu o valor de 1.111 mil euros, representando um acréscimo, face ao ano transato em cerca de 73 mil euros (7,07%), por via do acréscimo dos impostos diretos. Os "Trabalhos para Própria Entidade", que atingiram um valor de 226 mil euros, sofreram um acréscimo, em cerca de 65 mil euros, valor diretamente relacionado com a conclusão das obras executadas por administração direta. A conta com maior peso nesta natureza de proveitos (63,30%), as "Transferências e Subsídios Correntes Obtidos", sofreu um decréscimo em cerca de 630 mil euros, atingido assim esta conta o valor de 5.101 mil euros. As contas "Venda de Produtos" e "Prestações de Serviços e Concessões", com algum peso na estrutura dos proveitos operacionais, 3,20% e 3,02% respetivamente, sofreram decréscimos, atingindo assim valores de 258 mil euros e 243 mil euros, respetivamente, essencialmente devido às medidas adotadas pelo Município relativas à concessão de isenções do pagamento de água, saneamento e resíduos sólidos, isenção e suspensão das mensalidades do ginásio e das rendas dos contratos de concessão. A conta "Proveitos Suplementares", não apresentou valor em 2020.

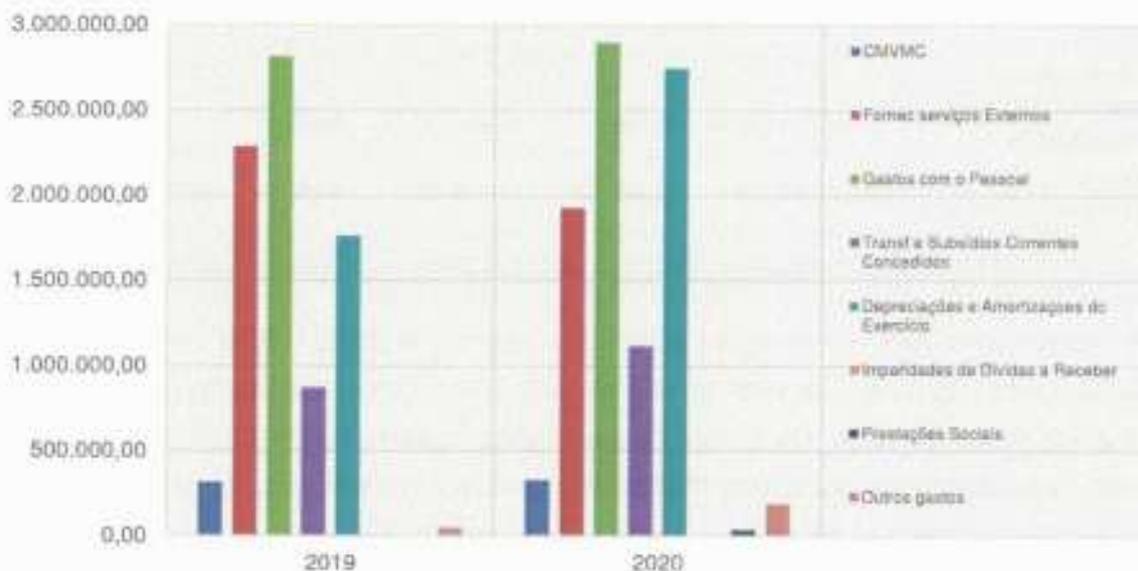
GASTOS

Estrutura Gastos	2019		2020		Δ _{2019/2020}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos Operacionais	8.100.754,38	94,91	9.229.771,94	99,94	1.129.017,56	13,94
Gastos e Perdas Financeiros	6.764,40	0,08	5.367,45	0,06	-1.396,95	-20,65
Gastos e Perdas Extraordinários	427.881,26	5,01	0,00	0,00	-427.881,26	-100,00
TOTAL	8.535.400,04	100,00	9.235.139,39	100,00	699.739,35	8,20

Os custos totalizaram, no exercício de 2020, o valor de € **9.235.139,39**, representando um acréscimo de 8,20% relativamente ao ano transato, que correspondeu a uma redução de valor em cerca de 30 mil euros. Os Custos Operacionais atingiram, em 2020, o valor de 9.230 mil euros, que passaram a representar 99,94% do total dos proveitos, uma vez que esta natureza de proveitos passou a integrar as contas anteriormente lançadas nos Custos e Perdas Extraordinários, motivo pelo qual estes apresentam, em 2020, o valor de 0. Os Proveitos e Ganhos Financeiros, com peso de 0,06% na estrutura de gastos registaram, em 2020, o valor em cerca de 5 mil euros, sendo que o valor apresentado para esta natureza de proveitos em 2019, cerca de 7 mil euros, inclui cerca de 6 mil euros de serviços bancário, atualmente lançados em gastos operacionais.

Gastos Operacionais	2019		2020		Δ _{2019/2020}	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%
CMVMC	314.865,97	3,89	326.381,47	3,54	11.515,50	3,66
Fornecimentos e Serviços Externos	2.287.590,22	28,24	1.924.625,18	20,85	-362.965,04	-15,87
Gastos com o Pessoal	2.815.962,11	34,76	2.896.906,38	31,39	80.944,27	2,87
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	868.412,91	10,72	1.113.267,79	12,06	244.854,88	28,20
Depreciações e Amortizações do exercício	1.762.324,74	21,76	2.746.221,40	29,75	983.896,66	55,83
Imparidades de Dívidas a Receber	6.080,02	0,08	2.251,34	0,02	-3.828,68	270,06
Prestações Sociais	0,00	0,00	33.997,42	0,37	33.997,42	0,00
Outros Gastos	45.518,41	0,56	186.120,96	2,02	140.602,55	308,89
TOTAL	8.100.754,38	100,00	9.229.771,94	100,00	1.129.017,56	13,94

Gastos Operacionais 2019/2020



Os gastos operacionais totalizaram no exercício de 2020 o valor de € 9.229.771,94, tendo sofrido um significativo acréscimo em cerca de 1.129 mil euros (13,94%), face ao ano anterior, essencialmente devido ao acréscimo registado na conta "Depreciações e Amortizações do exercício" (55,58%), no valor de 984 mil euros, passando esta conta a apresentar o valor de 20746 mil euros e um peso de 29,75% nos gastos operacionais, por via da aplicação aos bens imóveis do novo classificador CC2-Classificador complementar – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria nº671/2000, 17 de abril, que aprovou o CIBE –Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. A conta "Transferências e Subsídios Correntes Concedidos" sofreu um acréscimo de 245 mil euros (28,20%), atingindo, em 2020, o valor de 1.113 mil euros. A conta com maior peso na estrutura dos custos operacionais (31,39%), os "Custos com o Pessoal", sofreu um acréscimo d valor em 81 mil euros, passando a registar o valor de 2.897 mil euros. Outra conta com um algum peso nos gastos operacionais, cerca de 20,85%, os "Fornecimentos e Serviços Externos", registaram o maior decréscimo face ao ano transato (-15,87%), em cerca de 363 mil euros, tendo assim atingido o valor de 1.925 mil euros. As "Imparidades de Dividas a Receber" foram reforçadas, em 2020, no valor de 2 mil euros, valor inferior ao do ano anterior em cerca de 4 mil euros. O "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas", com um peso de 3,54% nos gastos operacionais mantiveram-se próximos do valor registado no ano transato, apresentando o valor de 326 mil euros. Os "Outros Gastos", registaram uma variação

significativa (308,89%), mas face ao seu peso nesta natureza de custos (2,02%, correspondeu a um aumento de valor em cerca de 140 mil euros, apresentando o valor de 186 mil euros. A conta "Prestações Sociais", onde se passaram a registar as prestações relativas ao apoio alimentar, registaram um valor de 34 mil euros.

RESULTADOS

Com a adoção do novo paradigma contabilístico no exercício de 2020 e tendo em conta as novas regras inerentes à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), apurou-se um resultado líquido negativo do exercício de € - **1.174.957,92**. Para este valor do resultado líquido contribuiu os vários tipos de resultados da seguinte forma:

- ✓ Resultados Operacionais..... € - 1.1.170.733,92
- ✓ Resultados Financeiros..... € - 4.223,25
- ✓ Resultados Extraordinários..... € 0,00

5.3. ANÁLISE FINANCEIRA

ATIVO

Ativo	2019		2020		$\Delta_{2019/2020}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo não Corrente	32.539.093,07	89,05	30.133.059,15	88,56	-2.406.033,92	-7,39
Inventários	213.932,93	0,59	245.484,31	0,72	31.551,38	14,75
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	227.066,74	0,62	384.558,60	1,13	157.491,86	69,36
Clientes Contribuintes e Utentes	94.570,45	0,26	86.224,44	0,25	-8.346,01	-8,83
Estado e Outros Entes Públicos	32.061,80	0,09	32.061,80	0,09	0,00	0,00
Outras contas a receber	1.027.668,40	2,81	1.163.027,99	3,42	135.359,59	13,17
Diferimentos	4.781,64	0,01	7.154,82	0,02	2.373,18	49,63
Caixa e depósitos	2.400.841,89	6,57	1.974.926,86	5,80	-425.915,03	-17,74
TOTAL	36.540.016,92	100,00	34.026.497,97	100,00	-2.513.518,95	-6,88

O Ativo Líquido do Município apresentou, no exercício de 2020, o valor de € 34.026.497,97, correspondendo a um decréscimo face ao ano anterior (-6,88%), em cerca de 2.514 mil euros. Para esta situação contribuiu o significativo decréscimo (-7,39%) da classe com maior peso na estrutura do ativo, o "Ativo não Corrente", em cerca de 2.406 mil euros, que passou a representar 88,56% do ativo, atingindo esta conta o valor de 30.133 mil euros. A classe de contas "Caixa e Depósitos", com um peso de 5,80% no ativo, sofreu igualmente um decréscimo em cerca de 426 mil euros (17,74%), passando a registar o valor de 1.975 mil euros. Os "Clientes Contribuintes e Utentes", com um peso de 0,25%, sofreram um ligeiro decréscimo (-8,83%), passando a apresentar o valor de 86 mil euros. "As "Outras Contas a Receber", que representaram 3,42% na estrutura do ativo, sofreram um acréscimo em cerca de 135 mil euros, passando a atingir o valor de 1.163 mil euros. A classe que sofreu maior acréscimo percentual (69,36%), foram os "Devedores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis", mas face ao seu peso na estrutura do ativo (1,13%), apenas representou um aumento em cerca de 157 mil euros, passando assim a apresentar o valor de 385 mil euros. Também os "Inventários", com um peso de 0,72% no ativo, sofreram um acréscimo percentual (14,75%), passando a registar, em 2020, o valor de 245 mil euros. A classe "Estado e Outros Entes Públicos" manteve o mesmo valor que no ano anterior, em 32 mil euros.

Ativo Líquido



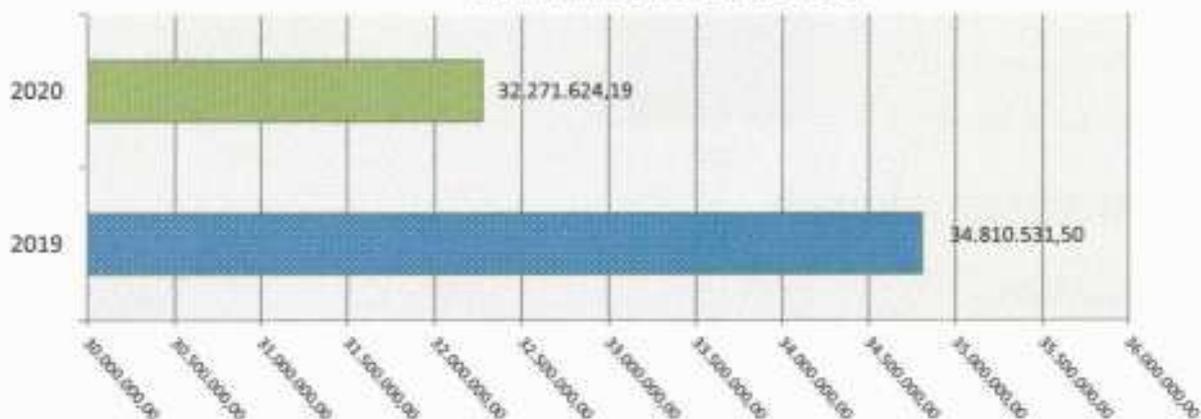
PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Património Líquido	2019		2020		Δ _{2019/2020}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património/Capital	18.377.834,47	52,79	18.377.834,47	56,95	0,00	0,00
Reservas	3.702.477,82	10,64	3.711.142,40	11,50	8.664,58	0,23
Resultados Transitados	3.305.742,73	9,50	1.088.839,62	3,37	-2.216.903,11	-67,06
Outras variações no Património Líquido	9.407.147,33	27,02	10.268.764,87	31,82	861.617,54	9,16
Resultado Líquido	17.329,15	0,05	-1.174.957,17	-3,64	-1.192.286,32	-6.880,24
TOTAL	34.810.531,50	100,00	32.271.624,19	100,00	-2.538.907,31	-7,29

O Património Líquido Municipal registou, no exercício de 2020, o valor de **€32.271.624,19**, representando um decréscimo dos fundos próprios, face ao ano transato, em cerca de 2.539 mil euros. O valor do Património Líquido Municipal reajustado em 2019 foi de 34.810.531,50, pela reclassificação dos subsídios ao investimento a diferir para a classe "Outras variações no Património Líquido", anteriormente lançadas na conta 27, que acrescia ao passivo. Esta classe de contas inclui igualmente, por força do novo imperativo legal, a contabilização do FEF de capital e do fundo resultante do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, no valor de 908 mil euros. A classe de contas que registou maior variação (-67,06%), foram os "Resultados Transitados", com um decréscimo 2.217 mil euros, passando a apresentar o valor de 1.089 mil euros e a representar 9,50% na estrutura do Património Líquido, por refletir os ajustamentos de transição, essencialmente pela regularização das amortizações derivado ao ajustamento das vidas úteis por aplicação do CC2 aos bens imóveis. Estes factos condicionaram o apuramento do Resultado Líquido que apresentou assim um valor negativo de

1.174.957,17€, correspondendo a um decréscimo, face ao ano transato, em 1.192 mil euros. A classe com maior peso na estrutura dos Património Líquido, o "Património/Capital", com um peso 56,95%, manteve-se inalterada, apresentando o mesmo valor do ano anterior, ou seja, 18.378 mil euros. As "Reservas", com um peso de 11,50% no Património Líquido, sofreram um ligeiro acréscimo em cerca de 9 mil euros, atingindo o valor de 3.711 mil euros.

PATRIMONIO LIQUIDO



PASSIVO

Passivo não corrente	2019		2020		Δ2019/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões	1.134.380,15	93,41	1.127.605,27	98,64	-6.774,88	-0,60
Financiamentos obtidos	79.230,49	6,52	14.724,64	1,29	-64.505,85	-81,42
Outras contas a pagar	831,86	0,07	831,86	0,07	0,00	0,00
TOTAL	1.214.442,50	100,00	1.143.161,77	100,00	-71.280,73	-5,87

Passivo corrente	2019		2020		Δ2019/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.025,66	0,20	71.026,76	11,61	70.001,10	6824,98
Fornecedores	19.780,85	3,84	68.816,88	11,25	49.036,03	247,90
Estado e Outros Entes Públicos	47.838,03	9,29	3.881,73	0,63	-43.956,30	-91,89
Fornecedores de investimentos	3.518,55	0,68	17.217,55	2,81	13.699,00	389,34
Outras contas a pagar	433.395,68	84,15	439.229,14	71,80	5.833,46	0,00
Diferimentos	9.484,15	1,84	11.539,95	1,89	2.055,80	21,68
TOTAL	515.042,92	100,00	611.712,01	100,00	96.669,09	18,77

No exercício de 2020 o Passivo do Município de Vila Velha de Ródão apresentava o valor de **€1.754.873,78**. O valor do Passivo em 2019 foi ajustado, tendo em conta a reclassificação dos subsídios ao investimento para o património líquido, passando a registar o valor de €1.729.485,42, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo (1,47%), em cerca de 25 mil euros, por via do aumento do passivo corrente, tendo mesmo diminuído o passivo não corrente.

O **Passivo não corrente**, que representa 65,14% do Passivo Municipal, apresentou em 2020 o valor de €1.143.161,77, correspondendo a um decréscimo em cerca de 71 mil euros (-5,87%) face ao ano transato. Contribuiu para esta situação a redução dos "Financiamentos Obtidos", em cerca de 65 mil euros (-81,42%), por via da amortização dos empréstimos de médio e longo prazos, tendo terminado dois dos empréstimos contratualizados, passando assim esta conta a registar o valor de 15 mil euros (1,29%). A classe de contas com maior peso nos passivos não correntes (98,64%), as "Provisões", sofreram uma ligeira redução de 7 mil euros, apresentando em 2020 o valor de 1.128 mil euros. As "Outras contas a pagar" de natureza não corrente, não apresentaram qualquer valor em 2020.

O **Passivo Corrente** representa 34,86% do Passivo Municipal e apresentou em 2020 o valor de € 611.712,01, correspondendo a um acréscimo em cerca de 97 mil euros (18,77%) face ao ano transato, tendo contribuído para esta situação um aumento da generalidade das classes de contas desta natureza do passivo, à exceção do "Estado e Outros Entes Públicos", que registaram um decréscimo em cerca de 44 mil euros, passando a apresentar 0,63% do passivo não corrente e um valor de 4 mil euros. A classe de contas com maior peso na estrutura do passivo corrente, as "Outras contas a pagar" de natureza corrente (71,80%), sofreu um ligeiro acréscimo em cerca de 6 mil euros, apresentando o valor de 439 mil euros. Os "Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis", sofreram um acréscimo considerável, em relação ao ano transato, em cerca de 70 mil euros, passando a representar 11,61% nesta natureza do passivo e a apresentar o valor de 71 mil euros, devido aos contratos assinados para venda de habitações, nomeadamente da Quinta da Torre Velha. Os "Fornecedores", sofreram igualmente um acréscimo de valor em 49 mil euros, passando a representar um peso de 11,25% no total das dívidas correntes do município e a apresentar o valor de 69 mil euros. De igual forma, ao "Fornecedores de investimentos", sofreram um significativo acréscimo, em cerca de 14 mil euros, mas em virtude do seu peso no passivo corrente (2,81%), não teve um impacto significativo, passando a registar um valor de 17 mil euros. A classe "Diferimentos", de natureza passiva, com um peso 1,89%, apresentaram um valor de 12 mil euros, tendo sofrido um acréscimo face ao ano transato em cerca de 2 mil euros.

Passivo não Corrente



Passivo Corrente



6. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

O sistema de Contabilidade de Custos encontra-se implementado no Município desde 2010. Este processo, bastante complexo e rigoroso, para o qual são indispensáveis o empenho e a colaboração de todos os colaboradores do Município, encontra-se num processo de melhoria contínua, para que possam ser atingidos os seus objetivos.

Dada a complexidade do processo de transição entre POCAL e SNC-AP, a aplicação na íntegra da informação prevista na NCP 27, não foi implementado, carecendo, por conseguinte, de um período mais alargado para a completa adoção desta norma do SNC-AP.

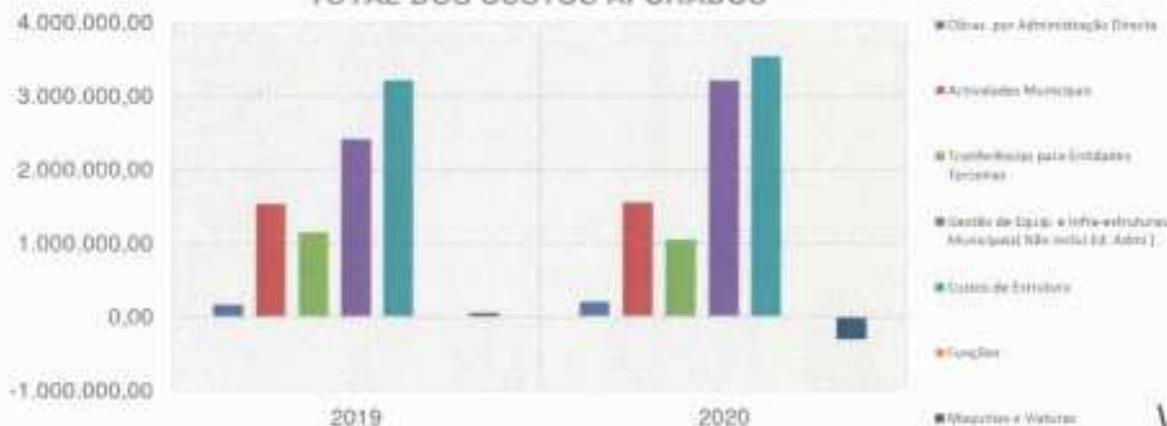
No ano de 2020 foi possível apurar os resultados que a seguir se apresentam.

TOTAL DOS CUSTOS APURADOS

Contabilidade de Custos	2019	2020
Custos Diretos a Bens	167.473,15	203.264,09
Custos Diretos a Atividades	8.367.926,89	9.031.875,30
Custos Diretos a Funções	0,00	0,00
Custos por Funções	8.535.400,04	9.235.139,39

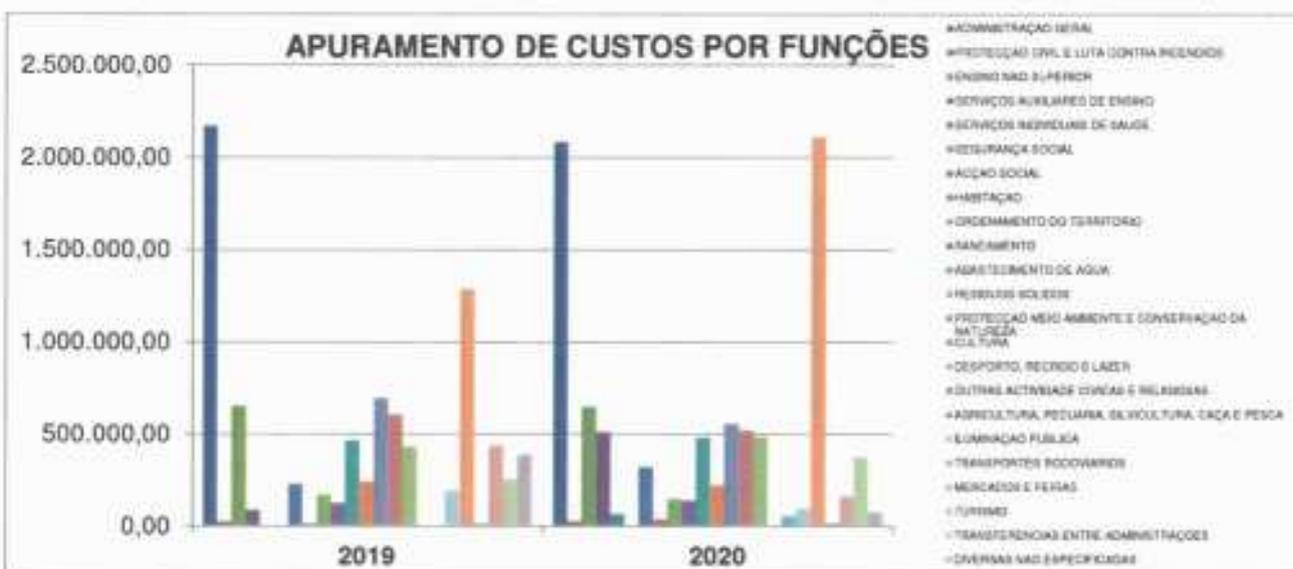
Grupos	Designação dos Grupos	2019	2020
91	Obras por Administração Direta	167.473,15	203.264,09
92	Atividades Municipais	1.536.264,43	1.554.152,68
93	Transferências para Entidades Terceiras	1.150.998,67	1.048.882,66
94	Gestão de Equip. e Infraestruturas Municipais (Não inclui Ed. Admin.)	2.414.817,78	3.209.358,20
95	Custos de Estrutura	3.213.096,47	3.532.612,16
99	Máquinas e Viaturas	52.749,54	-313.130,40
	TOTAL	8.535.400,04	9.235.139,39

TOTAL DOS CUSTOS APURADOS



APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES

Função	Designação da Função	2018	2019
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.170.477,55	2.083.149,24
121	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	25.672,78	28.168,43
211	ENSINO NÃO SUPERIOR	653.861,39	648.018,04
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	88.579,18	513.750,19
213	ENSINO SUPERIOR	16.003,12	19.802,69
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	209,46	68.784,99
231	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00
232	AÇÃO SOCIAL	231.062,52	322.275,66
241	HABITAÇÃO	12.470,55	38.644,56
242	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	171.666,11	149.859,60
243	SANEAMENTO	125.914,97	142.412,04
244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	466.717,47	483.744,46
245	RESÍDUOS SÓLIDOS	243.088,87	225.109,14
246	PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	697.013,80	558.445,19
251	CULTURA	606.634,33	521.371,22
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	432.599,07	486.956,98
253	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	4.730,30	3.223,92
310	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	0,00	57.376,08
320	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	194.717,92	97.077,91
331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.287.282,04	2.109.378,78
341	MERCADOS E FEIRAS	18.029,47	21.552,60
342	TURISMO	438.478,17	163.339,55
343	COMÉRCIO	3.202,41	38.902,87
420	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	256.393,95	376.550,34
430	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	390.594,61	77.244,91
	TOTAL	8.535.400,04	9.235.139,39



7. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Conforme se observa no quadro abaixo, o valor do Endividamento Líquido resultante da contratação de empréstimos sofreu, em 2020, uma redução de € 64.505,85 resultante da amortização de capital dos empréstimos.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	2019	2020
1. Capital em Dívida a 1 de janeiro	143.475,37	79.230,49
2. Receitas provenientes de Empréstimos	0	0
3. Amortização da Capital	64.244,88	64.505,85
4. Capital em Dívida a 31 dezembro (1+2-3)	79.230,49	14.724,64
5. Endividamento Líquido (4-1)	-64.244,88	-64.505,85

Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram definidas novas regras para o endividamento municipal. Nos termos da referida lei, o município estava sujeito, durante o ano de 2020, aos seguintes limites cumulativos:

- ✓ "Os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal. As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80 % da amortização média de empréstimos";
- ✓ "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Sempre que um município:
 - a) Não cumpra o limite previsto para a dívida total, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
 - b) Cumpra o limite previsto para a dívida total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios."

De acordo com os dados reportados à DGAL, o limite da **dívida total** para 2020 do município de Vila Velha de Ródão foi de € 10.196.345,05.

Assim, o município de Vila Velha de Ródão apresenta a seguinte situação face ao endividamento:

Limite Dívida Total* (Art.º 52.º da Lei 73/2013)	Dívida do Município em 31/12/2020	Dívida das entidades relevantes para Dívida Total do Município**	Dívida Total do Município em 31/12/2020	Margem disponível	Limite da margem (20% /ano)
10.196.345	605.738,07	12.911,39	618.649,46	9.577.695,59	1.915.539,12

*Valores indicados pela DGAL **Valor disponibilizados pelas entidades à data de elaboração do presente relatório

De acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos, para além da dívida total de operações orçamentais do município, a dívida total das seguintes entidades: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; as empresas locais e participadas, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas; as cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município e as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

O valor da dívida total do município apurado teve em consideração, relativamente às entidades que integram o conceito de Dívida Total do Município relevantes para a mesma, os dados disponibilizados pelas entidades, relativos ao período de prestação de contas, sendo que, a maioria dessas entidades ainda não fez o apuramento final das suas contas, pelo que o valor apurado ainda não reflete os dados definitivos de apuramento da Dívida Total do Município do final de exercício de 2020.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2020 foi de € - 1.174.957,17. Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, seja distribuído da seguinte forma:

- ✓ Resultados Líquido€ -1.174.957,17;
- ✓ Resultados Transitados..... € -1.174.957,17.

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A atual crise económico-social e de saúde pública, provocada pela pandemia do Coronavírus que levou, a 18 de março de 2020, à declaração do estado de emergência em Portugal, com o consequente estabelecimento de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, algumas das quais ainda em vigor, terá consequências, ainda não totalmente conhecidas, com provável impacto na atividade municipal e nas contas do ano em curso. Desta forma, à presente data, não é possível apurar o valor desse impacto, uma vez que o mesmo dependerá da evolução da situação atual, contudo não é expectável que esse impacto possa por em causa a sustentabilidade futura das contas do município.

O Executivo Municipal, consciente do atual panorama mundial e, particularmente, local, tem vindo a atuar no sentido da prevenção da disseminação do COVID-19 e do apoio às entidades e à população em geral, mobilizando todos os meios e recursos disponíveis, por forma a promover uma maior eficácia e eficiência no combate a esta crise.

É expectável que o impacto provocado pela crise afete, nomeadamente:

- a) a arrecadação da receita relativa aos impostos municipais, da venda de bens e serviços e de contratos de concessão, em consequência do diferimento do prazo para cumprimento das obrigações legais e das obrigações contratuais;
- b) o grau de execução dos projetos cofinanciados;
- c) a realização de algumas atividades municipais previstas;
- d) o acréscimo de despesa em áreas de abrangência do conceito de saúde pública e de apoio financeiro a instituições de apoio a idosos do concelho e aos agentes económicos.



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA Nº09/2021

**PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2020
INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS
DO MUNICÍPIO**

O Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas de 2020, foram presentes à Assembleia Municipal realizada em 25/06/2021 e nos termos da alínea l) do n.º2, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados, tendo sido aprovados por maioria.

Nesta mesma sessão foi também apreciado o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

Paços do Município, aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e um.

(O Presidente da Mesa Assembleia Municipal)

(1.º Secretário)

(2.º Secretário)

Votação:

Com quinze (15) votos a favor e quatro (4) abstenções, dos membros Julia Cristina Barboza Reis, Paulo Manuel Gudestá Farinha Roberto, José Carlos Lopes Soares e José Paulo dos Reis Dias.



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

CÂMARA MUNICIPAL

02-DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MINUTA N°96/2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

----- Na reunião de Câmara Municipal levada a efeito em 28/05/2021, com a presença do Sr. Presidente da Câmara, Luís Miguel Ferro Pereira, que presidiu, e dos Senhores Vereadores José Manuel Ribeiro Alves, Ana Luísa Faria Pereira Correia Marques, Nicolau Pinto Eduardo e Carlos Manuel Correia Cardoso Martins Faria, foram apresentados Os documentos que instruem o processo de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, de onde constam os documentos elencados no Anexo A.1, A.4 e A.5 da Instrução n°1/2019-PG, do Tribunal de Contas, que abaixo se identificam: -----

1. Balanço;
2. Demonstração de resultados por natureza;
3. Demonstração das alterações no património líquido;
4. Demonstração de fluxos de caixa;
5. Anexo às demonstrações Financeiras;
6. Anexo I - Caracterização da entidade;
7. Anexo II - Organograma;
8. Anexo III - Custo com empréstimos obtidos;
9. Demonstração do desempenho orçamental;
10. Demonstração de execução orçamental da receita;
11. Demonstração de execução orçamental da despesa;
12. Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos;
13. Anexo às demonstrações orçamentais;
14. Anexo I - Alterações orçamentais da receita;
15. Anexo II - Alterações orçamentais da despesa;
16. Anexo III - Alterações ao PPI;
17. Anexo IV - Operações de tesouraria;

Reunião de 28/05/2021

18. Anexo V - Contratação administrativa - Situação dos contratos;
19. Anexo VI-Contratação administrativa-Adjudicações por tipo de procedimento;
20. Anexo VII - Transferências e subsídios - receita;
21. Anexo VIII - Transferências e subsídios - despesa;
22. Certificação legal de contas;
23. Informação nos termos do artigo 15 da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;
24. Declaração de compromissos plurianuais;
25. Declaração de pagamentos em atraso;
26. Declaração de recebimentos em atraso;
27. Prédios não descritos na Conservatória do Registo Predial em 31/12/2020;
28. Informação nos termos da Instrução n.1/2019 do Tribunal de Contas;
29. Relatório de Gestão.

Da análise aos documentos da prestação de contas apresentada, identifica-se como factos mais relevantes os seguintes valores:

- ✓ Total do ativo: € 34.026.497,97;
- ✓ Total do património líquido: € 32.271.624,19;
- ✓ Total do passivo: € 1.754.873,78;
- ✓ Total do Rendimentos: € 8.060.182,22;
- ✓ Total dos Gastos: € 9.235.139,39;
- ✓ Resultado líquido: € - 1.174.957,17;
- ✓ Recebimentos: € 8.261.322,94;
- ✓ Pagamentos: € 8.657.714,24;
- ✓ Desempenho orçamental- Total dos recebimentos: € 8.261.322,94;
- ✓ Desempenho orçamental- Total dos pagamentos: € 8.657.714,24;
- ✓ Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental de operações orçamentais:
Saldo em 01/01/2020: € 2.361.327,67;
Saldo em 31/12/2020: € 1.964.936,37;
- ✓ Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental de operações de tesouraria:
Saldo em 01/01/2020: € 39.514,22;
Saldo em 31/12/2020: € 9.990,49.

----- Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a Câmara deliberou, por quatro votos a favor e um abstenção ^{do Sr. Vereador Carlos Tavares} aprovar o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2020, bem como o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, que se encontram arquivados e disponíveis para consulta, e para efeitos do preceituado na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da referida Lei, submete-los os, à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

A presente deliberação foi aprovada em minuta, e vai assinada pelos que nela participaram, e por mim, Teresa Neves, que secretariei a reunião. -----

[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

(O secretário da reunião) Teresa Neves